

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

**“RURALINA É REVOLUÇÃO!”: INSEGURANÇA, VIOLÊNCIAS
DE GÊNERO E DEMANDAS POR SEGURANÇA NA UFRRJ**

IRIS DE MACEDO ROSA

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**“RURALINA É REVOLUÇÃO!”: INSEGURANÇA, VIOLÊNCIAS
DE GÊNERO E DEMANDAS POR SEGURANÇA NA UFRRJ**

IRIS DE MACEDO ROSA

Sob a Orientação da Professora

NALAYNE MENONÇA PINTO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ

Fevereiro de 2019

R788 " Rosa, Iris de Macedo, 1994-
"Ruralina é revolução!" Insegurança, violências de
gênero e demandas por segurança na UFRRJ / Iris de
Macedo Rosa. - Seropédica, 2019.
123 f.: il.

Orientadora: Nalayne Pinto.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
Ciências Sociais, 2019.

1. Violência de gênero. 2. Universidade. 3.
Administração de conflitos. I. Pinto, Nalayne, 1974-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais
III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

IRIS DE MACEDO ROSA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 05/02/2019

Nalayne Mendonça Pinto. Dra. UFRRJ
(Orientadora)

Elisa Guaraná de Castro. Dra. UFRRJ

Luciane Patrício Barbosa Martins. Dra. UFF

Nunca quis escrever sobre violência de gênero. Nunca tive coragem de escrever sobre violência de gênero. Por que já fui violentada, por que amigas que tanto amo já foram violentadas, por que sei que nesse momento alguma mulher está sendo violentada, mas principalmente por quê é uma grande reponsabilidade e eu acreditava que não daria conta. Não sei se dei conta, mas dei o melhor de mim. Dedico esta dissertação às mulheres que lutam contra a violência de gênero dentro e fora da UFRRJ. Dedico à memória de Isadora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Nalayne por ser a melhor orientadora do mundo, o seu trabalho, dedicação, carinho vão além do papel de orientadora. Te vi pela primeira vez na minha integração em 2013, era janeiro pós greve, você estava voltando da licença do Danilo e passando a coordenação pra Flavinha e pra Carly. Radiante, como sempre, encantou a todos e todas. Começamos a conviver no terceiro período na disciplina de sociologia III. Muito alegre e divertida, sempre com uma palavra de incentivo para não nos abatermos frente à conjuntura que já nos assustava. Em 2014 começamos a trabalhar na Iniciação Científica, seguimos pra Monografia e agora a Dissertação. Com você aprendi a ser uma profissional das ciências sociais, a amar a sociologia pública e valorizar a educação. Tive também ensinamentos extra acadêmicos rs, que guardarei pra sempre. Em 2019 encerramos mais este ciclo, mas certamente não encerraremos nossa relação. Obrigada por tudo! <3

Esta dissertação não seria possível sem o apoio das amigas Nildamara, Letícia, Laryssa e Rachel e do amigo Mauro, sem o qual sequer teria ingressado no mestrado. Obrigada por me acompanharem nesses anos de muitas dúvidas, tropeços, choros, luta e resistência. Em vocês sei que posso encontrar cuidado, cerveja gelada, companheirismo e amor. Vocês sempre estarão nas minhas melhores lembranças!

Agradeço ao meu namorado Leonardo o grande incentivo que sempre deu para os meus projetos. Seu carinho, compreensão e paciência foram fundamentais pra lidar com a angústia das realizações. À minha mãe que me acalmou em todos os momentos de desespero. Ao meu pai que corrigiu este trabalho com todo carinho. Aos meus irmãos que sempre acreditaram em mim. Obrigada por toda confiança e por me receberem com tanto amor.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001. *This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001.*

Lembro que esta dissertação e minha trajetória acadêmica são frutos de políticas educacionais criadas no Governo Lula, como REUNI e PIBID. Agradeço ainda ao

Departamento de Ciências Sociais pelo compromisso com a educação pública, gratuita e de qualidade. À Reitoria da UFRRJ e seus servidores pela cooperação com este trabalho. Às discentes da UFRRJ que confiaram em mim e aceitaram participar desta dissertação.

Tem um pouco de cada um de vocês neste trabalho!

Nunca foi sorte, sempre foi Deus!

RESUMO

ROSA, Iris de Macedo. **Projeto “Ruralina é Revolução!”: insegurança, violências de gênero e demandas por segurança na UFRRJ**. 2019. 120 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

Essa dissertação visa compreender a dinâmica do processo de administração de conflitos relativos à gestão da violência de gênero no campus de Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (entre os anos de 2011 a 2016), pela via institucional – Reitoria e seus órgãos - e não institucional – discentes, movimentos, coletivos. Busca-se compreender através da cobertura midiática como a segurança nas Universidades, em particular a violência gênero, ganhou visibilidade na imprensa e no meio acadêmico, entrando de modo efetivo na agenda pública de debates. Espera-se demonstrar que o debate não está apenas na UFRRJ Seropédica, mas também em outras Universidades pelo país. Investiga quais fatores não só possibilitaram como fomentaram as denúncias em torno da violência contra a mulher virem à tona; e a mobilização do público feminino dentro da Universidade. A pesquisa apresenta também a Divisão de Guarda e Vigilância da UFRRJ - suas competências, atribuições e desafios –, órgão que cotidianamente é o primeiro a representar a administração superior no que tange as situações de violência no campus. Serão apresentados dados de incidência criminais e de violência contra a mulher no campus de Seropédica da UFRRJ a fim de compreender o fenômeno da violência contra a mulher no campus de Seropédica da UFRRJ. O trabalho analisou o PAD 23083.008670/2012-49 referente à tentativa de estupro sofrida por uma aluna da UFRRJ no alojamento universitário no ano de 2012. A fim de observar a presença de elementos que fazem parte da construção de identidades e das relações de gênero em um caso limite. Parte-se do entendimento que o PAD constitui um campo de disputa entre as via institucional e não institucional envolvidas no conflito em torno da violência de gênero na UFRRJ. A metodologia escolhida para este trabalho é de natureza qualitativa e faz uso de procedimentos quantitativos. Chegou-se ao entendimento que a violência de gênero representa na UFRRJ um campo de disputa entre atores que buscam ressignificar práticas até então não percebidas como violência, para tanto, categorias atreladas aos papéis de gênero são acionadas.

Palavras-chave: Violência de gênero; Universidade; Administração de conflitos.

ABSTRACT

ROSA, Iris de Macedo. **Project “‘Ruralina is revolution!’: Insecurity, gender violence and security demands at UFRRJ”**. 2019. 120 p. Dissertation (Master Science in Social Science). Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

This dissertation aims to understand the dynamics of the conflict management process related to the management of gender violence in the campus of Seropédica of the Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (between the years 2011 to 2016), through the institution - Rectory and its organs - and non-institutional - students, movements, collectives. It seeks to understand through media coverage how security in universities, particularly gender violence, gained visibility in the press and academia, effectively entering the public agenda of debates. It is hoped to demonstrate that the debate is not only in UFRRJ Seropédica, but also in other Universities across the country. It investigates which factors have not only made it possible, but also encouraged, the denunciations of violence against women to surface; and the mobilization of the female public within the University. The research also presents the UFRRJ's Guard and Vigilance Division - its competencies, attributions and challenges - which is the body that is the first to represent the upper management in relation to situations of violence on campus. Criminal incidence and violence against women data will be presented on the Seropédica campus of UFRRJ in order to understand the phenomenon of violence against women on the Seropédica campus of UFRRJ. The study analyzed the PAD 23083.008670 / 2012-49 regarding the attempted rape suffered by a UFRRJ student in university housing in 2012. In order to observe the presence of elements that are part of the construction of identities and gender relations in a limiting case. It is part of the understanding that the PAD constitutes a field of dispute between the institutional and non-institutional way involved in the conflict around gender violence in UFRRJ. The methodology chosen for this work is qualitative in nature and makes use of quantitative procedures. It was reached the understanding that the gender violence represents in UFRRJ a field of dispute between actors that seek to reimpose practices hitherto not perceived as violence, for that reason, categories linked to the gender roles are triggered.

Key Word: Gender Violence; University; Conflict Administration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - “CHEGA DE SILÊNCIO!” DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM UNIVERSIDADES	26
1.1- Violência contra mulheres em IES pelo Brasil	27
1.2- Notícias Jornalísticas sobre violência na UFRRJ	29
1.3- Mídia, medo e insegurança	36
1.4- Considerações	42
CAPÍTULO II – “RURALINA É REVOLUÇÃO!” EMPODERAMENTO E MOBILIZAÇÃO NA UFRRJ	44
2.1- O debate de gênero.....	45
2.2- Mobilizações feministas: o protagonismo discente	50
2.3- Mídias sociais e empoderamento feminino.....	68
2.4- Considerações	73
CAPÍTULO III - DE GUARDA PATRIMONIAL À GESTÃO DE CONFLITOS	74
3.1- A Divisão de Guarda e Vigilância UFRRJ – DGV	74
3.2- Ocorrências registradas pela DGV na UFRRJ	76
3.3- Histórico da Violência de Gênero da UFRRJ	81
3.4- Considerações	96
CAPÍTULO IV - DISPUTAS NARRATIVAS NO PAD: UMA TENTATIVA DE ESTUPRO NO ALOJAMENTO	98
4.1- Considerações	110
CONCLUSÃO	114
BIBLIOGRAFIA.....	117

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto da pesquisa iniciada na graduação em Ciências Sociais, onde defendi a monografia intitulada “Estudo exploratório sobre situações de violências no campus da UFRRJ”. O trabalho buscou analisar as narrativas e organizações em torno de situações de violências ocorridas no campus da UFRRJ; levando em consideração o aumento de pessoas circulando na cidade de Seropédica e no campus bem como o crescimento do sentimento de insegurança a partir da expansão pelo qual a universidade passou após o REUNI. O trabalho levou em consideração os anos de 2014 a 2016, apontando as situações de violências que ocorreram e ganharam repercussão da mídia e as formas de mobilização que foram produzidas pelas redes sociais para visibilizar e tornar uma questão pública as ocorrências de violências e ameaças com mulheres da UFRRJ. O mesmo ainda levantou alguns dados estatísticos sobre a percepção de insegurança no campus da UFRRJ a partir de dados coletados com pessoas que acessam o campus e que indicam a necessidade de maior produção de segurança.

Por ocasião do término da pesquisa monográfica, destacou-se dentro das demandas por segurança, a efervescência do debate em torno da violência contra a mulher nos campi da UFRRJ com protagonismo do campus sede em Seropédica. Assim, esta dissertação pretende refinar o estudo iniciado em 2016 trazendo como recorte a violência de gênero na UFRRJ, as iniciativas em torno do fenômeno e os atores envolvidos no mesmo.

O debate em torno da segurança no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro se intensificou em 2014 puxado por denúncias de violência contra a mulher mobilizando não apenas discentes, mas também docentes e servidores. A mobilização expôs um quadro de violência moral, sexual e por vezes física com relatos que datam desde a década de 1970 até a atualidade.

Tomo aqui, a violência como um conflito que opera em diferentes esferas do mundo social. Deste modo torna-se fundamental que a sociologia reflita como esta vem sendo administrada através de políticas e tomadas de decisão da comunidade acadêmica da UFRRJ. Esta dissertação pretende compreender como o conflito em torno da violência contra a mulher está presente nas relações interpessoais no cotidiano universitário; quais situações ganharam repercussão dentro e fora da Universidade, quais escolhas procedimentos e ações a administração superior produziu para gestão dessas situações e

ainda compreender como se dá a interação entre os atores – as alunas, por meio de suas mobilizações e a administração superior da UFRRJ - que disputam/defendem seus interesses dentro do conflito.

Segundo Simmel (1983), o conflito é o fenômeno de interação social e/ou modifica grupos de interesse, uniões e organizações, é uma forma de sociação. Quando considerado enquanto uma forma social, o conflito pode possibilitar momentos de construções e destruições, quer sob as instituições, estruturas, arranjos e processos. O conflito constitui um espaço social onde o próprio confronto é um ato de reconhecimento e afirmação das partes. É onde superam-se os hiatos, os limites socialmente estabelecidos, as desigualdades sociais produzidas e estruturadas.

O conflito é uma força dinâmica, propulsora e desbloqueadora de situações sociais dinâmicas e/ou estáticas, nos modos adotados por uma sociedade. O conflito impõem um passo além do agora construído. Ele é uma ação desencadeadora de reviravoltas, mudanças sociais, constituindo-se num componente regular próprio do cotidiano e substância existente nos diversos movimentos efetuados pelas mudanças nas relações humanas.

Algumas situações de conflitos são interações sociais com possibilidades de mediação, entretanto há situações onde se instala a violência, havendo ainda situações em que o conflito que já é violento. Situações onde bens são violados ou a integridade física de outrem com uso da força. O conflito aqui surge então como a percepção de que o ato em curso ou já consumado está em desacordo com o bem estar daquele grupo ou indivíduo que agora é entendido como vítima.

O entendimento sobre os conflitos sociais vem assumindo uma importância relevante para a compreensão da realidade social moderna e as transformações que estão em curso. Deste modo, torna-se expressivo estudar a dinâmica do processo de administração de conflito no campus da UFRRJ para compreender o como as mudanças em curso incidem não apenas na vida das mulheres que estão na Universidade, mas em toda a comunidade acadêmica que compartilha o mesmo espaço público.

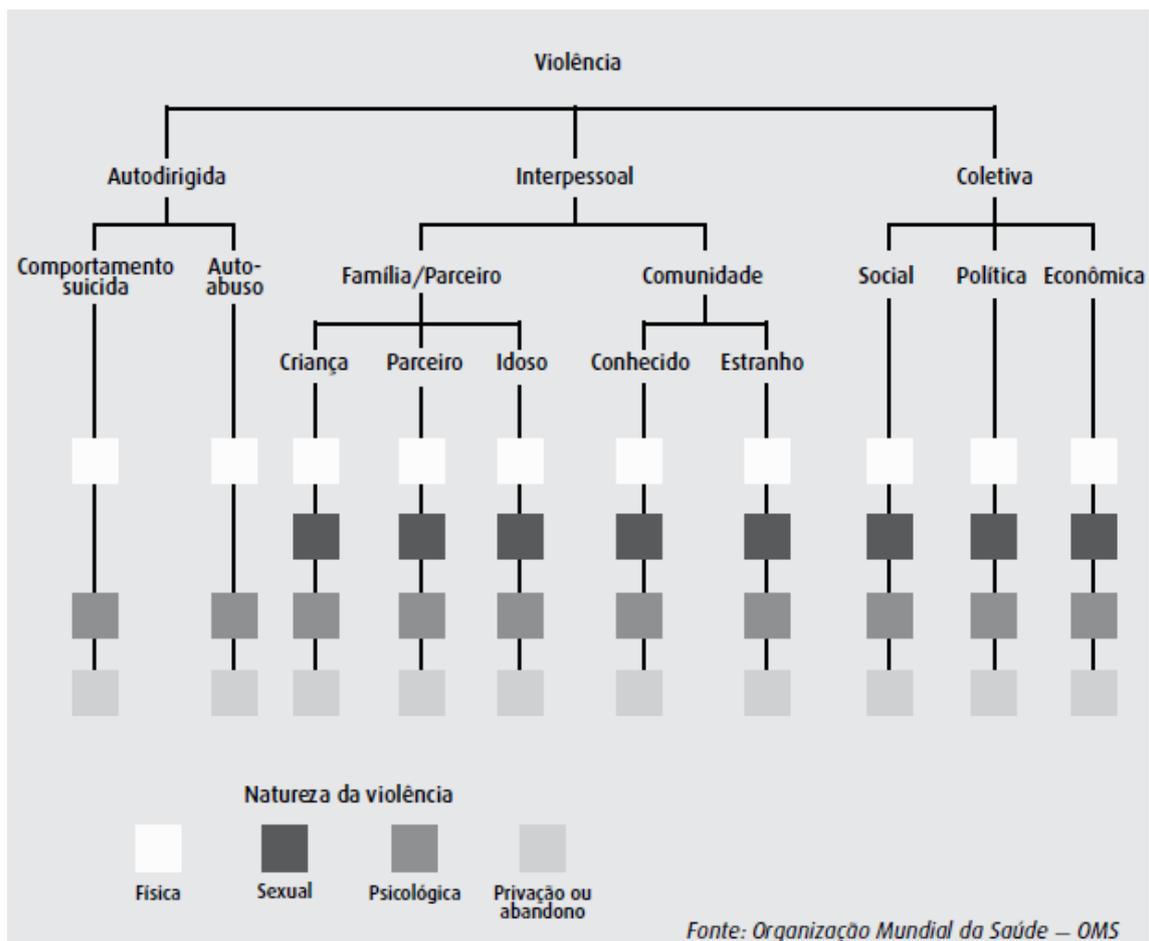
Esta dissertação entende a complexidade da violência enquanto objeto sociológico por ser este um fenômeno empírico que é sentido, representado e percebido a partir da

interação social. Sendo assim, a violência enquanto objeto sociológico possui caráter subjetivo que age como vetor aditivo e impacta a vida em sociedade, isto por que as representações sociais acerca da violência geram condutas.

Cabe então inicialmente, uma reflexão acerca da violência. A Organização Mundial da Saúde, no seu informe *World Report on Violence and Health* (WHO, 2002), define a violência como o uso intencional de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa, ou contra um grupo ou a comunidade que resulte ou tenha uma alta probabilidade em resultar em ferimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. A tipologia proposta pela OMS divide a violência em três amplas categorias: autodirigida; violência interpessoal; e violência coletiva.

O quadro 1, apresenta a natureza dos atos violentos, classificando-os em física, sexual, psicológica ou privação/abandono. As categorias são subdivididas com a intenção de melhor refletir tipos mais específicos de violência. Essa tipologia contribui para a superação de outras tipologias propostas, pois capta a natureza dos atos violentos, a relevância do cenário, a relação entre agente e vítima e as possíveis motivações para um comportamento violento. (GARTNER, 2008)

Quadro 1: Tipologia da violência



Fonte: GARTNER, 2008.

Esta dissertação entende violência toda ação compreendida como uma interferência de qualquer ordem física, moral, simbólica, de violação de direitos, de perturbações e sofrimento relativa a alterações que um ou mais indivíduo causam a outro(s), ao infringir as leis estatais ou morais/sociais previamente pactuadas. (PINTO, 2014).

O conceito de violência de gênero, por sua vez, pode ser entendido como a relação de poder e de dominação do homem e de submissão da mulher em que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem às relações violentas entre os sexos, indicando que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas (TELES; MELO, 2003, p. 18).

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, Convenção de Belém do Pará, de 01 de setembro de 1995, afirma que se deve entender como violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero,

que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico a mulher, tanto no âmbito público ou privado.

Vários são os tipos de conduta que devem ser entendidos como violência. A Lei Maria da Penha (11.340/2006), criada para prevenir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar contra as mulheres define:

Violência física: agressão ao corpo por meio de socos, empurrões, chutes, mordidas ou pelo uso de armas.

Violência sexual: é aquela em que a mulher é obrigada a presenciar ou praticar relações sexuais não desejadas.

Violência psicológica: constrangimentos, humilhações feitas em público ou em casa, são condutas que abalam o emocional e a autoestima.

Violência moral: ações que afetam a imagem da mulher diante da sociedade ou diminuem o conceito de que elas têm de si mesma, com palavras ofensivas, xingamentos, entre outros.

Violência patrimonial: a danificação de móveis, eletrodomésticos ou objetos de casa, bem como o ato de reter ou destruir documentos pessoais. (BRASIL, Lei 11.340/2006)

A pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2001 trouxe dados alarmantes sobre as brasileiras. No Brasil, 43% das mulheres admitiram já terem sofrido algum tipo de violência. Quando surge o recorte de gênero, a pesquisa revela que uma a cada cinco brasileiras já sofreu algum tipo de violência por parte de homens. Os dados da pesquisa permitem projetar uma “taxa de espancamento” segundo a qual estima-se que cerca de 7 milhões – dentre as brasileiras vivas – já foram espancadas ao menos uma vez. Estima-se que no mínimo 2,1 milhões de mulheres sejam espancadas por ano, ou seja, uma a cada 15 segundos.

O Dossiê Mulher 2018 (ano base 2017), produzido pelo Instituto de Segurança Pública com base nos dados da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, mostra que as mulheres continuam sendo as maiores vítimas dos crimes de estupro (84,7%), ameaça (67,6%), lesão corporal dolosa (65,5%), assédio sexual (97,7%) e importunação ofensiva ao pudor (92,1%). O Dossiê conta ainda que boa parte dos crimes contra as mulheres são cometidos por pessoas com algum grau de intimidade ou proximidade com a vítima, ou seja, são companheiros e ex-companheiros, familiares, amigos, conhecidos ou vizinhos.

A opressão de gênero possui muitas faces e se faz presente em todos os âmbitos da sociedade, tendo a violência como sua expressão mais danosa às mulheres. A violência de gênero é um tema urgente e caro para a sociedade, trata-se não apenas um problema relacionado a relações interpessoais, constitui uma violação de direitos humanos. Seus efeitos marcam trajetórias individuais, mas também modificam o ordenamento da sociedade.

A Universidade não está isenta das questões que afligem a sociedade. Entretanto, é um espaço de autonomia política, administrativa, financeira, didática e disciplinar. Essa situação a coloca em um lugar específico, tanto em relação às possíveis formas de intervenção das instituições de segurança pública, quanto às políticas e medidas que ela define e adota para administrar a segurança dentro de seu patrimônio e de todos que a frequentam.

O campo

A origem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro se inicia no ano de 1910 através do Decreto 8.319 de 20 de Outubro, assinado pelo presidente Nilo Peçanha e pelo ministro da Agricultura Rodolfo de Nogueira Rocha Miranda instituindo a abertura da Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária e criando bases para o ensino agropecuário no Brasil. No início sua sede estava instalada no palácio do Duque de Caxias, no Maracanã, Rio de Janeiro e teve como seu primeiro diretor o Agrônomo Gustavo Dutra¹.

Em suas primeiras décadas passou por muitas mudanças de local, efetivando-se como Universidade Rural no ano de 1943 pelo Decreto-Lei 6.155, de 30 de Dezembro, unificando a Escola Nacional de Veterinária e a Escola Nacional de Agronomia, ligadas ao Ministério da Educação e Saúde desde 1938, sendo assim transferida em 1948 para às margens da Rodovia Rio -São Paulo, atual BR- 465, onde se localiza hoje seu campus sede. O nome atual da universidade foi criado pela a Lei 4.759 no ano de 1965 acompanhando as tendências reformistas nacionais focadas no ensino superior. Após mudanças estruturais ampliou significativamente seu número de cursos e vagas, de acordo com os dados disponibilizados pela própria universidade (UFRRJ, 2014).

¹UFRRJ. História. <<http://portal.ufrj.br/institucional/historia/>>. Acesso em maio de 2018.

Atualmente a UFRRJ possui 3 campi, há o campus sede no município de Seropédica, há também desde de 1998 o campus em Três Rios - Instituto Três Rios – e, datado de 2006, o campus no município de Nova Iguaçu – Instituto Multidisciplinar. Sabe-se que hoje, em Seropédica, a UFRRJ conta com uma área de 3.500 hectares e apenas 131.346 metros quadrados de área construída².

Desde a implantação do Projeto Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (sigla REUNI) do Governo Federal em 2009, a UFRRJ passou por uma significativa transformação. A Universidade que em 2005 contava com 7.000 mil alunos e 22 cursos de graduação, atualmente oferece 57 cursos, cerca de 23 mil alunos matriculados, 1.200 professores e 2.000 técnicos administrativos. Também após o Reuni, a pós-graduação na UFRRJ passou por um período de expansão. Entre 2004 e 2014, houve um crescimento de mais de 100%, passando de 17 cursos oferecidos na modalidade *stricto sensu* para mestrado e doutorado em 2004, para 41 em 2014. Hoje, a UFRRJ tem cerca de 2.000 alunos matriculados em seus 41 cursos de pós graduação *stricto sensu*. A Universidade conta ainda com um contingente de cerca de 1.500 estudantes residentes no alojamento.

Deve-se ressaltar que o campus de Seropédica está localizado na Baixada Fluminense, região sócio historicamente marginalizada pelas políticas públicas, com uma população de cerca de 16,72 milhões sendo a grande parte de pessoas que se locomovem diariamente para as regiões centrais da cidade do Rio de Janeiro para trabalhar e que entretanto não tem em seu local de moradia atenção pública adequada para o bem estar da população. A região que há muitas décadas enfrenta altos índices de criminalidade, nos últimos anos vêm sendo afetada pela percepção do aumento da criminalidade entre moradores, acompanhado de uma forte propaganda midiática que fomenta o discurso medo, violência e insegurança.³

²Wikipédia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_Rural_do_Rio_de_Janeiro>. Acesso em novembro de 2015.

³ O GLOBO. Rio. Baixada, região onde estão os mais altos índices de violência. Abril de 2018 Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/baixada-regiao-onde-estao-os-mais-altos-indices-de-violencia-22554185>> Acesso em fevereiro de 2018.

Figura 1: Mapa da UFRRJ.



Fonte: Minha Rural/ 2015.

Legenda do mapa da rural:

- 1- Pavilhão Central (P1)
- 2- Biblioteca Central
- 3- Instituto de Ciências Exatas (ICE)
- 4- Divisão de Guarda e Vigilância (DGV)
- 5- Prédio de Química (PQ')
- 6- Pitágoras
- 7- Prédio da Pós Graduação (PPG)
- 8- Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS)

- 9- Restaurante Universitário (Bandejão)
- 10- Alojamento Masculino
- 11- Posto de Saúde
- 12- Alojamento Feminino
- 13- Prédio de Aulas Teóricas (PAT)
- 14- Prédio de Aulas Práticas (PAP)
- 15- Instituto de Zootecnia (IZ)
- 16- Praça de Desportos
- 17- Departamento de Educação Física
- 18- Instituto de Biologia (IB)
- 19- Instituto de Veterinária (IV)
- 20- Instituto de Agronomia (IA)
- 21- Instituto de Floresta (IF)
- 22- Instituto de Tecnologia (IT)
- 23- Departamento de Geociências (DG)
- 24- Prefeitura Universitária

Como dito anteriormente, desde 2014 o debate em torno da violência contra a mulher ganhou força na UFRRJ. As denúncias através das redes sociais viabilizaram a organização em coletivos que construíram uma pauta clara de reivindicações junto à Reitora. As mulheres que compõem os coletivos existentes na UFRRJ partem do entendimento de que os casos de violência contra a mulher no campus de Seropédica da UFRRJ, não se tratam de “fatos isolados”, mas sim atos que dizem sobre a forma como as mulheres historicamente vêm sendo tratadas enquanto sujeito coletivo.

Objeto, objetivo e metodologia

Esta dissertação pretende identificar como a segurança da mulher vem sendo gestada enquanto conflito na UFRRJ. O tema é denso, e envolve elementos que estão intrínsecos na gestão e no direito ao espaço público. Serão ainda consideradas as especificidades do campus Universitário. Será investigado como a via Institucional – representada pela Reitoria – e a via não Institucional – as estudantes e coletivos – vêm produzindo ações que refletem nas medidas tomadas pela Universidade e que atingem diretamente a vida e toda dinâmica que envolve o cotidiano da comunidade acadêmica.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender a dinâmica do processo administração de conflitos relativos à gestão da violência de gênero no campus de Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pela via institucional – Reitoria e seus órgãos - e não institucional – discentes, movimentos, coletivos.

Os objetivos específicos buscam o mapeamento e identificação das situações de conflitos e violência contra a mulher ocorridos no período de 2011 a 2016 que tiveram grande repercussão no que se refere a segurança no campus da UFRRJ e produziram mobilização por maior segurança; Identificar as iniciativas não institucionais em torno da violência contra a mulher no campus de Seropédica da UFRRJ; Compreender como a Instituição acolhe e administra a violência contra a mulher no campus de Seropédica; Verificar o histórico de violência contra a mulher no campus de Seropédica da UFRRJ; Levantar dados estatísticos de violência contra a mulher no campus de Seropédica registrados na Divisão de Guarda e Vigilância no período de 2011 a 2016; Descrever e analisar as narrativas presentes no Processo Administrativo Disciplinar 8670/12. Identificar os papéis de gênero acionados nos casos de violência contra a mulher.

Para tanto, a metodologia escolhida para este trabalho é de natureza qualitativa e faz uso de procedimentos quantitativos. As pesquisas qualitativas pretendem obter uma compreensão profunda do contexto através da perspectiva que os próprios atores utilizam para interpretar a realidade. Já as quantitativas privilegiam a tentativa de obter uma mensuração precisa, que permita comparar a frequência dos fenômenos. Uma das vantagens da pesquisa quantitativa é que os procedimentos atingem maior grau de padronização e podem ser prontamente comunicados de forma que possam ser replicados ou contestados com maior facilidade. Em pesquisa qualitativa, o grau de padronização é menor e as estratégias de controle do viés, por exemplo, menos consolidadas. Entretanto, isto significa que o cuidado com o rigor e com os controles deve ser inclusive superior ao que existe em pesquisas quantitativas, de forma a garantir a validade das conclusões. (CANO, 2012)

A sociologia pública, em especial a área da segurança, é uma sociologia que se propõe a formular reflexões acadêmicas à luz de fenômenos sociais que muitas das vezes podem ser observados/ sentidos a olhos nus. Os números são capazes de mensurar dados de modo padronizado para assim serem analisados em grande escala, viabilizando uma análise palpável em diálogo com a realidade social. Em *Por uma Sociologia Pública* (2009), Burawoy defende a produção de uma sociologia que seja capaz de intervir na vida pública. Burawoy desenvolve onze teses enfatizando a sociologia não apenas enquanto ciência, “mas também como moral e força política” (p.20). Estas teses têm em

comum a ideia de uma “sociologia pública orgânica” caracterizada por um processo educativo mútuo entre o cientista e o seu público.

O método qualitativo foi utilizado através nas técnicas de entrevista, análise de texto jornalístico e análise de narrativas. A entrevista é utilizada para a obtenção de informações a respeito do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram e também acerca das suas explicações ou razões a respeito de coisas anteriores. Alguns aspectos são importantes para o êxito de uma entrevista e de seus resultados. Há três etapas principais para uma entrevista obter resultados positivos, são eles: o preparo da entrevista; o desenvolvimento da entrevista; e a transcrição da entrevista.

Já a análise de texto jornalístico compreende o jornalismo como um lugar de circulação e produção de sentidos. As narrativas midiáticas podem ser tanto fáticas - notícias, reportagens, documentários, transmissões ao vivo, etc. - quanto fictícias - as telenovelas, videoclipes musicais, filmes, histórias em quadrinho, alguns comerciais da TV-. As notícias veiculadas pela mídia exploram narrativas fáticas, imaginárias ou híbridas procurando ganhar a adesão do leitor, ouvinte ou telespectador, envolvê-lo e provocar certos efeitos de sentido. Exploram o fático para causar o efeito de real - a objetividade - e o fictício para causar efeitos emocionais - subjetividades. (MOTTA, 2007)

As narrativas midiáticas não são apenas representações da realidade, mas uma forma de organizar nossas ações em função de estratégias culturais em contexto. São também formas de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação. O discurso narrativo, literário, histórico, jornalístico, científico, jurídico, publicitário e outros participam dos jogos de linguagem, todos realizam ações e performances socioculturais, não são só relatos representativos. Para este estudo é pertinente investigar e analisar a veiculação dos casos de violências, estupro, tentativa de estupro, roubos e furtos no campus da UFRRJ e seus arredores, a fim de compreender como as notícias contribuíram para o debate em torno da segurança na UFRRJ.

Para tanto o recurso metodológico utilizado é a análise do discurso. Os pressupostos teóricos da análise do discurso da escola francesa valorizam as condições históricas de

produção das formações discursivas configurando-se como aquilo que numa formação ideológica – ou seja, a partir de uma posição e conjuntura sócio histórica – determina o que pode e deve ser dito. As condições de produção, segundo Pêcheux (2008), são definidas pelos lugares ocupados pelo emissor e receptor na formação social, ou seja, pelos sujeitos aí inseridos.

A contribuição deixada por Foucault (1996) para a teoria social do discurso situa-se na relação entre discurso e poder, na construção discursiva de sujeitos sociais e no funcionamento do discurso na mudança social. Foucault sublinhou os discursos enquanto práticas descontínuas. Considerando nessa prática, o princípio de regularidade e o princípio de exterioridade. Segundo ele, devemos considerar o discurso como uma forma de influenciar e exercer micropoderes nas relações sociais.

O conceito de discurso e de análise de discurso estão alicerçados em três dimensões: “texto”, “prática discursiva” e “prática social”. A primeira dimensão cuida da análise linguística de textos. A segunda é reconhecida como texto e interação do discurso, estabelecendo a natureza dos processos de produção e interpretação social, demonstrando, tipos de discurso, identificando suas derivações e combinações. Por último, temos a prática social, que trata de questões importantes na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo, entendendo como moldam a natureza da prática discursiva e seus efeitos constitutivos/constitutivos (FAIRCLOUGH, 2001). Utilizo aqui a noção de discurso como modo de prática política e ideológica:

“O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.” (FAIRCLOUGH 2001, página 94)

Partindo de uma perspectiva discursiva crítica, compreende-se que o discurso não só reflete e representa a sociedade, mas também a significa, constrói e modifica a realidade. Os efeitos constitutivos do discurso podem ser vistos na reprodução, criação e modificação de identidades e papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, na relação entre os mesmos e ainda como a Universidade lida com a violência de gênero no interior do campus. A análise de discurso também foi o recurso metodológico empregado na análise do Processo Administrativo Disciplinar (PAD)

23083.008670/2012-49 referente a um caso de tentativa de estupro ocorrida no alojamento universitário.

O método quantitativo foi utilizado para quantificação de dados dos registros de ocorrências da Divisão de Guarda e Vigilância da UFRRJ. A estatística se constitui como uma síntese construída a partir da observação das realidades. Todo recorte estatístico é constituído por diferentes interpretações de um mesmo fato, o que explica a existência de um grau aceitável e conhecido de erro, muito embora haja um discurso de que os números sejam sempre exatos. Foram compilados os dados disponibilizados pela Divisão de Guarda e Vigilância da Universidade entre os anos de 2011 e 2016, em seguida foi feito um recorte dos registros de violência contra a mulher. Os dados foram analisados a fim de compreender o histórico recente de violência contra a mulher na UFRRJ.

Foram também utilizados dados do Instrumento de Pesquisa de Opinião (IPO) desenvolvido por ocasião da pesquisa monográfica desenvolvida em 2016. O IPO no formato online com o auxílio do Formulários Google foi divulgado através das comunidades no *Facebook* utilizadas pela comunidade acadêmica. O formulário indagava acerca da percepção individual em relação à segurança no espaço do campus universitário e dos elementos que estão inseridos nessa problemática, como infraestrutura e a Divisão de Guarda e Vigilância. O IPO contou com 15 perguntas - 11 perguntas fechadas e 4 perguntas abertas e obteve 386 respondentes. Como dito anteriormente, o IPO foi divulgado através de comunidades em redes sociais utilizadas pelos frequentadores da universidade; durante o período de dois meses em que o questionário permaneceu disponível para ser respondido, o formulário online era divulgado a cada 15 dias, de modo que este pudesse circular e ser visto pelo maior número de pessoas possível⁴.

Este trabalho entende que a sociedade é construída a partir da ação dos atores sociais. Busca-se produzir uma sociologia compreensiva (WEBER, 1999), preocupada em interpretar a vida social tal como ela é narrada e vivida pelos atores sociais que compõe

⁴ Entretanto, importa destacar que essa ferramenta de coleta possui limitações metodológicas, pois normalmente as pessoas mais interessadas no tema em questão são aquelas que se dispõem a responder a chamada. Dessa forma, torna-se importante apontar que o número total de 386 respondentes é bastante significativo, contudo nessa pesquisa não houve uma seleção amostral aleatória de diferentes perfis e segmentos respondentes, estão contabilizados todos aqueles que se interessam a partir da chamada a responder o formulário online.

a comunidade acadêmica e percebem o conflito na UFRRJ. Não se trata apenas de explicar o fenômeno, mas sim de captar seu conteúdo fundamental, seu sentido. É através do sentido que pode-se apreender os nexos entre os laços significativos de um processo particular de ação para então reconstituí-lo numa unidade que não se limita à atos isolados.

Essa dissertação está estruturada em 4 capítulos seguidos das considerações finais. O capítulo 1 pretende apresentar através da cobertura midiática como a segurança nas Universidades, em particular a violência gênero, ganhou visibilidade na imprensa e no meio acadêmico, entrando de modo efetivo na agenda pública de debates. Espera-se demonstrar que o debate não está apenas na UFRRJ Seropédica, mas também em outras Universidades pelo país. Em seguida serão apresentados os casos de violência contra a mulher que se destacaram no período de 2011 a 2016 na UFRRJ. Serão abordados os fatores que incidem na dinâmica do conflito no campus onde se localiza esta pesquisa, tais como fronteira, subnotificação da violência e infraestrutura. Por fim, pretende-se refletir acerca da influência do discurso da imprensa que contribui para a formação das representações sociais.

O capítulo 2 pretende apresentar a administração não institucional, as iniciativas, movimentos e coletivos protagonizados por discentes que buscam visibilizar, discutir e pensar soluções para as questões que envolvem a violência contra a mulher no campus da UFRRJ. Propõe ainda investigar quais fatores não só possibilitaram como fomentaram as denúncias em torno da violência contra a mulher virem à tona; e a mobilização do público feminino dentro da Universidade.

O capítulo 3 apresenta a Divisão de Guarda e Vigilância da UFRRJ - suas competências, atribuições e desafios – órgão que cotidianamente é o primeiro a representar a administração superior no que tange as situações de violência no campus. Em seguida, serão apresentados dados de incidência criminais e de violência contra a mulher no campus de Seropédica da UFRRJ a fim de compreender o fenômeno da violência contra a mulher no campus de Seropédica da UFRRJ.

O capítulo 4 propõe uma análise do PAD 23083.008670/2012-49⁵ referente à tentativa de estupro sofrida por uma aluna da UFRRJ no alojamento universitário no ano de 2012. A análise tem por objetivo observar no PAD a presença de elementos que fazem parte da construção de identidades e das relações de gênero. Parte-se do entendimento que o PAD constitui um campo de disputa entre as vias institucional e não institucional envolvidas no conflito em torno da violência de gênero na UFRRJ.

⁵ O PAD 23083.008670/2012-49 encontra-se na sala de Arquivo e Protocolo da UFRRJ. O acesso a ele foi permitido pelo Pro Reitor de Assuntos Estudantis Cesar Augusto Da Ros.

CAPÍTULO I - “CHEGA DE SILÊNCIO!” DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM UNIVERSIDADES

Este capítulo pretende apresentar através da cobertura midiática como a segurança nas Universidades, em particular a violência gênero, ganhou visibilidade na imprensa e no meio acadêmico, entrando de modo efetivo na agenda pública de debates. Espera-se demonstrar que o debate não está apenas na UFRRJ Seropédica, mas também em outras Universidades pelo país. Em seguida serão apresentados os casos de violência contra a mulher que se destacaram no período de 2011 a 2016 na UFRRJ. Serão abordados os fatores que incidem na dinâmica do conflito no campus onde se localiza esta pesquisa, tais como fronteira, subnotificação da violência e infraestrutura. Por fim, pretende-se refletir acerca da influência do discurso da imprensa que contribui para a formação das representações sociais.

A mídia, mais especificamente a imprensa, é um elemento essencial no funcionamento de uma sociedade democrática. Seu papel vai além da informação, promove também a vigilância e fiscalização dos direitos da cidadania. Proporciona ainda visibilidade às demandas da sociedade civil, denunciando direitos que não estão sendo devidamente assegurados. Todavia, os estudos nos mostram que há um processo e construção daquilo que será noticiado a partir do que Silva (2005) chamou de “sensibilidade jornalística” Trata-se de uma adaptação da noção de sensibilidade jurídica Geertz (2000). Compreende-se que ambas as noções correspondem a “princípios abstratos” que subjazem à produção de “estórias sobre ocorrências reais” (p.325) Assim, a notícia corresponde, de fato, a uma “ficção”, ou seja, a “algo construído”, “modelado”, enfim, a “uma fábrica” (GEERTZ, 1989), de modo que a sensibilidade jornalística deve ser entendida como o modo de concepção que orienta tal fabricação, isto é, como o elemento virtual que sobredetermina as diferentes maneiras de perceber, formular e elaborar a notícia no interior de um dado contexto sócio profissional.⁶

Peter Berger e Thomas Luckmann (1966) afirmam que a sociedade resulta da construção social da realidade, onde o modo cotidiano pelo qual o indivíduo define a sociedade, percebe as ações humanas e interage socialmente constrói o mundo social.

⁶ Silva (2005) mostra como um mesmo fato é passível de receber tratamentos diversos, que, via de regra, podem ser orientados tanto pela noticiabilidade do fato em si, como pela linha editorial do jornal, pelos interesses político-econômicos em jogo ou, até mesmo, pela preferência temática que determinados funcionários do jornal venham, porventura, a manifestar.

Assim, a percepção dos sentidos é moldada através dos parâmetros estabelecidos socialmente, é então nesse processo que o indivíduo constrói sua consciência e interpreta o mundo. Desse modo, ao noticiar violência de gênero, a imprensa contribui para a construção e modela a representação acerca da mesma. Seu principal papel deve ser informar sobre o crime baseado em parâmetros éticos e com responsabilidade social sobre o que está por trás do crime, ou seja, o contexto de violência em que ocorreu e que invariavelmente envolve desrespeito à condição de mulher. É importante ainda a partir do problema, a primeira vista individual, que se procure estabelecer uma conexão com os aspectos socioculturais envolvidos para assim contribuir de maneira positiva.

1.1 - Violência contra mulheres em IES pelo Brasil

Nos últimos anos as denúncias de estupro sofrido por universitárias se espalham por todo o país, sejam elas públicas ou privadas. Em pesquisa encomendada pelo Instituto Avon ao Data Popular⁷ revelou ouviu 1.823 universitários das cinco regiões do Brasil entre 16 e 35 anos. O estudo revelou que 67% das entrevistadas já sofreram algum tipo de violência – sexual, psicológica, moral ou física – no ambiente universitário e 38% dos homens admitiram já ter cometido algum tipo de violência contra mulheres também no ambiente universitário.

“Os casos frequentes fizeram com que 42% das alunas sentissem medo da violência nos ambientes universitários e 36% delas já deixaram de fazer alguma atividade acadêmica por isso. O levantamento ainda mostrou que 49% das alunas já foram desqualificadas intelectualmente no ambiente universitário por serem mulheres, com piadas ou sátiras de gênero. O levantamento mostrou também que, embora dois terços das alunas sofreram violência, 63% não reagiram. A maioria delas, por medo de ser exposta (61%). Das que contaram, um terço sofreu represálias, como ser hostilizada, ficar isolada ou ser exposta na universidade. — É preciso pensar uma solução para esse problema que passe pela responsabilização de todos os componentes da comunidade acadêmica — afirmou Renato.” (Presidente do Data Popular, Renato Meirelles. 2015)

Trago dois casos de grande repercussão no país que ajudaram a trazer ao grande público o debate acerca da gestão da segurança nos campi universitários. Em agosto de 2014 uma aluna que não quis se identificar foi atacada no estacionamento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, a tarde, quando entrava no carro. A aluna conta que recebeu vários bilhetes com ameaças de seu agressor e desde então procurou ajuda do

⁷ZH Notícias. Quase 70% das mulheres já sofreram violência em universidades, mostra pesquisa. <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/12/quase-70-das-mulheres-ja-sofreram-violencia-em-universidades-mostra-pesquisa-4921846.html>> Acesso em janeiro de 2015.

coordenador do seu curso, que prometeu passar nas salas falando sobre o assunto, porém nada foi feito. Após sofrer o ataque a aluna foi à polícia para fazer boletim de ocorrência e exame de corpo de delito. Como a aluna não conseguiu ver o rosto do agressor foi orientada a ir a segurança da universidade para procurar nas gravações das câmeras o momento do ataque e assim identificar o agressor. Ao procurar a guarda universitária, foi informada que as mais de 100 câmeras espalhadas na universidade não funcionavam há um ano⁸.

Também em São Paulo, uma aluna recorreu ao Ministério Público para denunciar os casos de discriminação, assédio e violência na Faculdade de Medicina da USP (FMUSP). O inquérito do MP/SP cita além de 8 casos de estupro, ainda 2 casos concretos de discriminação contra homossexuais em festas da FMSP - como foi relatado pelo jornal O Estado de São Paulo na época. Um jovem, que não quis identificar, disse ter sido impedido de entrar em uma ala da festa “Carecas no Bosque” que só aceitava casais heterossexuais.

Em dezembro de 2014, a Comissão de Direitos Humanos da ALESP abriu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) presidida pelo então deputado Adriano Diogo (PT). Durante entrevista para o Jornal do Campus⁹, o ex-deputado afirmou que sofreu pressão da diretoria da FMUSP para que não fossem realizadas as primeiras audiências públicas, envolvendo casos de trotes e abuso sexual na unidade antes mesmo da abertura oficial da CPI. A CPI – SP investigou casos constantes de violações de direitos humanos não só na FMUSP, mas também na Unicamp e PUC Sorocaba, foram ouvidas mais de 200 pessoas. Os relatos vão desde hinos racistas até abusos corporais, psicológicos e sexuais. A matéria conta que:

“Com fim em março de 2015, o relatório final da CPI determinava 39 recomendações, que não foram levadas adiante pela FM, e responsabilizava as universidades, as entidades promotoras de festas e os agressores pelos crimes. O documento propunha ainda a criação de uma Ouvidoria Estudantil estadual para atender os casos de assédio sexual, moral e profissional; além de dois projetos de lei: um que proíbe o patrocínio de festas estudantis por fabricantes de bebida alcoólica e outra que cria um cadastro universitário único para relatar o envolvimento de estudantes em trotes. Para Adriano

⁸ G1. “Nunca saio sozinha”, diz aluna que sofreu uma tentativa de estupro na USP. <<http://g1.globo.com/educaçao/noticia/2014/12/nunca-saio-sozinh-diz-a-aluna-que-sofreu-tentativa-de-estupro-na-usp.html>>. Acesso e janeiro de 2016.

⁹Jornal do Campus. Aos abusos sexuais, silêncio. <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2015/11/aos-abusos-sexuais-silencio/>> Acesso em janeiro de 2016.

Diogo, presidente da CPI, o principal avanço das audiências foi “desnudar barbaridades que acontecem nas melhores universidades do país, e são abafadas”. (Fonte: Jornal do Campus, 2015)

Na Universidade Federal de Pernambuco no Ceará uma estudante foi atacada em um dos pontos de ônibus da Universidade, o caso tomou conhecimento nacional ao ser noticiado no programa da Rede Globo, Profissão Repórter, que foi ao ar no dia 13 de novembro de 2015¹⁰. O programa mostrou o depoimento da aluna que cursava o primeiro período de biomedicina. A aluna de 19 anos foi estuprada em um terreno sem iluminação que pertence à Universidade. No relato da vítima postado por amigas na página do *Facebook* do Coletivo Feminista L.I.S, a estudante diz:

“Após o ocorrido eu tive algumas consequências: por causa do estrangulamento eu tive derrame ocular, não saio de casa sozinha, tive que voltar para a minha cidade, e o pior de tudo, desisti do meu sonho de me formar na UFPE. Sim, esses acontecimentos destroem sonhos e “tiram” a liberdade de viver.” Fonte: página do Coletivo Feminista L.I.S no *Facebook*

Apresento agora o debate para a esfera local na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro onde se concentra esta pesquisa.

1.2 - Notícias Jornalísticas sobre violência na UFRRJ

A segurança passa a compor a agenda de debates na UFRRJ com maior intensidade a partir de 2014 quando denúncias feitas por alunos e alunas nas redes sociais acerca de assaltos, má iluminação no campus e estupros na Universidade e seus arredores chegam à grande mídia. São muitas as reportagens. Foram selecionadas para esta pesquisa, àquelas que geraram grande repercussão.

Uma das matérias que mais chocou não só a comunidade universitária e local, mas também toda a região, diz respeito ao caso ocorrido em outubro de 2014 no qual uma aluna surgiu na ciclovia aos gritos e com a mão ensanguentada ao resistir a uma tentativa de estupro. Uma queixa constante da comunidade acadêmica diz respeito da falta de iluminação em diversos pontos do campus e da ciclovia. O caso gerou grande alarde pelo fato do ataque ter ocorrido por volta das 10:30 da manhã, fazendo com que o sentimento de insegurança crescesse ainda mais. A matéria veiculada pelo Jornal O Globo e tele noticiada pelo canal Record, conta que a polícia civil e militar foi acionada

¹⁰G1 Profissão Repórter. Escuridão que afeta a vida da gente. <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2015/11/escuridao-que-afeta-vida-da-gente.html>>. Acesso em janeiro de 2016.

e perseguiu o agressor. A então Reitora Ana Dantas declarou na ocasião que o ataque aconteceu fora do campus e afirmou estar buscando mais recursos do MEC¹¹.

A declaração da professora Reitora Ana Dantas causou incômodo em parte da comunidade acadêmica. A segurança na ciclovia é uma das maiores preocupações dos estudantes que fazem diariamente o trajeto entre a Universidade e o centro de Seropédica, onde muitos moram. O Conselho Comunitário de Segurança de Seropédica¹² afirmou em abril de 2016 que a ciclovia é de responsabilidade da UFRRJ, sendo assim, é a Universidade quem deve mantê-la iluminada bem como realizar patrulha no local. Entretanto, ao falar sobre as prioridades de patrulha da Divisão de Guarda e Vigilância, o Diretor do órgão declarou que:

“A Universidade tem que estar comprometida, tem que priorizar em primeiro lugar a vida. Que tenha uma viatura no caminho do PAT (*Pavilhão de Aulas Teóricas*) 21:00 na hora que os alunos estão saindo e que fique até 23:00 no ponto de ônibus. Então eu tenho que priorizar algumas coisas. Que tenha uma viatura patrulhando não a ciclovia, porque isso é responsabilidade da PM ou da Polícia Rodoviária, mas que tenha alguém ali perto 18:00 na hora que o pessoal da veterinária sai da aula.” (Fonte: Entrevista com o diretor da DGV. ROSA, 2016)

No que tange a questão do patrulhamento da ciclovia não há consenso entre as instituições de segurança. É importante ressaltar que na ocasião em que estive presente na reunião do Conselho Municipal de Segurança de Seropédica em abril de 2016, o representante enviado pela Universidade foi o Pro Reitor de Assuntos Estudantis. Quando o diálogo entre os órgãos que devem zelar pela segurança não é pleno a região – neste caso, a ciclovia – sofre um processo de degradação tornando-se local estratégico para ocorrência de delitos.

Quando se estuda Estado Moderno, a questão da fronteira é um aspecto importante do seu imaginário. Geralmente, considera-se que as funções centralizadoras e ordenadoras do Estado teriam como seu correlato as fronteiras, os limites da centralização estatal, espaços problemáticos de dominação e de conflito (ALVAREZ & SALLA, 2013). Já Veena Das e Deborah Poole (2008) enfatizam que o estado é sempre um projeto

¹¹O Globo. Aluna da UFRRJ sofre tentativa de estupro nos arredores da Universidade, em Seropédica. Disponível em: <oglobo.globo.com/sociedade/educacao/aluna-da-ufrj-sofre-tentativa-de-estupro-nos-arredores-da-universidade-em-seropedica-14114361> Acesso em novembro de 2015.

¹² O Conselho Comunitário de Seropédica se reúne na Câmara Municipal de Vereadores toda primeira quarta-feira do mês. São convidados a participar todos órgãos relacionados a segurança que atuam no município – PRF, PC, PM, Conselho Tutelar, Conselho da Mulher, DGV UFRRJ, Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública, entre outros. As reuniões são abertas ao público.

incompleto, que deve ser constantemente enunciado e imaginado, que invoca os limites do fora, do lugar e do não lugar, do vazio e do caos. Não se trata apenas de fronteiras geopolíticas, as fronteiras são divisões que podem ter maior ou menor visibilidade material, mas que através de determinadas marcas conseguem instituir separações e uniões, expressam a continuidade das diferenças. Assim, os estudos sociais apontam para o fato que as fronteiras são regiões conflituosas no que tange a administração pública e o mundo social.

Na UFRRJ, as fronteiras compreendem locais à margem da administração central, muitas das vezes desguarnecidos de segurança e infraestrutura, de modo que o problema fronteira/margem são também as práticas administrativas que quando não obtêm êxito a transforma em áreas de insegurança, risco e violência. A dinâmica de gestão populacional que envolve a UFRRJ, a Prefeitura de Seropédica, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (sigla DNIT) e ainda a MRS Logística S.A¹³, onde nenhuma das citadas se responsabiliza de fato pela ciclovia a torna uma área negligenciada, o lugar da insegurança, deixando estudantes e moradores de Seropédica propensos a atividades criminosas. A ciclovia assim, é um não lugar, um vão que (não)marca o limite da responsabilidade da Reitoria com o campus e de quem está nele. A presença ausente da Reitoria nas margens da Universidade é um sintoma de como se dá a relação da Reitoria com o espaço público e a comunidade acadêmica.

Na matéria do jornal O Estado de São Paulo em abril de 2016 foi noticiado que “... em menos de dois meses de aulas, ocorreram três episódios de abusos [...] No mais recente, em março, um aluno teria estuprado uma colega e desfilado pela escola exibindo a calcinha da vítima...”. A matéria se refere ao estupro ocorrido durante uma festa do curso de biologia no interior do campus. Este evento foi o estopim que deu início ao movimento Me Avisar Quando Chegar – UFRRJ, que será apresentado/ trabalhado no segundo capítulo desta dissertação.

A matéria realizou um levantamento quantitativo dos casos de estupro na Universidade.

¹³ A MRS Logística S.A, concessionária que opera a chamada Malha Regional Sudeste da Rede Ferroviária Federal S. A, possui contrato com a UFRRJ onde a Universidade permite que a concessionária passe pelo seu terreno, em contrapartida a MRS faria manutenção da ponte que faz parte da ciclovia. A ponte caiu em maio de 2015 e até a data desta dissertação nada foi feito. <http://www.eb.mil.br/web/resenha/display/-/asset_publisher/9B8IpAnDp1we/content/cidade-sob-as-ordens-da-milicia> Acesso em junho de 2018.

“Segundo a UFRRJ, houve sete casos de abuso sexual nas dependências do campus nos últimos cinco anos. A Polícia Civil não tem dados específicos do campus - em toda a área abrangida pela 48ª DP (Seropédica) foram registrados 28 casos de estupro em 2015. Em 2016 houve dois registros até fevereiro - não há dados mais atualizados. Segundo as alunas, porém, o número de casos é muito maior, e nem todas as vítimas os registram na polícia.” (O Estado de São Paulo, 2016).

A matéria apresenta contradição entre os dados da Reitoria e o relato das universitárias, um fator estratégico importante. Sabe-se que dados de incidência são fundamentais para que sejam formuladas estratégias de combate a práticas criminais e formulação de políticas de amparo às vítimas. Segundo Azevedo (2015), os registros de ocorrência devem ser utilizados para planejamento das ações institucionais, prevenção do crime e da violência, prestação de contas do serviço à comunidade e/ou fortalecimento da democracia, princípios estes estabelecidos pelo plano de segurança pública do governo federal, onde os dados são considerados uma fonte de informação sobre a administração institucional dos conflitos no espaço público.

A *Pesquisa Nacional de Vitimização* (SENASP¹⁴, CRISP¹⁵& DATAFOLHA, 2013)¹⁶ verificou que no Brasil somente 7,5% das vítimas de violência sexual registram o crime na delegacia. A recente pesquisa, *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde*¹⁷, produzida pelo Ipea (2017), fala em 10% de casos notificados e estima que, no mínimo, 527 mil pessoas sejam estupradas por ano no país. A literatura aponta vários motivos para a subnotificação, dentre eles há a ausência de confiança no sistema judiciário; o constrangimento de ter sido violentada; o medo de o agressor buscar vingança; o baixo quantitativo de Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (sigla

¹⁴ Secretaria Nacional de Segurança Pública.

¹⁵ Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais.

¹⁶ Para além de se mensurar a diferença existente entre os registros administrativos (oriundos das polícias) e o que ocorre na realidade (oriundo da coleta direta) visa apresentar em linhas gerais: (1) o perfil (em termos de sexo, idade, raça/cor e renda) de quem foi vítima dos crimes analisados alguma vez na vida; (2) as vitimizações que já sofreram pelas organizações policiais; (3) o grau de confiança que depositam nessas instituições; (4) o medo que possuem do crime e da violência e (5) as medidas/alterações de comportamento por eles apresentadas como forma de evitar a vitimização por crime. A Pesquisa Nacional de Vitimização fez uso de metodologia quantitativa, probabilística e com abordagem domiciliar. O universo dos entrevistados foi composto por homens e mulheres com 16 anos ou mais, moradores em municípios com mais de 15 mil habitantes na área urbana.

¹⁷ A Nota Técnica do Ipea é baseada principalmente nos micro dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde. Por meio de modelos de regressão logística, são analisados os condicionantes associados à probabilidade de a vítima: 1) sofrer estupros repetidos; 2) contrair DST; 3) passar por tratamento profilático contra DST; 4) fazer aborto legal; e 5) ser encaminhada pela unidade de saúde a outros órgãos públicos.

DEAM)¹⁸; o receio de ser culpabilizada pelo crime; e claro, o trauma psicológico sofrido.

Nesse sentido o relato abaixo confirma o medo de fazer o registro:

“Estudante de Letras, Y, de 21 anos, afirmou que sofreu abuso sexual duas vezes dentro da Rural, em 2014. Em uma das ocasiões, ela estava em uma festa na universidade. A jovem contou que os agressores chegaram a dopá-la, além de fotografar e filmar o ato, mas desistiram de divulgar as imagens já que um deles tinha namorada. Com medo, a aluna explica que não fez um registro de ocorrência na época porque acreditava não ter provas contra eles.” (O Dia, 4/4/2016)

O silêncio implica na perda de direitos das vítimas. Quando uma mulher não registra a violência sofrida fica claro o quão longe a sociedade brasileira está de ser igualitária. O medo de dar queixa, a convicção de que não haverão provas suficientes para que o agressor seja punido, reflete como a sociedade trata suas cidadãs. O descompasso entre a vitimização da violência de gênero – principalmente aqueles de cunho sexual - e os registros oficiais, ainda que marcada pela subnotificação, revela quão distante as mulheres brasileiras estão da cidadania plena.

A cidadania passa pelo direito a usufruir do espaço público com segurança. O medo de andar sozinha retoma a ideia da mulher como um sujeito que precisa de tutela, de alguém que a acompanhe, que a proteja, gerando uma limitação para a vida social e política do público feminino. A sensação de segurança para circular envolve aspectos físicos das vias. A iluminação pública é essencial à qualidade de vida, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço público no período noturno. Segue trecho da matéria do jornal O Dia que apresenta a infraestrutura precária do campus de Seropédica da UFRRJ.

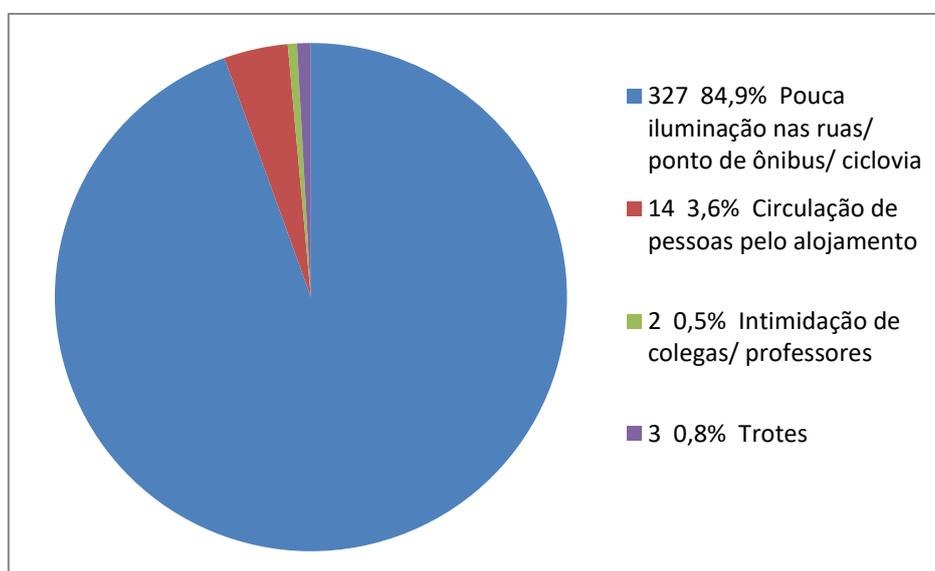
“Outra reclamação é sobre a falta de iluminação no campus. Segundo as alunas, elas precisam percorrer longos caminhos no escuro, o que aumenta o medo de sofrer algum tipo de assédio ou até mesmo assalto. A preocupação é maior ainda para quem sai das aulas no turno da noite, por volta das 22h. Alguns estudantes precisam chegar até o alojamento e outros vão para bairros próximos.” (O Dia, 4/4/2016)

¹⁸ Até 2017 o Estado do Rio de Janeiro contava com 14 unidades de DEAM em todo o estado. Fonte: Imprensa do Estado do Rio de Janeiro, 12. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo;jsessionid=FDD1FCA653EF5FCCDFC95E365BA4196F.lportal2?p_p_id=exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ&p_p_lifecycle=0&p_p_state=pop_up&p_p_mode=view&p_p_col_id=column4&p_p_col_count=1&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_struts_action=%2Fext%2Fexibeconteudo%2Fview&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_groupId=103138&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_articleId=3894703&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_viewMode=print> acesso em dezembro de 2018.

“Em vídeos enviados ao DIA, os alunos mostram que o campus da universidade fica às escuras durante a noite. Nas imagens, é possível perceber que a pouca luminosidade existente no local vem dos prédios onde ocorrem as aulas e o farol dos veículos que passam pelas vias próximas à instituição. [...] Uma estudante de Relações Internacionais, que preferiu não se identificar, conta que enfrenta transtornos no seu percurso diariamente. Ela anda pelo menos 1 km entre o Prédio de Aulas Teóricas (PAT) e o Instituto de Ciências Sociais (ICHS). Um vídeo gravado pela jovem, em março deste ano, mostra o caminho entre o Prédio Principal (P1) e o ICHS está sem luz. “Tenho medo de ir para as aulas, já que todas são no horário noturno.” (O Dia, 22/3/2017)

A denúncia noticiada pelo jornal em 2016 e 2017 é uma preocupação recorrente para a maior parte da comunidade acadêmica, como pode-se observar no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Motivações para insegurança na UFRRJ



Fonte: ROSA, 2016

Em pesquisa¹⁹ acerca da percepção segurança no campus de Seropédica da UFRRJ realizada por mim em 2016 por ocasião da monografia, 84,9% dos respondentes afirmaram que a pouca ou má iluminação nas ruas do campus/ ponto de ônibus/ ciclovias é o maior fator causador de insegurança. Uma vez que a comunidade sente-se insegura, ela tende a deixar de frequentar os espaços considerados perigosos ou propensos a

¹⁹ A pesquisa foi realizada através de Instrumento de Pesquisa de Opinião (sigla IPO) no formato online com o auxílio do Formulários Google. O IPO contou com 15 perguntas - 11 perguntas fechadas e 4 perguntas abertas. O formulário indagava acerca da percepção individual em relação à segurança no espaço do campus universitário e dos elementos que estão inseridos nessa problemática, como infraestrutura e a Divisão de Guarda e Vigilância. A pesquisa obteve 386 participantes entre docentes, discentes e técnicos administrativos.

ocorrência de delitos. Assim, o sentimento de insegurança implica na perda, abandono e deterioração do espaço físico (GÄRTNER, 2008).

A insegurança atrelada ao abandono do espaço físico é tida como ponto fundamental pelos teóricos. Segundo o Triângulo do Crime (*Crime Prevention Through Environmental Design – CPTED* – apud GÄRTNER, 2008), há três componentes que influenciam no ato criminoso, são eles: o alvo/ vítima, o agressor e o lugar/ entorno físico do delito. O espaço físico é decisivo para uma política preventiva de segurança. Isto por que crimes costumam acontecer em entornos físicos específicos que podem vir a atrair delinquentes e facilitar delitos.

A literatura aponta que há uma regularidade na localidade onde se concentram certos tipos de crimes. A escolha do lugar para serem cometidos tais crimes depende de fatores como rotas de fuga de fácil acesso, má iluminação, pouca frequência de pedestres entre outros fatores que, em seu conjunto, diminuem a possibilidade de o agressor ficar detido após cometer o crime.

A iluminação pública é um grande problema para todos na cidade ou no campo. No entanto, ruas escuras e mal iluminadas representam uma ameaça ainda maior para as mulheres. Muitas vezes é preciso alterar o caminho, andar mais rápido, passar por um local escuro ou até deixar de circular por determinada hora. O medo da violência aumenta nas periferias e locais mais pobres, onde a iluminação é um problema estrutural grave, levando vulnerabilidade a milhares de mulheres e limitando sua mobilidade urbana. Valentine (1989 apud SIQUEIRA 2015) alega que a incapacidade da mulher para desfrutar da independência e liberdade para se movimentar com segurança no espaço público reforça a ideia do espaço heterossexual de gênero, de modo que dominação masculina é mantida e perpetuada. Assim, o uso inibido e a insegurança para circular no espaço público é uma expressão da opressão de gênero.

Os papéis de gênero atribuem ao homem, como pai de família, o dever de prover o consumo coletivo dos membros do grupo doméstico, para tanto, cabe ao mesmo o contato com o mundo exterior à unidade doméstica. Em oposição, a casa – espaço interior – é concebida como o lugar da mulher por excelência. Cabe a ela a organização e o controle das atividades domésticas (HEREDIA, 2015). Ainda que esta divisão social do trabalho seja estática – sabe-se que no Brasil ao menos 30 milhões de lares são

chefiados por mulheres²⁰ -, a dinâmica das relações sociais refletem a premissa dos papéis de gênero onde o espaço público é domínio masculino e a mulher ideal cabe restringir-se ao lar.

No que tange a segurança da cidade, as características de desenho urbano servem de base à vigilância. O ambiente físico exerce influência direta sobre o crime a partir da demarcação de territórios e ainda aumento ou redução de acessibilidade através da criação ou supressão de limites e redes de circulação. Estudos acerca da prevenção do crime e da violência consideram que intervenções no ambiente urbano, que reduzam as oportunidades para a prática de crimes e da violência e aumentam a percepção de segurança, são indispensáveis. A redução de oportunidades para a prática de crimes e de violência é crucial para que a percepção de segurança aumente.

Por conseguinte, a manutenção da iluminação e vias da UFRRJ, são de responsabilidade da Prefeitura Universitária vinculada à Reitoria, representa/representaria uma importante política institucional de prevenção à ocorrência de delitos de ordem sexual e patrimonial. Vias iluminadas e com campo roçado permite visibilidade para quem circula – a pé ou de bicicleta – pela Universidade, o que corre cotidianamente devido à distância entre os Institutos. A manutenção das vias é fundamental para o deslocamento dos automóveis particulares e principalmente para que as viaturas da Divisão de Guarda e Vigilância possam patrulhar e acessar rapidamente os prédios quanto houver necessidade.

Como já dito, a mídia impulsiona e por vezes dá voz aos problemas e conflitos cotidianos, fomentando o debate na esfera local e levando-o para outros espaços. Entretanto, há de se observar todos os lados da moeda que é a mídia, tida por muitos como o quarto poder da gestão populacional e manutenção do poder. A seguir proponho uma análise acerca do papel ativo da mídia na percepção do medo e sensação de segurança ao noticiar as histórias construídas a partir das denúncias das alunas da UFRRJ.

1.2 - Mídia, medo e insegurança

²⁰ Em 15 anos, o número de lares chefiados por mulheres mais que dobra. Época Negócios. 06/03/2018. Disponível em <<https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/03/em-15-anos-numero-de-familias-chefiadas-por-mulheres-mais-que-dobra.html>> acesso em dezembro de 2018.

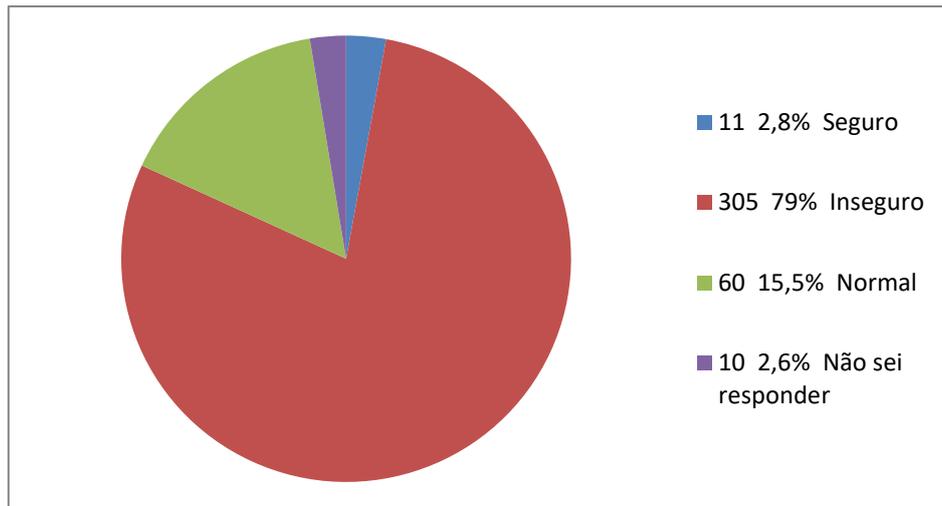
Dentre as tradições inauguradas no âmbito da sociologia da violência que pretendem uma compreensão do mundo social destaca o conceito de acumulação social da violência de Michel Misse (1999). O autor apresenta o fantasma social do crime através do ponto de vista de um processo cíclico e dinâmico de acumulação social de práticas e formas diferentes de violência, a partir do qual seria possível observarmos não apenas as continuidades, mas ainda a intermitência dessas práticas ao longo do tempo e sobre os padrões de sociabilidade em uma dada comunidade.

O modelo desenvolvido pelo autor tendo como contexto o município do Rio de Janeiro demonstra que o fenômeno da violência urbana é socialmente construído, tanto pelas práticas violentas, quanto pelo acúmulo das representações sobre estas ao longo do tempo. O conceito propõe um olhar sobre o complexo fenômeno a fim de relacionar práticas criminais, segurança pública, transformações na esfera da sociabilidade urbana recente, a emergência do medo social e da ideia da chamada “cidade perigosa”.

O discurso recorrente que apresenta a UFRRJ Seropédica como um local perigoso – principalmente para o público feminino -, contribui para o aumento da percepção de insegurança no campus e disseminação do medo. “Os estupros e a insegurança na região não são um problema recente na Universidade. “Desde 2014, há registros de acontecimentos semelhantes” (G1 Rio, 2017); “Casos de estupro continuam frequentes no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em Seropédica.” (O DIA, 2017).

Trechos de matérias como as citadas acima contribuem para a percepção de que eventos extraordinários sejam tidos como ordinários. Quando estes discursos circulam, fomentam o medo e o sentimento de insegurança. Em pesquisa realizada em 2016 pude constatar que 79% dos respondentes, membros da comunidade acadêmica, declararam sentirem-se inseguros no campus.

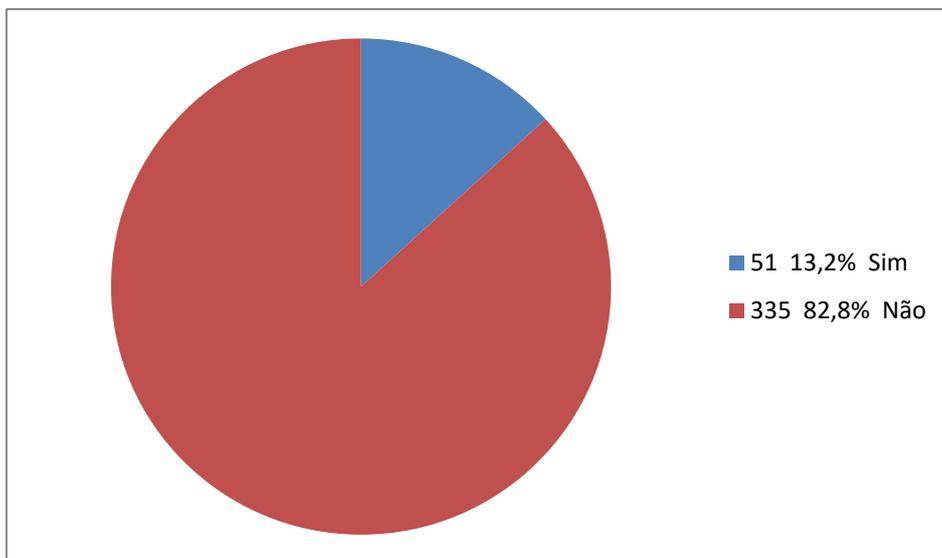
Gráfico 2- Sobre o sentimento de segurança no campus



Fonte: ROSA, 2016.

Entretanto, apenas 13, 2% já passaram por uma situação de violência no campus ou conhecem alguém que já tenha passado.

Gráfico 3 – Vitimização no campus de Seropédica da UFRRJ



Fonte: ROSA, 2016.

Isto porque a medida de percepção da insegurança das pessoas não segue um percurso linear. Os aspectos a serem considerados incluem: medo, ansiedade, vulnerabilidade, avaliação do risco e preocupações. A percepção do risco e medo não se resumem às experiências diretas com a criminalidade, mas envolvem também uma via simbólica, uma reação generalizada ao crime ou a ideia que se tem de crime. O “medo do crime” é

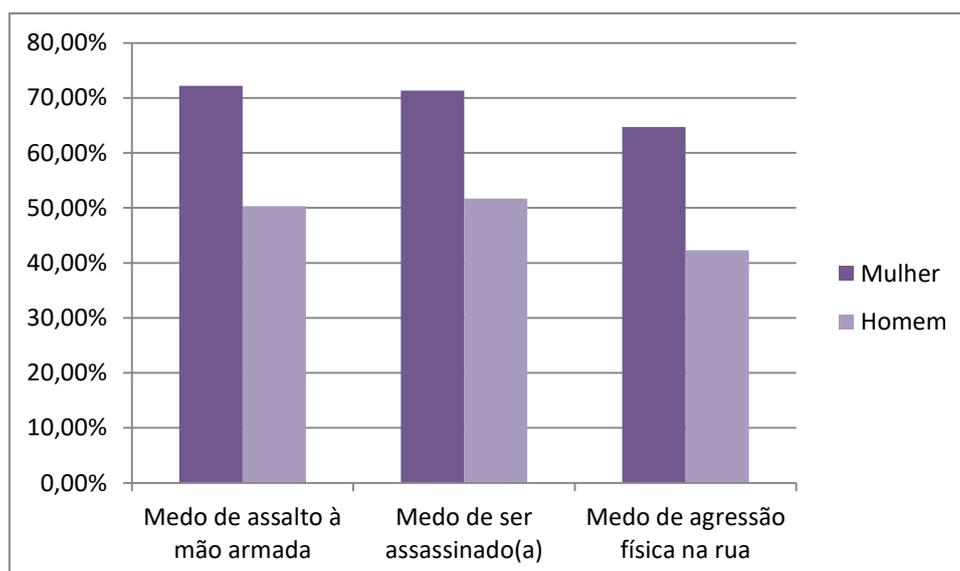
um fenômeno que resulta de múltiplos processos, dentre eles: as relações pessoais, as condições reais de vida dos sujeitos e ainda da forma concreta como se evidencia na vida de cada um. (BORGES, 2011)

A psicologia chama de disponibilidade heurística o que ocorre quando um fenômeno – aqui a violência de gênero – é julgado importante por quão prontamente ele é lembrado. Deste modo, quando a cobertura jornalística acerca de um tema aumenta, a opinião da população sobre o mesmo migra para o discurso que a imprensa está apresentando. Em pesquisa realizada nos EUA foi comprovado que 76% da população cita matérias de jornais e noticiários ao responder pesquisa de opinião enquanto 22% cita experiência pessoal. Na Faculdade de Hunter, a professora Esther Madriz entrevistou mulheres nova-iorquinas sobre o medo delas em relação ao crime, as entrevistadas com frequência responderam com a frase: “Vi isso no noticiário”. As entrevistadas identificavam os meios noticiosos não apenas como fonte de seus medos, mas também como meio pela qual acreditavam que seus medos eram válidos. (GLASSNER, 2003)

O gênero é fator importante na explicação da vitimização e do sentimento de insegurança. No que se refere ao segundo, mulheres tendem a se sentir potenciais vítimas em função de diferentes questões. A literatura destaca a crença das mulheres de que podem se tornar vítimas de estupro durante uma situação social e isso faz com que elas sintam mais medo no espaço público. Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (sigla IPEA) em 2012²¹ relata que o medo feminino está relacionado à sua integridade física, ao assalto à mão armada e ao assassinato.

²¹ Pesquisa referente ao Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) sobre segurança pública com o propósito de avaliar as percepções da população brasileira em relação a essa área e seus principais órgãos, as polícias militar e civil dos estados e as polícias federais. Foram entrevistados 3.799 pessoas em todo o Brasil, que responderam a quatro blocos de perguntas: (i) grau de medo em relação a serem vítimas de assalto à mão armada, assassinato, arrombamento da residência e agressão física; (ii) grau de confiança nas instituições policiais; (iii) percepção sobre a atuação das organizações policiais; (iv) aferição da percepção sobre os atendimentos realizados pela polícia, esse último bloco de perguntas foi direcionado apenas aos entrevistados que já passaram pela experiência de um contato com a polícia.

Tabela 2 – Variável medo entre mulheres e homens



Fonte: IPEA, 2012. Elaboração: ROSA, 2018

Valentine (1989, apud SIQUEIRA, 2015) afirma que o medo da mulher no espaço público está associado à sensação de vulnerabilidade física em relação ao homem, principalmente o medo da violência sexista. Para a autora, as mulheres aprendem a perceber o perigo de homens estranhos em espaços públicos apesar de que o risco de violação é maior em casa e por homens conhecidos.

Desde a infância a mulher é apresentada ao medo, exposta a regras que determinam um controle espacial das atividades femininas no espaço público. Transmitido pelos pais e estabelecido pela sociedade, o espaço seguro para a mulher é o espaço privado, a casa, diferente dos meninos que desde cedo são apresentados ao mundo público. A mídia reforça esta ideia do medo no espaço público, quando associa características ambientais de determinados locais aos tipos de crimes ocorridos contra mulheres. Segundo Valentine, a junção entre a experiência vivida e as informações secundárias leva à associação da violência masculina a certos contextos ambientais, produzindo assim “modelos” de lugares perigosos para as mulheres. (apud SIQUEIRA, 2015)

O medo abastecido pelos meios jornalísticos produz efeito nas esferas micro e macrossocial. Na esfera micro o medo altera a forma como o sujeito age e interage com o mundo – altera-se rotinas e percursos, evita-se locais escuros e desertos, evita-se também as classes ditas “perigosas”. Já na esfera macro envolve a perda da confiança nos mecanismos democráticos, aceitação de padrões autoritários de solução de conflitos

e controle social. Esses efeitos são capazes de afetar a comunidade e deteriorar o sentimento de confiança, coesão e controle social, contribuindo assim para uma maior incidência do crime. (BORGES, 2011)

A imprensa contribui para a criação de representações²² ao vincular a UFRRJ a um lugar perigoso. “...mulheres têm medo de andar sozinhas pela faculdade por causa dos frequentes casos de estupros no local.” (O Dia, 4/4/2016); “Uma sequência de casos de estupro assusta as estudantes do campus de Seropédica” “A maioria dos casos narrados é de mulheres que foram agarradas e beijadas à força, durante festas, mas também há relatos de relações sexuais forçadas sob ameaça ou violência.” (O Estado de São Paulo, 2016) “Andar pelo campus Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica, tornou-se um tormento para os alunos.” (O Dia, 2017) Houve também matérias em telejornais como *Bom Dia Rio*, da Rede Globo²³; no *SBT Rio* da Rede SBT²⁴; no *Jornal da Band* da Rede Bandeirantes²⁵; e no *Balanço Geral Rio* da Rede Record²⁶.

Os trechos citados demonstram como a violência de gênero tem sido vinculada ao espaço da Universidade, criando assim a representação da mesma como um local perigoso para ser frequentado pelo público feminino. Discursos como os citados, quando difundidos em grande escala e frequência, contribuem para o aumento da percepção acerca do crime. De modo que floresce uma crença de que a qualquer momento haverá uma próxima vítima.

As crenças podem ser definidas como determinantes do comportamento humano, como padrões ou critérios avaliativos descritivos e prescritivos ou como premissas consideradas como verdade, elaboradas em nossos sentidos, nas experiências com o mundo, nas informações recebidas de agentes externos, familiares, autoridades, religião

²²As representações, num sentido geral, podem ser consideradas processos de substituição de objetos por diversos tipos de símbolos e discursos, por meio dos quais os seres humanos tomam consciência dos objetos do mundo empírico ou imaginário, pensam sobre eles, além de utilizá-los para se relacionarem com outros seres humanos. Na construção das representações estão envolvidos processos cognitivos individuais (representação mental), as influências da cultura e da estrutura social, a ação dos meios de comunicação e, por fim, discute-se que as representações teriam um caráter distribuído por cada uma dessas instâncias, pessoas e artefatos culturais. (PORTO, 2006)

²³ Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/5874442/>> acesso em dezembro de 2018.

²⁴ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=aJvrRwftotw>> acesso em dezembro de 2018.

²⁵ Disponível em <<https://entretenimento.band.uol.com.br/melhordatarde/videos/16218450/andre-mantovanni-tira-cartas-da-semana.html>> acesso em dezembro de 2018.

²⁶ Disponível em <<https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/balanco-geral-rj/videos/universitarios-convivem-com-inseguranca-dentro-do-campus-11052017>> acesso em dezembro de 2018.

e também a cultura. As crenças são estáveis e duradouras representações cognitivas que têm uma influência fundamental sobre a forma como as pessoas percebem, constroem e interpretam o mundo social e organizam o espaço público. (BORGES, 2011)

Como demonstram os estudos sobre a mídia moderna, valores como: objetividade, neutralidade, imparcialidade, compromisso com a verdade, com os fatos e com o interesse público permanecem hoje ainda, sendo apregoados nos discursos que estruturam o ofício jornalístico. Todavia, Silva (2005) atesta que para ser melhor entendida, a notícia deve ser tomada como uma versão negociada dos fatos, ou seja, a notícia é socialmente produzida, num trabalho coletivo de (re)construção da realidade social e por meio que oferece aos leitores um determinado modo de ler, ver e interpretar o real.

Deste modo, o que indico com esta análise é que a versão do fato construída pela mídia fomenta a representação da UFRRJ como um local perigoso, em particular para as mulheres, acentuando a sensação de insegurança. A insegurança por sua vez modifica a vida social e política das mulheres. Não quero com isso dizer que a mídia não deva noticiar os casos de violência no campus de Seropédica da UFRRJ, ou que a comunidade acadêmica não deva estar atenta e estar precavida quanto à violência que de fato existe. Atento também ao fato de que a mídia tem um papel relevante na ampliação e universalização dos direitos da cidadania ao dar visibilidade às demandas sociais. O que afirmo é que deve-se ter clareza da natureza e extensão da violência aqui tratada, a violência de gênero, para que não se crie um ambiente de medo que pode ser prejudicial para a comunidade acadêmica.

1.4 - Considerações

A partir do panorama inicial aqui apresentado com base na cobertura midiática no campus de Seropédica da UFRRJ, pode-se constatar que o debate em torno da violência de gênero é denso e contém muitos fatores a serem considerados. A subnotificação da violência, o papel da mídia, o patrulhamento em regiões limítrofes, espaço público, medo e insegurança são só alguns dos temas que incidem na violência de gênero e atravessam a administração da segurança enquanto conflito. Esta dissertação pretende realizar uma análise a partir do estudo de caso do campus da UFRRJ em Seropédica,

todavia, revela faces de um debate maior, com muitas variáveis a serem consideradas, que abrange toda a sociedade.

CAPÍTULO II – “RURALINA É REVOLUÇÃO!” EMPODERAMENTO E MOBILIZAÇÃO NA UFRRJ

Este capítulo pretende estudar os processos de administração não institucional dos conflitos; aqui entendidos como as iniciativas, movimentos, coletivos protagonizados por discentes que buscam visibilizar, discutir e pensar soluções para as questões que envolvem a violência contra a mulher no campus da UFRRJ. Com o aumento das denúncias de casos de assédio e estupro no campus de Seropédica, as mulheres que compõem a comunidade acadêmica da UFRRJ - com protagonismo das discentes – buscaram através de diferentes meios cessar as práticas que as prejudicam cotidianamente.

Em monografia defendida em 2016 pude mapear as reações da comunidade acadêmica da UFRRJ em prol de maiores condições de segurança no interior do campus e seus arredores. Os casos de roubos e assaltos denunciados nas mídias sociais e veiculados na imprensa com maior destaque a partir do ano de 2014. Entretanto, os casos que mais chocaram foram referentes a estupros e ataques a estudantes mulheres da Universidade e no centro de município de Seropédica onde a mesma tem seu campus sede. A mobilização das mulheres denunciou diversos casos de violência sexual, moral e psicológica vinda de estudantes, funcionários e professores.

Nos últimos anos as denúncias de assédio moral e sexual, estupro e tentativa de estupro no interior e nos arredores do campus vieram à tona. As denúncias inicialmente estavam no mundo virtual em grupos e páginas do *Facebook*, passaram para as páginas de jornal e aos poucos estão caminhando para os registros policiais. A atmosfera em transformação em torno de práticas antes silenciadas, fez com que os setores da comunidade acadêmica e a administração superior se posicionassem em torno do tema. De modo que este capítulo propõe também investigar quais fatores não só possibilitaram como fomentaram as denúncias virem à tona e a mobilização do público feminino dentro da Universidade. Para esta investigação vale a pena revisitar a literatura acerca de gênero que se destacaram refletindo acerca dos dispositivos políticos e sociais que foram acionados. Por fim discute-se o papel das redes sociais como principal local de denúncias e mobilização e como o empoderamento feminino viabilizou as mesmas.

2.1- O debate de gênero

Um panorama que vale ser revisto para complementar esta análise é o apresentado por Donna Haraway (2004) em “Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra”, nele a autora apresenta gênero como uma categoria que sofre interferência de diversos fatores, entre eles histórico, econômico e cultural. A autora foi convidada a escrever um verbete com a temática sexo-gênero para compor o dicionário marxista alemão. Haraway relata que teve muita dificuldade em teorizar tal conceito, pois em alemão não há distinção entre as palavras gênero e sexo, existindo somente a palavra *Geschlecht* (HARAWAY, 2004) e consequentemente os significados acabam se tornando o mesmo.

Haraway explica que a diferenciação e complexa relação entre sexo-gênero são partes da história política das palavras, pois o gênero refere-se à construção e a classificação de sistemas de diferença.

"Os significados compartilhados das categorias raciais e sexuais de gênero apontam para as histórias modernas das opressões coloniais, racistas e sexuais entrelaçadas nos sistemas de produção e inscrição do corpo e seus consequentes discursos libertários e de opressão. A dificuldade de acomodar as opressões racial e sexual nas teorias marxistas de classe encontra paralelo na própria história das palavras". (HARAWAY, 2004, p. 209)

As teorias feministas iniciaram sua articulação sobre gênero no período pós-guerra, e dizem que a relação sexo-gênero existe como forma de opressão das mulheres devido a uma questão cultural que é marcante dentro da sociedade. Portanto os conceitos de gênero colocam de modo agudo os problemas da composição cultural, da tradução linguística e da solidariedade política.

A autora afirma que os significados modernos de gênero se enraizaram na observação de Simone De Beauvoir (1961), de que "não se nasce mulher" e no contexto do pós-guerra onde a mulher passou a ser vista como sujeito coletivo, histórico, ou seja, sujeito da própria história. Sendo assim, gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em várias arenas de lutas. A teoria e a prática feminista em torno do gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual, nas quais "homens" e "mulheres" são socialmente constituídos e posicionados em relação de hierarquia e antagonismo. Junto com as teorias feministas, a

história das lutas das mulheres foi amplamente debatida em muitos partidos marxistas europeus no final do século XIX e início do século XX.

Judith Butler (2003) argumenta que o discurso sobre identidade de gênero é intrínseco às ficções de coerência heterossexual e que o feminismo precisa aprender a produzir uma legitimidade narrativa para todo um conjunto de gêneros não coerentes, além disso, a identidade de gênero insiste na não redutibilidade e na relação antagônica entre homens e mulheres coerentes. Uma ideia reguladora acredita que o conceito de gênero ocidental é que a maternidade é natural e a paternidade cultural.

O discurso da diferença entre sexo e gênero inicia-se nos anos 50 e 60, porém é no final dos anos 70 que tais discursos são criados com um intuito a um debate político e científico e à crítica ao "determinismo biológico" e a ciência sexista especialmente a biologia e a medicina. A tendência realizada por Gayle Rubin (1975) sobre a teoria e a política feminista sexo/gênero - através dos discursos de Marx, Lévi-Strauss, Freud, Lacan - foi realizada por volta de 1975 em *Tráfico de Mulheres: Notas sobre a "economia política" do sexo*, onde...

"Rubin examinava a "domesticação das mulheres" na qual as fêmeas humanas eram o material bruto na produção social de mulheres através da troca nos sistemas de parentesco controlados por homens na instituição da cultura humana. Ela definia o sistema sexo-gênero como o sistema de relações sociais que transformava a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e no qual são satisfeitas as necessidades sexuais específicas daí historicamente resultantes." (HARAWAY, 2003, p. 223)

A análise marxista de Rubin propôs a reconfiguração dos sistemas de parentesco onde há heterossexualidade obrigatória a fim de romper com a propriedade sexual dos homens sobre as mulheres.

A partir desta publicação de Rubin alguns teóricos e teóricas iniciam suas teses a favor do lesbianismo onde também defendem a ideia de que a heterossexualidade compulsória é a raiz da opressão das mulheres. Adrienne Rich (1980) utilizou o termo "continuum lésbico" para concluir que as mulheres possuem o direito de escolher seus relacionamentos. Com isso a figura da lésbica se tornou geradora de discursos nos debates feministas, pois a categoria sexo-gênero antes dos anos 70 era sinônima de apropriação dos homens. A teoria feminista segundo Sandra Hargind (1986) discutiu três importantes elementos em relação ao gênero, são eles: 1) uma categoria

fundamental através da qual se atribui sentido ao mundo social. 2) uma maneira de organizar as relações sociais e 3) uma estrutura da identidade pessoal.

Em relação à teoria marxista, Haraway cita ainda Catherine Mackinnon (1982) que argumenta que:

"A sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo: o que é mais próprio de cada um e o que mais se tira de cada um... A sexualidade é este processo social que cria, organiza, expressa e direciona o desejo, criando os seres sociais que conhecemos como homens e mulheres, do mesmo modo como suas relações criam à sociedade..." (MACKINNON, 1982, p.515)

São vários os conceitos do par sexo-gênero dentre elas Haraway destaca: De Lauretis (1985) que definiu gênero como a construção social de "mulher" e "homem" e a produção semiótica da subjetividade, portanto gênero tinha a ver com a "história, as práticas e a imbricação de sentido e experiência". Nancy Chodorow (1999) adotou o conceito de sistema de sexo-gênero no seu estudo acerca da organização social da educação na família, que produz as mulheres como mais capazes de relações não hostis do que os homens, mas que também perpetua a posição subordinada das mulheres por meio de sua produção como pessoas estruturadas para a maternidade no patriarcado²⁷ enquanto sistema de dominação dos homens.

Para Evelyn Keller (1985) gênero é um sistema de relações sociais, simbólicas e psíquicas na quais homens e mulheres estão diferentemente alocados. "A expressão de gênero é como uma experiência cognitiva na qual a individuação psíquica masculina produz um investimento na impessoalidade, na reificação e na dominação" Keller descreveu seu projeto para tentar compreender o "sistema de ciência-gênero" enfatizando a construção social e concentrando-se nos aspectos psicodinâmicos dessa construção, Keller desenvolveu sua tese com o objetivo de saber como a construção de homens e mulheres afetou a construção da ciência.

Haraway cita ainda teóricas como Carby, Spillers, Hurtado que questionaram o conceito de gênero através de uma exploração da história e das consequências desses temas. E conclui seu artigo dizendo que o fato de permanecer homem ou mulher marcado pelo

²⁷ Há no campo dos estudos feminista uma divergência acerca da aplicação e sinônimo do termo em detrimento da associação da dominação dos homens sobre as mulheres ao sistema capitalista. Patriarcado *ou* capitalismo, patriarcado e capitalismo: tais são os termos dos debates mais importantes entre as partidárias de uma luta feminista autônoma e as partidárias de uma luta feminista sujeita às organizações políticas anticapitalistas.

gênero é uma questão eminentemente política, pois o poder político e explicativo da categoria "social" de gênero depende da historicização das categorias de sexo, carne, corpo, biologia, raça e natureza, que geraram o conceito de sistema de sexo/gênero num momento e num lugar particular na teoria feminista sendo implodidas em teorias da corporificação articuladas, diferenciadas, localizadas e com consequências, nas quais a natureza não mais seja imaginada e representada como recurso para a cultura ou o sexo para o gênero.

O debate aqui resenhado mostra a complexidade dos estudos de gênero no século XX. A história das teorias feministas se cruza com a história da militância, compreender esse movimento e como os dois – teoria e militância - amadureceram ajuda a elucidar este campo de força que é o gênero/sexo. A teoria feminista buscou compreender a mulher enquanto indivíduo e o gênero como fator que representa o indivíduo nas relações sociais. A mulher enquanto categoria política surge quando o feminismo busca por soluções comuns enquanto sujeito coletivo partindo do entendimento de que os problemas “de mulher” não são meramente de ordem pessoal.

Donna Haraway (2003) apresenta essa face política através das palavras e retoma a importância de localiza-las para compreender os dilemas da luta feminista bem como a dificuldade de formular teorias universalistas. Aliás, a crítica ao marxismo caminha no sentido de mostrar que há milhares de mulheres que não estão nos moldes clássicos da divisão familiar do trabalho, tão pouco da heteronormatividade e ainda assim são oprimidas pelo machismo. Deste modo a tarefa das feministas contemporâneas é encontrar um lugar para esse sujeito social diferente que não se fixa em identidades pré-moldadas.

Portanto, as análises gênero devem caminhar no sentido de construir teorias que estejam localizadas sócio historicamente e que levem em conta a raça e classe, marcadores fundamentais para compreender as demandas e atuação do feminismo para os diferentes grupos de mulheres e supere os binômios que engessam não apenas as teorias como a vida em sociedade - política.

Este trabalho, entende por gênero a construção social do feminino e do masculino que atribui a esses o seu papel na sociedade. Porém a construção social não pode ser considerada universal e muito menos rígida, esta é modificada de acordo com o tempo e

os costumes de cada sociedade. Ou seja, ao estudar gênero, o olhar deve ser contextualizado, havendo ainda o recorte de raça e classe.

Enquanto a academia avançava nas teorias, mulheres organizadas e agências intergovernamentais buscavam meios para que a equidade de gênero se faça presente em políticas públicas e programas de desenvolvimento social. Como exposto a partir dessa revisão bibliográfica, as bandeiras do movimento feminista avançaram fortemente no Ocidente através do século XX. Tais conquistas tiveram início com as lutas pelos direitos civis, políticos e sociais. No Brasil a história do movimento feminista iniciou sua caminhada com as reivindicações por direitos democráticos como o direito ao voto, divórcio, educação e trabalho no fim do século XIX, este momento teve como marco o direito ao voto em 1932. Já o fim da década de 1960, foi marcado pela liberação sexual, impulsionada pelo aumento do acesso aos contraceptivos. A luta sindical começou a ser construída no fim dos anos 70. (PORTELLA, 2009)

No fim da década de 1970 e início da década de 1980 foi posta em pauta a luta contra a violência às mulheres. No país onde a violência letal dos homicídios em defesa da honra masculina ainda era cotidiana, em 1985 é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), subordinada ao Ministério da Justiça, com objetivo de eliminar a discriminação e aumentar a participação feminina nas atividades políticas, econômicas e culturais. Apenas em 2006 a violência doméstica foi tipificada, a Lei Maria da Penha (11.340/2006) (Brasil, 2006) foi uma das grandes vitórias do movimento feminista.

O nome homenageia a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica após anos de violência doméstica, a lei visa punir de forma mais efetiva os homens – em geral companheiros – agressores no âmbito familiar e doméstico²⁸. Entre a punição para agressão física, se enquadram violência psicológica, sexual, patrimonial, além de proteção à mulher denunciante. A Lei foi um marco na instituição de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres. A Lei do Femicídio, sancionada em 2015 é mais uma conquista que colocou a morte de mulheres no rol de

²⁸ <<http://www.politize.com.br/movimento-feminista-historia-no-brasil/>> Acesso em dezembro de 2017.

crimes hediondos e diminuiu a tolerância nesses casos²⁹. Passo agora a reflexão para o ambiente Universitário, foco da minha análise.

2.2 - Mobilizações feministas: o protagonismo discente

A Universidade é um ambiente majoritariamente frequentado pelo público jovem³⁰. As festas, reuniões e comemorações comuns ao espaço Universitário por vezes naturalizam práticas de opressão feminina. Entretanto, sabe-se que o machismo e a violência de gênero não estão limitados às festas, tão pouco ao aspecto geracional. A opressão se faz presente nas relações sociais cotidianas. Espera-se que a Universidade seja um lócus do conhecimento e aprendizado, mas isso não a torna isenta dos males que atingem a sociedade brasileira.

O capítulo anterior apresentou através da mídia como o conflito em torno da violência de gênero veio à tona na UFRRJ Seropédica e alguns dos aspectos que atravessam o debate. Segue agora a mobilização feminina e feminista³¹ em prol da segurança das mulheres na Universidade com o objetivo maior de compreender os fatores que fomentaram o fenômeno, bem como seu reflexo na condução do conflito.

Os estudos de gênero apresentados neste trabalho ajudam a compreender as mobilizações de cunho feminista na UFRRJ que lutam contra a opressão de gênero – relações de exploração, dominação e alienação que tem como base papéis de gênero³² -, de modo particular a violência. As situações interpretadas como violência não são apenas conceituais, mas um fenômeno empírico que depende das representações, sentidos, percepções e construções sociais que são atribuídos aos fenômenos. Para tanto, trago para esta análise teoria da representação social trabalhada por PORTO (2006) onde compreende-se o fenômeno a partir dos significados empregados pelos atores ao mesmo.

²⁹ <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/conheca-as-principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres>> Acesso em dezembro de 2017.

³⁰ Segundo o Estatuto da Juventude, Lei 12.852 de 2013 “são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”.

³¹ Ao longo do capítulo será demonstrado que os movimentos organizados na UFRRJ acionam as duas categorias para mobilizar as mulheres da Universidade, compreendendo que nem todas as mulheres fazem o debate e identificam-se como feministas, mas ainda assim todas sofrem com as consequências da violência de gênero.

³² Para desenvolver a análise acerca da violência de gênero na UFRRJ, este trabalho utiliza categorias propostas pela teoria feminista e militância feminista.

Dessa forma, entendo nessa pesquisa que as mobilizações que foram produzidas pelos diferentes coletivos e grupos organizados na UFRRJ produziram novos significados e representações sobre o fenômeno – e os sentidos – das diversas formas de violência que já ocorreram no campus. As situações de violência narradas e publicizadas assumiram contornos e significados para além da dinâmica do campus alcançando a comunidade acadêmica e o município. Assim construíram-se mobilizações que ampliaram as representações e significados das situações interpretadas como violências dentro do campus.

Dentre as iniciativas mais significativas está a página “Abusos Cotidianos - UFRRJ” criada por uma aluna do curso de psicologia. A descrição da página na rede social conta que a mesma “surgiu com a necessidade de criação de um ambiente seguro e acolhedor para dar voz às vítimas de abusos cotidianos dentro da UFRRJ”. A página era um lugar de desabafo e acolhimento onde as vítimas escreviam a fim de encontrar o apoio que não recebiam pela via institucional. As vítimas mandavam suas denúncias e relatos através de mensagem para a página, aqueles que as vítimas permitem, eram postados com o nome da vítima sendo ocultado bem como do agressor. Segue abaixo um dos relatos enviados à página.

Figura 2: *Print* de um relato na página Abusos Cotidianos – UFRRJ (Parte 1).



Abusos cotidianos - UFRRJ
8 de mai às 19:29 • 🌐

[MAIS UM ABUSO COTIDIANO]

"Fui hoje vitima de uma tentativa de abuso sexual, venho para a Rural aos finais de semana estudar com uma certa frequência e hoje entre o IV e o IB fui abordada por um nojento que não me deixou passar exigindo que eu "batesse uma punhetinha" pra ele por que ele estava afim e eu era "muito gracinha", ele não quis me deixar ir embora e me segurou falando obscenidades, eu que não sou pequena nem delicada dei uma coça nele já mandando ele se fuder e ficar longe de mim, e que ele ainda vai levar uma surra se fizer isso com alguém de novo e ameacei cortar o pinto dele fora se o visse mexendo com outra garota, subi na bike correndo (sim ele se enfiou na frente da minha bike pra me parar) e voei para o p1, acionei a guarda que foi correndo em direção a ciclovía, avistei outras meninas sozinhas e as aconselhei a irem pro alojamento ou simplesmente sairem de onde estavam "desprotegidas", já passei por assédios sexuais, e tentaivas de estupro, e estou como das outras vezes, me sentindo nojenta, tremendo e bem apavorada e em situação de impotência, minha rural, aonde venho ter paz, já não a confio mais, e definitivamente não se pode mais andar livremente por ai. Meninas repito agora o que

Fonte: Abusos Cotidianos – UFRRJ / 2016.

Figura 3: *Print* de um relato na página Abusos Cotidianos – UFRRJ (Parte 2).

ele não quis me deixar ir embora e me segurou falando obscenidades, eu que não sou pequena nem delicada dei uma coça nele já mandando ele se fuder e ficar longe de mim, e que ele ainda vai levar uma surra se fizer isso com alguém de novo e ameacei cortar o pinto dele fora se o visse mexendo com outra garota, subi na bike correndo (sim ele se enfiou na frente da minha bike pra me parar) e voei para o p1, acionei a guarda que foi correndo em direção a ciclovia, avistei outras meninas sozinhas e as aconselhei a irem pro alojamento ou simplesmente sairem de onde estavam "desprotegidas", já passei por assédios sexuais, e tentaivas de estupro, e estou como das outras vezes, me sentindo nojenta, tremendo e bem apavorada e em situação de impotência, minha rural, aonde venho ter paz, já não a confio mais, e definitivamente não se pode mais andar livremente por ai. Meninas repito agora o que tanto me dizem e eu metida a durona custo em ouvir. Não andem sozinhas, não saiam desacompanhadas nem para ir a padaria, eu sou a mesma menina que foi assaltada na rua 7 em um domingo de manhã a umas semanas atrás, domingos não são os meus dias. Não tem hora, nem lugar. Não parem pra dar informação, não sejam simpáticas, nem educadas, simplesmente acelerem o passo e vão pra casa, e por favor..me avisa quando chegar!"

Fonte: Abusos Cotidianos - UFRRJ / 2016.

Em entrevista concedida em 2016, a criadora da página contou que quando cursava o 2º período do curso de psicologia da universidade em 2013 sofreu uma tentativa de estupro no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), ao contar a sua amiga o ocorrido, a amiga revelou também já ter sido vítima de tentativa de estupro dentro da Universidade. Segundo relatado “Foi então que eu percebi que deve ter acontecido com mais meninas. Criei a página pra ser um espaço de denúncia onde as meninas pudessem contar suas histórias. [...] Em sete dias já haviam 7 relatos”.

As denúncias que chegavam à página são em sua maioria referentes a assédio físico/psicológico e tentativa de estupro. Alunas e também funcionárias relatam já terem sido coagidas por professores que dão nota baixa e ridicularizam vítimas que não cedem às suas investidas. Dentre os casos que envolveram professores, o caso do professor de filosofia Paulo Ghiraldelli Jr. ganhou notoriedade pelas denúncias constantes na página Abusos Cotidianos, seu nome não era revelado, mas o mesmo era facilmente

identificado pelas alunas e alunos. Em novembro de 2013 o professor foi alvo de um protesto enquanto participava de um evento na Universidade. A matéria do Jornal O Globo³³ conta que:

“O protesto foi feito por cerca de 30 alunos de diversas graduações. Eles invadiram o plenário onde acontecia a I Semana Acadêmica de Filosofia da UFRRJ. Alvo da manifestação, Paulo era um dos palestrantes. Aos gritos de “Professor abusa, discrimina, dá risada, e a Universidade fica calada!”, o grupo interrompeu os debates, e um dos alunos leu ao microfone uma carta de protesto contra o docente. [...] Os estudantes contam que a grande maioria dos episódios preconceituosos envolvendo o professor ocorreu em sala de aula mesmo, durante discussões nada filosóficas. De acordo com a aluna de Ciências Sociais Aline Cardoso, Ghiraldelli o disse a alunas de Pedagogia que elas ganhariam mais fazendo sexo oral do que como pedagogas. [...] Em nota, a universidade enalteceu o docente, autor de ‘aproximadamente 50 artigos em periódicos científicos’ e de ‘mais de 40 livros sobre filosofia e educação’, e enfatizou que ele contribui para a formação dos alunos. A UFRRJ acrescentou, no entanto, que ‘não tem responsabilidade pelo posicionamento individual do referido professor em qualquer área’.” (Adaptado, Jornal O Globo, 21/11/2013)

O caso do professor de filosofia não é um fato isolado, alunas relatam casos onde técnicos administrativos oferecem carona e trancam a porta do carro permitindo a saída da vítima apenas após um beijo. A criadora da página Abusos Cotidianos conta que ao receber uma denúncia a primeira atitude é checar a veracidade e logo em seguida orientar as vítimas a denunciarem na Delegacia da Mulher em Campo Grande e na Reitoria. A aluna também apresenta o atendimento psicológico que a universidade disponibiliza. Porém, na maioria das vezes as meninas não querem denunciar por descreditarem da punição dos seus agressores.

A página Abusos Cotidianos, cumpria nesse contexto o papel que muitas das vítimas esperam receber da UFRRJ, que é dar suporte e amparo às vítimas de violência que fazem parte da comunidade acadêmica. Entretanto, não acaba aí a responsabilidade da Universidade, esta deve garantir a segurança daqueles que estão no campus e quando este trabalho preventivo não ocorre de modo eficiente, a Universidade deve então punir aqueles que estão violentando moral e fisicamente alunas e funcionárias.

Quando questionada se a Reitoria em algum momento entrou em contato com a página a fim de estabelecer um diálogo ou parceria, a criadora da página afirmou que, atualmente não há diálogo, a baixo segue a resposta na íntegra.

³³ Jornal O Globo, 21/11/2013. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/alunos-da-ufrrj-invadem-palestra-para-protestar-contr-professor-10822206>> Acesso em dezembro de 2018.

“Não. A violência na Rural é institucionalizada. Quando sofri a tentativa de estupro, procurei a reitoria e o vice-reitor Callado me disse que sentia muito, mas o que aconteceu comigo havia sido um caso isolado. E ainda completou dizendo que como estudante de psicologia eu provavelmente lidaria melhor com o ocorrido.

Todas as vezes que a página entra em questão em reuniões de CONSU³⁴, CONSUNI³⁵, Reitoria eu compareço e a resposta é sempre de que os meus dados não são oficiais. A Rural me pede pra entregar os relatos à reitoria e eu não posso fazer isso. São as vítimas quem deveriam se sentir a vontade para contar o que aconteceu com elas à Reitoria, não eu.

É dever da Rural manter o mato cortado, a ciclovia iluminada, mas principalmente garantir que as vítimas sejam amparadas e os agressores punidos. Nem sempre o perigo vem de fora da universidade e a Rural simplesmente não dá seguimento às sindicâncias que são abertas, inviabiliza as investigações, arquiva processos.

O meu caso por exemplo... quando fui até a guarda relatar o ataque, contei toda a movimentação que aconteceu. Ainda levei uma bronca da guarda porque não deveria estar andando sozinha no campus num domingo às 18:00. Depois de um tempo fui procurar o registro da minha ocorrência e estava descrita como “*agarrão pelo pescoço*”. A guarda não cria registros que manchem a imagem da Universidade.” (ROSA, 2016.)

Até o dia da realização da entrevista em 4 de abril de 2016, a página Abusos Cotidianos – UFRRJ já havia recebido 615 denúncias de vítimas da UFRRJ, com relatos que datam desde 1970 até a atualidade. No primeiro semestre de 2017 a criadora da página desativou a mesma por indicação de sua advogada em decorrência das ameaças – de agressores e amigos de agressores - e processos – de agressores - que constantemente chegavam à aluna sob a acusação de que ela estaria divulgando inverdades. Por ocasião da entrevista a aluna relatou que teve sua casa invadida e seus pertences roubados mais de uma vez em Seropédica seguido de “avisos de que responderia por tudo o que estava fazendo”, por esse motivo a aluna se mudou do município, passando a residir longe da Universidade.

A mais recente mobilização de estudantes em prol de melhores condições de segurança no campus deu-se através do movimento feminista auto organizado, assim identificado pelas componentes, “Me avisa quando chegar”. O movimento surgiu aproximadamente em abril de 2016 e inicialmente contou com 2.700 “ruralinas” em suas atividades. O “Me avisa” – assim chamado pelas alunas – surgiu após mais um caso de violência sexual. Uma aluna foi estuprada durante uma festa de integração do curso de biologia. A

³⁴ Conselho Universitário UFRRJ.

³⁵ Conselho de Unidade UFRRJ.

festa ocorreu no Quiosque da Reitoria – dentro do campus - no final de março de 2016. O caso foi amplamente repercutido em toda Universidade. Diante da pouca efetividade da Reitoria em aplicar medidas que inibam a violência, alunas se reuniram e começaram a organizar o movimento “Me avisa quando chegar UFRRJ”.

O nome veio do hábito cotidiano das alunas de pedirem umas as outras que deem notícias quando chegarem aos seus destinos por receio de que algo aconteça no caminho. Ou seja, caso alguma mulher não avise às demais que chegou ao seu destino significa que as demais devem procura-la, pois há uma grande probabilidade de que alguma violência aconteceu. Isto corrobora a denúncia das discentes de que não há uma política de prevenção à violência contra a mulher, a mesma só é debatida posterior ao ato já consumado.

Desde que o grupo se constituiu foram organizadas reuniões, assembleias e debates além da realização de diversos atos no campus denunciando a violência e, o que segundo o movimento, o quadro de omissão da Reitoria da Universidade.

Figura 4: Foto de manifestação realizada pelo Me Avisa Quando Chegar UFRRJ.



Fonte: Me Avisa Quando Chegar UFRRJ / 2016.

A primeira ação foi improvisada, organizada através do grupo criado no *Whatsapp* intitulado “Feministas da UFRRJ” e do grupo no *Facebook* “Me avisa quando chegar”. A ação se deu no P1 (Pavilhão Principal), a vestimenta escolhida para as ações foi a blusa preta e batom vermelho, seria a representatividade de futuros dias de luto e

resistência, pelo descaso e abandono das mulheres dentro do campus. Antes do segundo passo, o movimento já alcançava visibilidade em outras universidades que, através de notas emitidas, compreendiam e apoiavam luta das “ruralinas”.

Figura 5: *Flyer* divulgado pelo Me Avisa Quando Chegar UFRRJ.

O QUE ESTA ROLANDO NA UFRRJ?

Nós, alunas e alunos da UFRRJ, estamos insatisfeitos e indignados com os casos de violência contra as mulheres que ocorrem em Seropédica e na Universidade e com o falta de respeito, omissão e silenciamento por parte da Reitoria. Por isso, estamos nos articulando para protestar contra esses abusos e estamos unindo forças!

COMO ESTAMOS NOS MOBILIZANDO?

- Pichação dos prédios, postes, asfalto da Universidade em repúdio ao último caso de estupro de grande visibilidade;
- Hashtag: #meavisaquandochegarUFRRJ;
- Avatares para perfis de Facebook;
- Ideia da criação de um aplicativo que facilite a segurança das mulheres, avisando facilmente aos restantes conectados que uma mulher está em perigo em tempo real;
- Protestos silenciosos: mulheres usando blusa preta e batom vermelho em dia de aula;
- Debate sobre a situação da Universidade;
- Criação de grupos de discussão para alunas da UFRRJ;
- Movimentação por parte dos alunos para pressionar a coordenação de cada curso a redigir uma nota de repúdio em relação aos casos de violência e à omissão da Reitoria;
- Elaboração de uma Semana Acadêmica com o tema: MULHER;
- Faixas e cartazes;
- Palestra de autodefesa para mulheres;
- Roda de conversa sobre relacionamentos abusivos;
- ...

**MULHERES E FEMINISTAS,
PRECISAMOS DE VOCÊS**

#meavisaquandochegarUFRRJ

Fonte: Me Avisa Quando Chegar UFRRJ / 2016.

Nota-se que o Me Avisa promove ações em duas frentes. A primeira voltada para o sujeito, a “Criação de grupos de discussão para alunas da UFRRJ”, assim como “Roda de conversa sobre relacionamento abusivo” proporcionam amparo às vítimas para minimizar os danos da violência em detrimento da opressão de gênero, assim como fomenta o debate e reflexão entre mulheres para que não haja novas vítimas. “Palestras de auto defesa” proporcionam não apenas o aprendizado para defesa física em situação de risco, mas também trabalha o empoderamento das mulheres – tema que será retomado mais adiante – para que as mesmas não se sintam vulneráveis no ambiente

público ou privado, através de técnicas que auxiliam mulheres a falarem com segurança e se expressarem. Há ainda a convocação “Mulheres e feministas, precisamos de vocês” demonstra a preocupação do movimento ao não apenas reconhecer, mas também compreender que o debate feminista não está dado para todas as mulheres e que este é um processo auto - reflexivo e distinto para cada mulher, que envolve sua subjetividade, sua trajetória, sua raça, sua classe.

Já a segunda de cunho político, envolve atos simbólicos que denunciam os casos de violência contra a mulher na Universidade e o que segundo o movimento constitui-se como “falta de respeito, omissão e silenciamento por parte da Reitoria”. Os atos simbólicos incluem “pichação dos prédios, postes e asfalto”, também as “faixas e cartazes” dão visibilidade ao movimento, o próprio *flyer* aqui analisado promove o debate na comunidade acadêmica, faz o debate circular e entrar para a agenda da Universidade. A “*hashtag*”³⁶ #meavisaquandochegarUFRRJ”, “Avatares”³⁷ para perfis no *Facebook*” e ainda “...mulheres usando blusa preta e batom vermelho” – utilizadas em dias de aula e principalmente nos atos organizados pelo movimento - são primeiro, meios de motivar a consciência de coletivo, de sujeito político entre as mulheres, segundo, de solidariedade e apoio ao movimento e terceiro de divulgação das demandas apresentadas pelo “Me Avisa”.

A “mulher” enquanto categoria política aparece não só nas demandas, mas nas ações promovidas pelas alunas que acionaram o cunho político do movimento. Dentre as ações de maior representatividade está o abraço simbólico dado pelas mulheres no P1. Durante o ato em forma de jogral era repetido que naquele dia as “ruralinas” abraçavam a Universidade e esperavam ser abraçadas e principalmente amparadas de volta por ela.

“A gente tá aqui hoje pra mais uma ação do movimento auto organizado da Rural. Nós agora vamos dar um abraço no P1. Por que nós vamos abraçar o

³⁶ *Hashtag* é um composto de palavras-chave, ou de uma única palavra, que é precedido pelo símbolo cerquilha (#). *Tags* significam etiquetas e referem-se a palavras relevantes, que associados ao símbolo # se tornam *hashtags* que são amplamente utilizadas nas redes sociais. Esse tipo de marcação serve para associar uma informação a um tópico ou discussão. Geralmente *hashtag* tornam-se se *links* indexáveis pelo mecanismos de busca. Isso permite que os demais usuários possam clicar nelas ou procura-las e visualizar todas as informações, imagens vídeos relacionados a elas. Fonte: Canal Tech. Disponível em <<https://canaltech.com.br/produtos/O-que-e-hashtag/>> acesso em dezembro de 2018.

³⁷ Em informática, *avatar* é um *cibercorpo* inteiramente digital, uma figura gráfica de complexidade variada que empresta sua vida simulada para o transporte identificador de internautas. O internauta pode incorporar uma ou mais dessas máscaras digitais para representá-lo em ambientes bi ou tridimensionais. Fonte: Wikipédia. Disponível em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Avatar_\(inform%C3%A1tica\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Avatar_(inform%C3%A1tica))> acesso em dezembro de 2018.

p1? Hoje a nossa ação de abraçar o P1 é pra dizer que nós abraçamos a Universidade e queremos se abraçadas por ela. É pra dialogar com essa galera que reclamou das pichações. A Rural é nossa e a gente precisa se sentir segura aqui. A gente vai abraçar o P1 hoje porque nós somos muitas, a gente abraça o mundo se a gente quiser. A gente vai abraçar o P1 hoje porque a gente quer que a Universidade Rural e toda a sociedade abrace a nossa causa. Porque a gente não quer mais ser estuprada, ser violentada, ser assediada dentro e fora da Universidade. A gente vai abraçar o P1 hoje pra essa Universidade entender que aqui tem mulher de luta! A gente quer ser respeitada! As mulheres da Rural são de luta!” (Autora: Larissa Cabral, aluna do curso de engenharia agrônoma, integrante do Coletivo de Mulheres e da Comissão de Comunicação do Me Avisa Quando Chegar UFRRJ.)

Figura 6: Foto do “Abraço ao P1” realizado pelo Me Avisa Quando Chegar UFRRJ.



Fonte: Me Avisa Quando Chegar UFRRJ / 2016.

O “Abraço ao P1” e o discurso da aluna Larissa Cabral demonstram a força da mulher enquanto sujeito coletivo, onde a violência não é individualizada, mas compartilhada e atinge a todas as mulheres a partir do entendimento que a violação a uma significa que todas podem vir a receber o mesmo tratamento num espaço que é público, mas que possui uma dinâmica própria, que é a Universidade. No clamor presente no discurso fica exposto que o “Me Avisa” intenciona que a Administração Superior apresente propostas

para gerir o espaço que é de sua responsabilidade de modo que este seja um ambiente seguro para o público feminino.

O apoio ao movimento veio de IES não só do RJ – UFRJ, UNIRIO, UFF - mas também de fora do estado. Também houve manifestações e divulgação do movimento em jornais *online*, mídias impressas e canais de televisão como Globo³⁸ e Record³⁹. Diante da luta e organização, o movimento conquistou um dia de “Luto em Luta”, em que todas as atividades de todos os cursos da universidade foram suspensas em prol de mesas de debates e palestras com temas feministas, e também, um espaço para construção masculina sobre a luta feminista e sua importância.

³⁸ Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/alunas-denunciam-tres-casos-de-estupro-na-rural-em-dois-meses-19022263>> acesso em dezembro de 2018.

³⁹ Disponível em <<https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/estudantes-fazem-protesto-contra-casos-de-estupro-dentro-da-universidade-rural-em-seropedica-05042016>> acesso em dezembro de 2018.

Figura 7: Flyer divulgando a programação do “Dia de luto em luta” do Me Avisa Quando Chegar UFRRJ.

Programação: Dia de Lut@

<p>8h - 12h</p> <ul style="list-style-type: none"> - Auditório do IA Mesa: O papel da mulher na pesquisa e nas agrárias Cristhiane Amâncio (Embrapa/ABA) e Prof. Patrícia Tavares (UFRRJ) - Salão Vermelho (18); apenas para mulheres Roda de conversa: Acolhimento às vítimas de abusos sexuais - Auditório do IT Cine Debate: A filha da Índia Prof. Regina (Arquitetura) - PAT, sala 312 Cine Debate: As horas Debate: classes Prof. Moema - Salão Azul (P1) Auditoria da UFRRJ Comissão de Diálogo com a Reitoria representará o Movimento - SINTUR Roda de conversa: Precarização do trabalho e a mulher Fernanda Fortini e Ivanilda Reis - Auditório Gustavo Dutra (P1) Mesa: A universidade como espaço de discussão e luta contra a violência de gênero e o racismo Prof. Marize de Jesus e Prof. Joselina da Silva 	<p>13h30 - 16h</p> <ul style="list-style-type: none"> 13h30- Auditório Hilton Salles (P1) Roda de conversa: A história dos direitos das mulheres: do estatuto da mulher casada à Lei Maria da Penha Prof. Erica Paes e Prof. Maria Luiza de Oliveira 13h30- Auditório do PAT; apenas para homens Roda de conversa: Homens, vamos falar de machismo? Nicolle Berti e Nelma Medeiros <p style="text-align: center;">16h - 18h: OFICINAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Praça da Alegria Batucada Feminista - Paula e Bruna - Espaço de Capoeira Senzala Teatro da oprimida - Lene e Monique - Escola Livre Fanzine e Serigrafia - Islanda - Muro do Bandeirão Grafite feminista - Raissa (Red) - Forinho Dança do ventre - Jéssica - Espaço de Capoeira Angolinha Ciranda/ Capoeira para crianças - Clara e Susana - Instituto de Biologia Biojoias 	<p>18h - 22h</p> <ul style="list-style-type: none"> - Salão Azul (P1) Cine Debate: O sonho de Rose Debate: Reforma Agrária Prof. Tatiana Cotta e Prof. Ramoffy - Auditório Hilton Salles (P1) Mesa: O machismo por trás do golpe Fernanda Vicente e Prof. Fafate Costa <p style="text-align: center;">22h</p> <ul style="list-style-type: none"> - Festa de aniversário do F6 Cine Cultural: Se Morar é um direito, ocupar é um dever Intervenções artísticas Movimento Me avisa uando chegar e Minas do F6
<p>11h - 13h30</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bandeirão Almoço Intervenção Descanso 	<p>17h - 19h</p> <ul style="list-style-type: none"> - Praça da Alegria Oficina de bambolê e tecido - Iara, Antônia e Sara - Praça da Alegria Oficina de turbante - Luana e Maria Carolina - Depto de Educação Física Oficina de luta - Vivi <p style="text-align: center;">Janta</p>	

me avisa quando chegar

Me Avisa Quando Chegar UFRRJ / 2016.

Vale ressaltar que as propostas do grupo e encaminhamentos sugeridos aos processos de administração de conflitos envolvendo a administração superior; Assim, a administração de conflito passa pela busca de diálogo entre quem reivindica e aqueles que de alguma maneira discordam ou desconhecem as demandas. O “Me Avisa” propôs “debates sobre a situação da Universidade” (Flyer do movimento Me Avisa Quando Chegar – UFRRJ, 2016) e ainda no trecho do discurso da aluna Larissa Cabral (2006)

onde as alunas pretendem “dialogar com essa galera que reclamou das pichações”. O “Dia de luto em luta” foi preenchido por palestras e debates elucidativos sobre a questão da mulher nos mais diversos âmbitos com ênfase nas violências sofridas pela mesma, em espaços abertos – para homens e mulheres – e espaços fechados – apenas para mulheres – corrobora o viés político de movimento que pretende ser ouvido e conquistar apoio.

Até o mês de julho de 2016, o movimento “Me avisa quando chegar UFRRJ” realizou mais de três reuniões com a reitoria da Universidade e 2 grandes assembleias estudantis e foi convidado para participar de uma audiência pública na Alerj - Assembleia legislativa do estado do Rio de Janeiro. As ações foram em busca de melhorias estruturais, respostas acerca dos casos de abusos registrados; bem como um posicionamento acerca das medidas administrativas que seriam tomadas contra os agressores e em apoio às vítimas da opressão em detrimento do gênero.

Figura 8: *Print* da página online do jornal O Dia que noticiou a audiência pública em que a Alerj tratou sobre as denúncias do Me Avisar Quando Chegar UFRRJ.



Fonte: Jornal O Dia Edição Online / 2016.

Figura 9: Foto das alunas da Rural na escadaria da Alerj antes da audiência pública.



Fonte: Me Avisava Quando Chegar UFRJ / 2016

No primeiro semestre de 2018 o movimento Me Avisava Quando Chegar UFRJ se tornou grupo de extensão. A formalidade proporciona emitir horas complementares, produzir certificados, solicitar ônibus pra ir a eventos, congressos. Desta forma o movimento se apropria, se incorpora à estrutura para se organizar.

O Me Avisava vem se consolidando como ambiente seguro de acolhimento e denúncia. Para este trabalho foi realizada entrevista com militantes do Me Avisava em dezembro de 2018. Segundo Suanny Nogueira⁴⁰ de Queiroz e Yasmin Bardanza⁴¹ “O perfil do Me Avisava é mulheres que passaram por uma situação de violência e depois querem contribuir com o movimento por que não querem que outras mulheres passem por isso.”

O procedimento formulado pelo Me Avisava tem o cuidado de preservar a saúde da vítima e da militante que está acompanhando o caso.

“[...] muitas vezes quando você está ouvindo o problema que a outra passou o relato se torna um gatilho pra você. Então até pra dar conta do volume, a gente tem que encaminhar pra psicóloga da Rural, a gente vai lá, acompanha, tá de mão dada, a gente vai com ela até o postinho (*posto médico*), até a DGV, até a Delegacia, onde precisar. Isso é uma atitude de auto cuidado também, o movimento primeiro tem que se acolher por que nós fomos vítimas em algum momento.” (Suanny Queiroz, 2018)

⁴⁰ Mestranda de Psicologia da UFRJ, membra também do Grupo de Agroecologia da UFRJ (GAE) e moradora de Seropédica. Militante do Me Avisava desde o seu surgimento em 2016.

⁴¹ Graduada de Engenharia Florestal, membra também do Movimento de Mulheres Olga Benário, da União da Juventude Rebelião (UJR) e da Oposição de Esquerda do Movimento Correnteza. Militante do Me Avisava desde agosto de 2018.

“Vivia um relacionamento abusivo onde havia agressão física, ameaça de morte, era tão abusivo que só podia ter na minha agenda do *WhatsApp* o nome da minha mãe e o dele. Uma militante do Me Avisa me deu a mão e me ajudou a sair desse relacionamento, me apresentou outras pessoas... todo dia tem um caso, todo dia uma mulher é abusada, e toda vez que uma mulher é abusada um punhal é enfiado em mim, é assim que minha militância no Me Avisa vai sendo construída.

No dia 25 de novembro eu fiz um relato com detalhes no meu Facebook sobre a situação de violência que eu vivi com o meu ex namorado. Uma menina me mandou uma mensagem perguntando quem era o meu ex, eu disse o nome e ela respondeu que uma amiga está se relacionando com ele. Essa menina me contou que o meu agressor diz que eu sou maluca, que ele já quebrou o celular da amiga dela... Eu não sei até que ponto ela vai tomar a minha história como verdadeira, mas de certa forma, deixar o alerta pra amiga de uma possível futura vítima do meu agressor, pra mim já soou como uma forma positiva, eu posso *tá* salvando a vida de uma mulher. Não é pro meu ego, é pra ver que a corda *tá* se esgarçando. Em algum momento esse ciclo tem que parar.

É a soridade, é andar pela ciclovia e ver uma desconhecida e ir andando com ela, é você ver uma menina que está bêbada numa festa... são pequenas atitudes concretas que mudam o cenário.” (Yasmin Bardanza, 2018)

"Memória moral" é uma expressão utilizada por Simmel (1964) para falar do trabalho feito pelo sentimento da gratidão em favor da solidez dos laços sociais. Discutindo a emergência da gratidão no contexto das dádivas, ele afirma ser este afeto que impulsiona a reciprocidade, condição *sine qua non* da vida social. A gratidão, a empatia seriam assim aquilo que impele à retribuição mesmo na ausência da coerção externa, desempenhando, portanto um papel fundamental na coesão dos vínculos sociais.

Simmel analisa as dimensões de liberdade e coerção presentes no universo da dádiva, afirmando ser o primeiro presente o único realmente espontâneo, uma vez que nele não há qualquer obrigação. Toda e qualquer retribuição, por sua vez, comportaria já uma dimensão coercitiva, sendo a gratidão a consciência de haver entrado em uma relação infinita, pois a decisão da primeira oferta comporta uma liberdade que retribuição alguma poderia conter, com o eventual desejo autêntico de retribuir sendo sempre, em alguma medida, turvado pela sua obrigação.

Neste contexto, o Me Avisa surge como a primeira ação espontânea da dádiva. Quando uma vítima de violência de gênero chega ao Me Avisa e reconhece ali um ambiente comum – de mulheres que compartilham o sentimento de ter sido violentada – e são bem acolhidas surge um sentimento de gratidão e reciprocidade formando laços de coesão. Ao ser acolhida por um coletivo, aflora o sentimento de pertencimento a uma unidade. Uma vez que compreende-se que a violência contra a mulher não é um fato

isolado, mas sim uma das manifestações da opressão de gênero, não se pode mais ignorar o fato de pertencer a um grupo que é violentado em detrimento papel que lhe é social e culturalmente atribuído. A coesão surge como a obrigação, em alguma medida, de colaborar com o Me Avisar para acolher vítimas – como um dia foi acolhida – e para cobrar medidas – para que não haja novas vítimas.

“Não precisa se dar todo mundo bem, não precisa ser superamiga... Mas fazer nosso próprio acolhimento... eu vejo minhas irmãs ali. Antes de qualquer desentendimento que surja na militância vem o Me Avisar, a importância do Me Avisar.” (Yasmin Bardanza, 2018) Assim, apesar dos conflitos que compõem a dinâmica interna do convívio entre as mulheres do Me Avisar, o movimento se constitui, como um grupo onde os vínculos são formados tendo como base o reconhecimento das mulheres enquanto pares, que vivenciam a mesma experiência social e que preza pela segurança e saúde da mulher enquanto coletivo. As relações construídas das militantes com o Me avisar e entre elas próprias são costuradas pela lógica da dádiva e formam no grupo um ambiente seguro e coeso.

Acerca da relação com a Reitoria foi dito:

“Não dá pra falar de fato em parceria. Por exemplo... o encaminhamento do processo que a gente moveu contra o agressor que participa do grupo da capoeira... eu soube que o processo concluiu, mas entro no SIPAC – órgão de consulta aos processos – não tem nada falando da conclusão do processo. Fiquei sabendo pelo pessoal da Pro Reitoria de Extensão que havia concluído e fui informada que iria receber uma notificação, mas até agora nada.

O agressor continua frequentando a Rural tranquilamente, em nenhum momento a DGV foi fiscalizar... por que enquanto o processo corria ele não poderia participar do grupo de Capoeira Angola que existe na Universidade a 20 anos... em nenhum momento a DGV ficou sabendo, a gente ligava pra Guarda pra cobrar a fiscalização e eles não estavam sabendo de nada. Então que parceria é essa que não funciona?

O caso era pra durar no máximo nove meses, abrimos em novembro de 2017 e já estamos entrando em dezembro de 2018 com o processo ainda sem conclusão. O agressor sequer tem vínculo com a UFRRJ, mas o grupo de extensão de capoeira Angola existe por causa dele, ele é o mestre. E se nada for feito a gente vai ter que escrachar... isso acaba criando problemas pessoais pra gente, por que a Universidade é omissa.

Isso só mostra que eles [a Reitoria] sabem que a violência acontece, mas continuam perpetuando a estrutura que massacra a gente dia após dia. A Rural não faz nada pra mudar a estrutura. Outro exemplo, a Rural não gera estatísticas dos atendimentos feitos pelas psicólogas, o que foi feito foi aumentar o tempo de atendimento das profissionais. No último concurso só chamaram uma psicóloga. Então não tem um projeto institucional.

Tem que articular o procedimento e acolhimento, o caso não pode estancar no Me Avisa, tem que chegar no SUS, na Delegacia, na Universidade, na Justiça.” (Suanny Queiroz, 2018)

Nos dois anos e meio de atuação - até esta dissertação – o movimento conta com conquistas e desafios para sua atuação na Universidade.

“Nós vamos fazer a terceira calourada do Me Avisa Quando Chegar no próximo período. A gente sempre busca falar sobre racismo, saúde mental, instruções de encaminhamento jurídico dos casos. [...] Priorizamos ir nas calouradas recepcionar as alunas. O que a gente quer é quebrar esse ciclo de violência. Esgarçar essa corda até ela romper. Sabemos que eventualmente vai acontecer, mas não pode ser como é hoje onde a violência acontece o tempo inteiro. [...]

A gente tá construindo a nossa cartilha, o conteúdo ainda está sendo trabalhado, mas vai ser pelo menos uma cartilha informativa com dados do postinho, de atendimento, setores uteis... [...] Temos a nossa caneca, ela agora é um símbolo, não é só uma caneca. Quando você vê aquela caneca você sabe que pode contar com aquela pessoa. A pessoa conhece o movimento então mesmo que ela não consiga fazer nada naquela hora, ela sabe que não está sozinha. [...] Brigamos muito para o campus ser iluminado, pra aumentar o efetivo da DGV. [...]

A principal conquista é que com a visibilidade do Me Avisa conseguimos falar sobre a violência contra a mulher na Rural. Onde a gente vai alguém já ouviu falar do movimento. Só o fato da gente existir já faz as meninas não se sentirem tão sozinhas. [...] A vitória real vai ser quando a gente conseguir enganjar as mulheres. Pra que elas não venham até nós só quando são violentadas, quando escrachamos um agressor. Precisamos dar um próximo passo cultural onde ocorra a prevenção e não que as mulheres se preocupem só quando acontece com elas.

Todo movimento tem esse desafio de agregar, as pessoas entram focadas na Universidade e só querem se mobilizar depois que alguma coisa já aconteceu. O desafio pra gente é fazer a prevenção. É por que a gente se mobiliza por uma violência, então uma proposta é também como colocar mais nortes pro Me Avisa. Se a gente puser qualquer denúncia consegue 2 mil curtidas em segundos, então o perfil do grupo é esse, a galera quer se proteger e ficar prestando atenção em quem são os agressores. Como a gente faz pra não ser só um grupo de escracho, mas antes de prevenção?”(Suanny Queiroz, 2018)

“O escracho acontece de várias maneiras... a gente pode botar o nome do agressor no grupo do *Facebook*, que tem mais de 4 mil meninas, pra elas ficarem cientes... isso já é uma maneira de exposição... Até colocar o nome do agressor em banheiros femininos da Rural e de Seropédica. O escracho parte do princípio de você poder contar com as pessoas próximas e ganha uma proporção significativa.

Queremos interferir na instituição. A gente quer ter a nossa sala, a gente quer ser um pilar na Universidade. Não queremos só acolher casos. A gente quer mexer nas estruturas e romper o que o patriarcado todo dia tenta nos calar.” (Yasmin Bardanza, 2018)

O Me Avisa se organiza de forma horizontal através de grupos de trabalho. Possui 2 grupos no *WhatsApp*, um deles com as componentes mais ativas e outro aberto para

todas que desejarem participar. Articula-se também no grupo do *Facebook* onde estão reunidas 4600 mulheres. O movimento está presente em todos os 57 cursos da Universidade com militantes ativas ou não. O contato com alunas do Instituto de Três Rios e o Instituto Multidisciplinar localizado em Nova Iguaçu ainda é recente. O Me Avisa é composto por alunas, moradoras de Seropédica, docentes e funcionárias da Universidade.

A partir do quadro aqui apresentado, é possível afirmar que, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro possui um histórico recente de luta e mobilização da comunidade acadêmica, em especial do público feminino. Volto agora à pergunta original. Quais fatores contribuíram para que as denúncias e mobilizações emergissem?

2.3 – Mídias sociais e empoderamento feminino

O primeiro fator que quero destacar é o papel da mídia social, esta ferramenta foi utilizada como espaço de fala e organização, além disso, também possibilitou visibilidade às denúncias e reivindicações. Cada vez mais mulheres estão usando as redes sociais como ferramentas de denúncia. As pessoas estão procurando diferentes meios e formas para poderem se comunicar e serem ouvidas. E nos dias de hoje, quais são as formas mais eficientes de divulgação para que suas denúncias possam chegar/atingir um número maior de pessoas do que por posts ou vídeos no *Facebook*, *Tumblr*, *Twitter* ou no *Youtube* entre outros?

Em diversas redes sociais também estão ocorrendo movimentos e campanhas que para sua divulgação são usadas as *hashtags* (#). Como por exemplo #meuamigosecreto, que foi usado por mulheres como uma forma de denunciar formas de abuso (sexual, verbal, e outros), de comportamento ou a forma como tais pessoas (os “amigos secretos”) pensam, sem necessariamente colocar o nome ou marcar a pessoa que estava sendo denunciada. Essa campanha foi criada para denunciar o comportamento incoerente de pessoas com quem elas ou eles conviviam, aquelas pessoas que não se julgam machistas ou

preconceituosas, mas são. ⁴²Outro exemplo de campanha que acabou ficando muito conhecida foi a #meuprimeiroassédio.⁴³

“A internet passa a ser uma importante ferramenta, não só de divulgação, mas também de crítica, debate, reação e diálogo com os mais diferentes setores da sociedade, possibilitando enfrentamentos com a grande mídia sobre os temas do feminismo, gênero e violência. A possibilidade de autonomia para a produção e para a divulgação de ideias feministas na rede incitou uma grande quantidade de debates - em jornais, rádios, televisão, mas principalmente, em blogs, páginas de diversos movimentos sociais, de grupos ou pessoais, na internet- que discutiram sobre as principais pautas e táticas reivindicadas e realizadas pelas diversas marchas. [...]

Desse modo, a internet se constrói como um espaço de publicação feminista alternativa que, diferentemente dos panfletos e fanzines que fizeram parte da mobilização das feministas até meados dos anos 90, possibilita uma maior difusão dos materiais produzidos e também de um retorno por parte das pessoas que tem acesso à essas publicações. Ou seja, a internet se apresenta como um lugar em que as ideias podem ser divulgadas e debatidas.” (FERREIRA, 2013)

Na UFRRJ as redes sociais foram palco das denúncias através da página “Abusos Cotidianos – UFRRJ” e primeiro espaço de organização para as meninas do “Me Avisa Quando Chegar UFRRJ”. Entretanto, as redes sociais não foi o fator que de fato fez com que as mulheres da Universidade denunciasses os casos de violências. O que de fato fez denunciar um quadro que opressão vivido à décadas na Universidade foi o empoderamento que as mesmas conquistaram ao ingressarem no ensino superior onde tiveram contato com práticas feministas.

Faço aqui uma pausa para que fique claro que não pretendo aqui afirmar que só se chega ao empoderamento pela Universidade. Mas sim que há nas Universidades, em especial na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – onde meu campo foi feito –, um amplo movimento de conscientização e empoderamento – através de atividades e debates acerca do papel da mulher nos Centros Acadêmicos, Diretório Central dos Estudantes, grupos de pesquisa, Coletivo de Mulheres, Coletivo de Pais e Mães, Núcleo Universitário Negro, Cine Casulo, Levante Popular da Juventude, dentre outros - que possibilitou que práticas antes tidas como “tradicionais”, “corriqueiras” ou “cuidados

⁴² A hashtag #meuamigosecreto deu origem ao livro “#meuamigosecreto: feminismo além das redes: violência contra a mulher” com autoria de Bruna Lara, Gabriela Moura, Paola Barioni e Thayssa Malaquias, membras do Coletivo Não Me Kahlo. O livro foi lançado em 2016 pela Edições de Janeiro.

⁴³ Fonte: Tendências Digitais. Disponível em: < <https://medium.com/tend%C3%A2ncias-digitais/cada-vez-mais-as-redes-sociais-est%C3%A3o-sendo-usadas-como-ferramentas-de-den%C3%B2ncias-c1529fa61333>> Acesso em dezembro de 2018.

que são necessários, pois homens são assim por natureza”, fossem questionadas até ao ponto em que as mulheres sentiram-se capazes e fortes para fazer as denúncias.

O conceito de empoderamento é bastante potente para a concepção e avaliação de práticas que visem promover a autonomia e a superação de desigualdade de poder em que as mulheres se encontram. Na teoria feminista o empoderamento de mulheres é o processo da conquista de autonomia, de autodeterminação. E trata-se ainda de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero. O objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero a fim de que as mulheres possam assumir maior controle sobre seus corpos e vidas. (SARDENBERG, 2006)

O empoderamento inclui tanto a mudança individual quanto as ações coletivas:

“O empoderamento como autoconfiança e autoestima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Ao ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes; quer dizer, se reconhece o imperativo da mudança” (LEON, apud SARDENBERG, 2006)

É consenso nos estudos de gênero que emponderar-se refere a um desafio às relações de poder e a uma busca pela obtenção de maior controle sobre as fontes do mesmo. Ao considerar a existência de relações desiguais de gênero, o empoderamento feminino pode ser definido, em termos bastante amplos, como um processo de superação da desigualdade de gênero (Batliwala 1997; León 1997 apud MARINHO & GONÇALVES 2015).

Deste modo, o processo de empoderamento no ambiente universitário permite que as práticas opressoras sejam percebidas como violência. Possibilita ainda que uma aluna que está “isolada” perceba que a opressão por ela sofrida, atinge também outras mulheres, de modo que esta passa a pertencer a um sujeito coletivo. A violência sexual contra as mulheres no ambiente universitário faz parte da cultura do estupro que torna as agressões sexuais masculinas aceitáveis socialmente. A noção de “cultura do estupro” popularizou-se recentemente no país e define uma sociedade que não apenas tolera a violência sexual contra a mulher, como também a incentiva e legitima.

“O conceito foi cunhado por feministas estadunidenses na década de 1960 e tem sido muito utilizado no Brasil pela militância, que critica a culpabilização de mulheres estupradas pela violência sexual a partir de seu comportamento com acusações do tipo “ela é vulgar mesmo”, “ela não se dá ao respeito” ou, ainda, “ela estava pedindo” (SEMÍRAMIS apud ROST & VIEIRA, 2013).

Apesar de as teóricas acadêmicas não fazerem uso corrente da expressão, muitas pesquisas internacionais e nacionais vêm denunciando a invisibilidade da violência sexual frente suas estatísticas, através de uma crítica à noção de consentimento.

A violência se perpetua porque as forças políticas e sociais conservadoras dificultam a efetivação de políticas públicas de combate ao machismo. Nancy Fraser (2006) aponta a importância das políticas públicas para que as minorias sociais acessem os recursos e direitos garantidos pelo Estado. Para tanto, a autora defende que no campo teórico e político seja desenvolvida uma teoria crítica do reconhecimento, que identifique e assuma a defesa das versões da política cultural que possam ser combinadas de forma coerente com a política social da igualdade. Ou seja, que sejam pensadas políticas que reconheçam as especificidades de cada minoria social ao mesmo tempo em que promova a igualdade social.

“Seguramente, uma característica central da injustiça de gênero é o androcentrismo: a construção autorizada de normas que privilegiam os traços associados à masculinidade. Em sua companhia está o sexismo cultural: a desqualificação generalizada das coisas codificadas como “femininas”, paradigmaticamente – mas não só –, as mulheres.” [...]

“Enquanto a lógica da redistribuição é acabar com esse negócio de gênero, a lógica do reconhecimento é valorizar a especificidade de gênero. Eis, então, a versão feminista do dilema da redistribuição-reconhecimento: como as feministas podem lutar ao mesmo tempo para abolir a diferenciação de gênero e para valorizar a especificidade de gênero?” (FRASER, 2006, p. 235)

As alunas da UFRRJ lutam pelo o que segundo a Fraser, configura-se como uma retratação pela injustiça cultural que as mesmas sofrem. De modo que busca-se compensar o desrespeito por meio da revalorização das identidades grupais desvalorizadas, bem como políticas específicas para o grupo e maior rigor na condução dos casos denunciados.

A formulação de políticas públicas para mulheres esbarram em debates ainda mais complexos. Como buscar medidas que inibam as violências de gênero, quando a

segurança é um direito que deve ser garantido a todas e a todos? Como lutar pelo fim de práticas tidas por muitos como naturais? Voltamos ao debate natureza x cultura. Como foi visto no panorama feito por Donna Haraway, o debate natureza x cultura sempre esteve presente nos estudos de gênero e por muitas vezes foi utilizado para legitimar a opressão sobre o gênero feminino. Compreender que as práticas aprendidas culturalmente não estão no “DNA comportamental” do ser humano é romper com as ideologias sexuais.

Gayle Rubin, já citada aqui, apontava em 1975 que a cultura é por definição inventiva. Ao analisar a troca de mulheres entre os homens a partir dos estudos de Levi-Strauss, a autora afirma que “A troca das mulheres torna-se uma ofuscação, se ela for vista como necessidade cultural, e quando é usada como simples instrumento através do qual uma análise de um sistema particular de parentesco é abordado.”

Práticas como o hábito de um homem esperar uma recompensa sexual por um favor feito, uma carona ou um flerte e sentir-se “no direito” de cobrar tal recompensa serem tidas como práticas pertencentes a cultura esvazia o debate e invisibiliza a opressão e a violência contidas em tais práticas. Afinal, a cultura de um povo é inventada e reinventada a partir das relações sociais e dos significados que os indivíduos atribuem às mesmas. O ordenamento social não é estático, tão pouco as normas que orientam a conduta dos indivíduos. Assim, práticas antes naturalizadas podem vir a ser reinterpretadas e adquirirem novos significados.

Como lutar por medidas efetivas que assegurem que a UFRRJ seja um ambiente seguro para as estudantes? Por meio da mobilização e empoderamento, as alunas da Universidade tiveram voz para cobrar que o campus esteja preparado para garantir a segurança física de todas e todos frequentadores, através de medidas efetivas como maior circulação do ônibus interno, guardas patrulhando os pontos de ônibus e ciclovias, mato roçado e iluminação. Enquanto política voltada especificamente para o público feminino as alunas cobram atendimento às vítimas especializado com profissionais da área da saúde física e mental, punição aos agressores e andamento nos casos que se perdem em meio à burocracia.

As redes de apoio, os movimentos e coletivos são fundamentais para que as alunas sintam-se seguras e protegidas. Entretanto, cobra-se que a administração superior crie

políticas afirmativas que garantam uma estadia segura enquanto as mesmas estiveram na Universidade.

2.4 - Considerações

O estudo de caso na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro permite construir uma generalização que compreende que as Universidades, vivem um momento de transformação do entendimento do que é violência e violência contra a mulher conferindo a visibilidade ao debate. Compreendida como um dos pilares de sustentação da subordinação feminina na perspectiva teórica feminista, a violência é uma das mais fortes expressões da desigualdade entre homens e mulheres. (PORTELLA, 2009) O debate feminista que ganhou visibilidade nas últimas duas décadas acerca do alto grau de legitimidade e aceitação da violência contra a mulher em nossa sociedade e que hoje aflora nas Universidades vem resignificando práticas tradicionais, passando estas a serem entendidas como violência via empoderamento feminino das alunas da Instituição.

O reconhecimento da injustiça cultural expressa, aqui através da violência contra a mulher na UFRRJ, vem mobilizando ações de cunho feminista que buscam medidas efetivas para que haja uma mudança no tratamento recebido pelo público feminino da Universidade, ou como Fraser chamou, para que haja uma mudança cultural. Assim, intenciona-se que práticas consideradas culturais/ tradicionais sejam interrompidas proporcionando o surgimento de novos padrões sociais de interação no ambiente universitário.

Ao abrir espaços de comunicação e denúncia; criar grupos de apoio e acolhimento; promover debates e manifestações; buscar visibilidade através das mídias e em instâncias superiores; reivindicar melhores condições de infraestrutura e segurança é revelado o caráter ativo do fenômeno que busca não apenas cobrar medidas vindas da Instituição, mas pretende participar da construção de um ambiente que não viole as mulheres, configurando-se um processo não institucional de administração do conflito.

CAPÍTULO III - DE GUARDA PATRIMONIAL À GESTÃO DE CONFLITOS

Neste capítulo apresento a Divisão de Guarda e Vigilância da UFRRJ - suas competências, atribuições e desafios – órgão que cotidianamente é o primeiro a representar a administração superior no que tange as situações de violência no campus. Em seguida, trago os dados de incidência criminais e de violência contra a mulher no campus de Seropédica da UFRRJ a fim de compreender o fenômeno da violência contra a mulher no campus de Seropédica da UFRRJ. Houve um aumento nos casos de violência contra a mulher? Este é um fenômeno antigo ou recente? O que mudou no debate dentro da Universidade? Essas são algumas questões que buscarei elucidar neste capítulo através de entrevistas e dados quantitativos.

3.1- A Divisão de Guarda e Vigilância UFRRJ – DGV

A Divisão de Guarda e Vigilância é o órgão responsável por promover a segurança patrimonial da Universidade, bem como daqueles que estão em seu interior. A DGV, assim chamada pelos membros da comunidade acadêmica, é submetida diretamente à Reitoria, caracterizando então como a via institucional da administração de conflito. A Lei 11.901/2005 - dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação – ; o decreto nº 5.824/2006 - estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – e o Regulamento Interno da Divisão de Guarda e Vigilância através, Portaria nº 03 de 24 de novembro de 2015, juntos, formam a legislação que orienta o trabalho da DGV⁴⁴.

Atualmente, as funções da Guarda dividem-se em patrulhamento, vigilância de prédios e portaria. Os servidores são distribuídos em turmas de serviço, onde os vigilantes atuam em postos de serviço e patrulhamento. Em cada turma de serviço existe um supervisor que coordena os vigilantes. O contingente opera em escalas de 24/72 e 12/36, de modo que a DGV opere 24 horas por dia.

⁴⁴ Vale ressaltar que desde 1992 não são autorizados concursos para a Divisão de Guarda e Vigilância, desta forma, esse cargo no serviço público está extinto.

O diretor da DGV Renan Canuto⁴⁵, servidor da UFRRJ desde 1991, declarou em entrevista concedida no mês de junho de 2016 - para a realização da monografia de minha autoria defendida no mesmo ano - que um dos maiores desafios da DGV é patrulhar a área de 3.500 hectares e apenas 131.346 metros quadrados⁴⁶ de área construída com um contingente de 49 homens. “Esse número as vezes eu reluto em divulgar porque ele é insignificante em relação ao tamanho da área. Eu precisaria ter aqui em torno de 300 vigilantes e não tenho 20% disso.” O diretor alerta que para manter um ambiente seguro “...Só o monitoramento não é suficiente, o monitoramento é para uma futura investigação, mas pra uma ação na hora é necessário que tenha mais homens.”

A fim de lidar com tais desafios, começou a ser implementado em 2013 um Plano de Ação que visa a contenção de riscos de modo que a Universidade não seja um ambiente vulnerável e propenso à atividades criminosas, a previsão de término está datada para 2017. Segundo Canuto:

“Eu fiz um plano de ação com a Polícia Militar ocupando uma área próxima, onde é o DPO. Também trouxemos pra cá o Corpo de Bombeiros, agora em questão de minutos os bombeiros conseguem chegar aqui pra lidar com questões de pânico e fogo (incêndios). A implantação do serviço terceirizado seria também em alguns prédios, mas por questões de verba só pode ser realizado no portão. Seria o patrulhamento feito pelos nossos agentes com novos equipamentos como colete, pistola de condutividade elétrica, spray de pimenta e viaturas. Outra ferramenta vai ser a implantação de monitoramento por câmeras, a Rural vai comprar até dezembro pra gente instalar. Isso tudo é um plano de ação pra conseguir dar uma certa paz ao campus.” (Fonte: ROSA, 2016.)

Como dito na entrevista, uma das medidas adotadas pela Universidade em prol da segurança no campus foi a contratação do serviço de guarda terceirizada. Desde 1º de julho de 2016, o Pórtico Principal do campus Seropédica passou a ter um novo controle de acesso de veículos. O serviço é realizado pela empresa de vigilância terceirizada

⁴⁵Graduado em Gestão de Recursos, Pós-graduação em Gestão Pública e Legislação Urbana, pós-graduado em Gestão de Segurança Corporativa e Certificação Internacional em Consultoria de Segurança Integral, Gestão de Riscos e Prevenção de Perdas – CISI.

⁴⁶Wikipédia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_Rural_do_Rio_de_Janeiro>. Acesso em outubro de 2015.

Best⁴⁷. Na ocasião da entrevista, quando perguntado se esta teria as mesmas atribuições da DGV, Canuto afirmou que:

“A guarda terceirizada não tem as mesmas atribuições da DGV. Primeiro por que eles são regidos por outra lei, a lei 7.102/83 que rege a segurança privada. Eles farão apenas o controle de acesso no pórtico principal. Vai ser melhor por que vamos ter condição de cobrar, vai ser uma relação de trabalho que a Rural paga e eles vão ter que se submeter dentro da Universidade. Vai ser um novo modelo, de segurança privada, não vai ser como é feito atualmente... A entrada no campus vai ser através dos adesivos, como sempre, vai haver um período de adaptação do novo modelo já que é uma novidade. A Rural nunca teve o acesso ao campus feito por segurança terceirizada. Sempre foi de um jeito mais fragilizado, até pelo fato do vínculo das pessoas que estão aqui com quem está no pórtico. O funcionário, é um servidor antigo e as vezes conhece a pessoa a 20, 30 anos e acaba facilitando o acesso. Pra segurança isso não funciona muito bem, se você vier de fora pra cá e observar umas duas ou três pessoas entrando, você não quer saber se é funcionário, se mora dentro da Universidade, você *ta* vendo que tem uma falha. O servidor acaba deixando dois, três carros entrarem sem serem identificados, isso acaba sendo constrangedor. Até pra gente, volta e meia a gente é questionado sobre essa questão. Mas é que aqui nós temos residências, vem aqui parente, sobrinho, mãe, avó... então o que acontece é que essas pessoas tem acesso fácil ao campus por já conhecerem quem trabalha aqui dentro e mora aqui dentro. Só que devido á atual situação de violência e o quadro reduzido sem perspectiva de concurso, a gente achou por bem realizar esse trabalho no portão por que vai dar um padrão melhor. Serão pessoas mais novas e com as regras diferentes com as quais poderemos exigir mais e nos possibilita fazer um trabalho de vigilância com uma patrulha melhor. Isso já era previsto no plano de ação pra dar um clima mais ameno à segurança do campus.” (Fonte: ROSA, 2016)

O controle da entrada e saída de pessoas é de suma importância para reduzir as chances de ocorrência e delitos no interior do campus. Isto por que a identificação prévia e controle dos horários de entradas e saídas, o tempo de permanência da pessoa no local será registrado. Assim, caso um delito ocorra o trabalho de investigação será mais eficiente. Deste modo, a vigilância e controle no pórtico inibe a entrada de agentes externos que planejem cometer delitos e infrações no interior do campus.

3.2 – Ocorrências registradas pela DGV na UFRRJ

As denúncias que chegam até a DGV são registradas no livro de ocorrência e depois são encaminhadas aos devidos setores responsáveis dependendo do tipo de ocorrência - Reitoria, Pro Reitoria de Assuntos Estudantis, Prefeitura Universitária, Delegacia em

⁴⁷Seropédica RJ. UFRRJ anuncia novo controle de acesso de veículos ao campus. <<http://seropedicarj.com.br/blog/ufrj-anuncia-novo-controle-de-acesso-de-veiculos-ao-campus/>>. Acesso em julho de 2016.

caso de flagrante. As denúncias podem ser feitas na sede da DGV ou *online* na página da mesma.

Fazer registro das ocorrências e disponibiliza-las ao público é fundamental para garantir a transparência, prestação de contas e acesso à informação. Segundo Joelma de Souza Azevedo (2014). Registros de ocorrência devem ser utilizados para planejamento das ações institucionais, prevenção do crime e da violência, prestação de contas do serviço à comunidade e/ou fortalecimento da democracia, princípios estes estabelecidos pelo plano de segurança pública do governo federal, onde os dados são considerados uma fonte de informação sobre a administração institucional dos conflitos no espaço público.

Em 2011 foi iniciado o projeto “Rural contra a violência” que levou para a DGV o *software* livre e gratuito de sistema informação geográfica, o QGIS. O programa de geoprocessamento foi implantado pela aluna Ruth Mariani graduanda de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, hoje o projeto está em andamento com o aluno do mesmo curso de graduação Philipe Rodrigo sob supervisão da professora Dra. Alessandra Carreiro Baptista. Antes da implantação do software, os casos eram registrados apenas no livro de ocorrência, de modo que não há dados computados, digitalizados e disponíveis ao público no período anterior a 2011.

O QGIS fornece as coordenadas geográficas a partir de uma ortofoto⁴⁸ confeccionada pelo IBGE, trata-se de uma fotografia aérea corrigida de todas as deformações, que apresenta maior precisão e detalhamento dos espaços pesquisados. Cada denúncia é identificada no mapa por pontos coloridos, onde uma cor corresponde a determinado tipo de fato. São catalogadas somente as denúncias definidas pela lei como crime, desprezando-se as infrações administrativas e as contravenções penais.

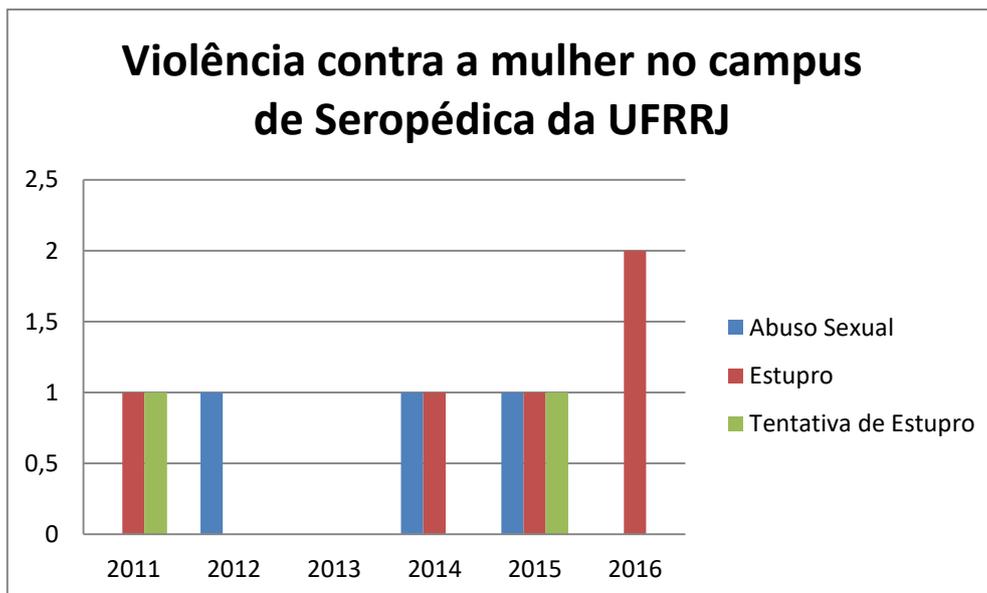
O processo de compilação dos dados inicia com captação das denúncias que são classificadas de acordo com a legislação penal. De posse da classificação, o aluno responsável lança as descrições em uma planilha geral, essa então é desmembrada em outras planilhas específicas para cada categoria de ocorrência. A última etapa do processo é a elaboração do mapa anual para acompanhar as variações nos índices em

⁴⁸ Uma ortofoto é uma fotografia que mostra imagens de objetos em suas posições ortográficas verdadeiras. Segundo Wolf (1983) as ortofotos são geometricamente equivalentes a mapas convencionais planimétricos de linhas e símbolos, os quais também mostram as posições ortográficas verdadeiras dos objetos. Disponível em <<http://blog.droneng.com.br/mosaico-de-ortofotos/>> acesso em julho de 2018.

cada ano, confeccionando-se um gráfico plurianual que é divulgado na página *online* da DGV. (Rural Semanal, 2017) Entretanto, os números absolutos só passaram a ser divulgados a partir do segundo semestre de 2018, antes desse período os dados eram divulgados apenas em porcentagem. A falta de acesso aos mesmos inviabilizava a análise científica, bem como impossibilitava o acesso à informação concreta acerca dos crimes ocorridos no campus ao público.

Os dados são de suma importância para a formulação de estratégias e políticas que promovam a segurança, o mau uso ou desuso do mesmo reflete na eficiência do trabalho realizado. Em entrevista para o Rural Semanal, Renan Canuto afirma que “Era muito desgastante. Perdíamos tempo para fazer o levantamento de todas as ocorrências”. O projeto “Rural contra a violência” auxiliou no posicionamento das câmeras de segurança que foram instaladas no campus em agosto de 2017. Segundo Renan Canuto “A iniciativa nos deu um norte para direcionamento das câmeras e das patrulhas, em locais onde os estudantes estão mais expostos, assim como o patrimônio”. Técnicos da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFRRJ (Cotic/Propladi) desenvolveram o suporte para o sistema de monitoramento, e os servidores da Divisão de Guarda e Vigilância receberam treinamento para o uso do material. (Rural Semanal, 2017)

Segue abaixo o gráfico de incidência de violência contra a mulher no campus de Seropédica da UFRRJ. Incluem-se na categoria violência contra a mulher os registros tipificados como “Abuso sexual”; “Estupro” e “Tentativa de Estupro”. Há ainda a tipificação “Ameaça”, entretanto, os registros disponíveis ao público não relatam o gênero das vítimas, de modo que esta tipificação não será considerada na amostra abaixo.



Elaboração: ROSA, 2018.

Nota-se que o maior número de ocorrência deu-se no ano de 2015, quando ocorreu 1 abuso sexual, 1 estupro e 1 tentativa de estupro, somando 3 ocorrências que corresponde a 1% dos delitos registrados naquele ano⁴⁹. Como dito anteriormente, não há registros disponíveis anteriores a 2011 e até o segundo semestre de 2018 os registros do ano de 2017 não haviam sido divulgados. De modo que o quadro comparativo acerca do aumento do número de ocorrências é limitado. Com base apenas no histórico recente daquilo que é registrado na DGV é possível afirmar em parte que a UFRRJ não vive uma sequência de aumento exponencial de violência moral e sexual contra a mulher.⁵⁰

Os registros entram em contradição com o número de denúncias que chegam às páginas das redes sociais. Devo lembrar que a criadora da página “Abusos Cotidianos – UFRRJ” afirmou que apenas nos primeiros 7 dias de funcionamento da página chegaram 7 relatos de violência sofrida. Aqui o conflito fica claro e ganha ainda mais complexidade, pois sabe-se que a violência contra a mulher possui alto índice de subnotificação, o que gera a falsa impressão de que a violência contra a mulher é um fenômeno de pouca relevância.

⁴⁹ No ano de 2015 foram registrados 121 ocorrências, dentre as quais as mais recorrentes são furto (20%) e furtos de bicicleta (16%). Fonte: DGV UFRRJ, 2018.

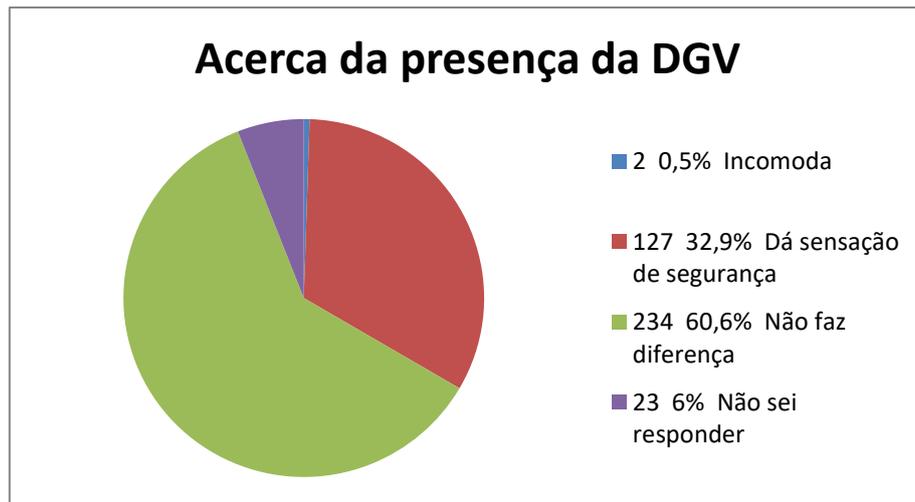
⁵⁰ Vale ressaltar que casos que acontecem com alunas da UFRRJ nos arredores do campus e no município de Seropédica são ligados à imagem da Universidade, contribuindo para atrelar o nome da mesma à violência contra mulher.

As estatísticas sobre estupro relevam uma situação alarmante. Segundo o *Anuário de Segurança Pública*, em 2014 foram registrados 47.646 estupro no País, com subnotificação estimada em 35%. Por sua vez, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (sigla Sinan), do Ministério da Saúde, registrou 17.781 atendimentos a mulheres vítimas de estupro em 2015, o que corresponde a uma média de 49 atendimentos por dia, ou mais de dois por hora. Todavia, 40% dos municípios brasileiros ainda não notificavam ao Sinan os atendimentos a vítimas de violências. E mesmo nos municípios onde é realizada a notificação, nem todas as vítimas de estupro chegam a ser atendidas nos serviços de saúde.

“Supondo que os casos notificados correspondam a 10% das ocorrências, o número estimado de estupro por ano no Brasil seria de aproximadamente 500 por dia, ou mais de 20 a cada hora. De fato, o número de ocorrências de estupro no Brasil não é conhecido, e muito embora subestimada, sua magnitude impressiona.” (GARCIA, 2016)

Ainda que não se possa precisar o número real ou aproximado de violência contra a mulher na UFRRJ, a proporção da subnotificação no país dá indícios de que a mesma também está presente no ambiente universitário. Como visto no capítulo 1, a subnotificação tem raízes em diversos motivos como a ausência de confiança no sistema judiciário; o constrangimento de ter sido violentada; o medo de o agressor buscar vingança; o baixo quantitativo de Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (sigla DEAM); o receio de ser culpabilizada pelo crime; e ainda o trauma psicológico sofrido.

No ambiente universitário, a confiança deve ter início na Instituição e nos seus órgãos de modo que o primeiro passo para gerar um registro na DGV é a vítima acreditar que sua denúncia vai ser acatada e que haverá punição para o agressor. A pesquisa que desenvolvi em 2016 revelou que não há uma relação de confiança entre a DGV e a comunidade acadêmica.



Fonte: ROSA, 2016

Há de se ressaltar que a pesquisa realizada em 2016 não teve recorte de gênero, porém o número de respondentes que declararam que a presença da DGV “Não faz diferença” é no mínimo preocupante. Percepções negativas da DGV contribuem para a redução da eficiência da atuação da Guarda, o que eventualmente pode aumentar as taxas de crimes tanto quanto de crimes subnotificados.

O obstáculo dos dados oficiais seja pela ausência ou pela subnotificação e ainda o contraste com os relatos nas redes sociais em caráter informal dão contorno ao conflito e exige que se lance mão de outras metodologias a fim de formular um quadro comparativo que permita afirmar ou não se houve um aumento exponencial dos casos de violência contra a mulher. Nesta investigação, novas perguntas surgem e novos fatores são apresentados.

3.3 - Histórico da Violência de Gênero da UFRRJ

Uma onda de denúncias e protestos iniciada em 2013 ganhou protagonismo no debate acerca das questões que envolvem a segurança e a violência contra a mulher na UFRRJ. As denúncias ganharam corpo e voz através das alunas da Universidade. Desde então foram produzidas matérias denunciando casos de estupro no campus e seus arredores. Desde então circula entre a comunidade acadêmica a crença de que houve um aumento no número da violência contra a mulher. As limitações da metodologia quantitativa apresentada pelo campo fez com que a investigação a cerca da administração do conflito pela via institucional – aqui representada pela DGV – siga através de entrevistas com servidores da DGV e um artigo acerca do tema publicado em 2001.

Como um esforço de recorrer a dados oficiais ou ao menos científicos, apresento o artigo “Em busca de soluções para a questão da violência contra a mulher no campus da UFRRJ” publicado em 2001 com autoria de Carolina Chaves Araújo, Perla Alves Ferreira, Ana Angélica Fonseca – na época ambas estudantes do curso de Economia Doméstica da UFRRJ – e Maria de Freitas Campos – na época professora do curso de Economia Doméstica da UFRRJ, atualmente aposentada.

O artigo decorre de uma série de atividades – debates e mesas – no ano de 2001 cujo tema foi “Violência e Mulher”. As atividades foram organizadas após denúncias que partiram do Diretório Central dos Estudantes no ano de 2000 acerca de “situações de violência”. O artigo conta ainda que:

“através da coleta de dados de jornais e relatos de vítimas, conseguiu-se a publicação das denúncias em um conceituado veículo de comunicação. A partir deste fato houve uma reunião associada as presenças com autoridades internas e externas do Campus, onde acontecimentos muito sérios foram revelados. A extensão do problema pode ser avaliada pela presença na reunião de um deputado estadual do PT, da Representante do Conselho Estadual de Direitos da Mulher, da Coordenadora das Delegacias Especiais de atendimento à mulher do Estado do Rio de Janeiro, da atuação do Vice-Reitor da Rural, a partir da mesa redonda, cujo tema era ‘Violência e Mulher’, organizada pela área de Ciências Sociais da Universidade, foi criada uma comissão para tratar da violência contra a mulher no Campus.” (ARAUJO, FERREIRA, FONSECA & CAMPOS, 2001)

A comissão criada para tratar do tema teve como coordenação o curso de Economia Doméstica. A comissão elaborou um folder e um questionário. O artigo trás os resultados do piloto deste questionário. Foi trabalhado com a amostra de 10% das alunas alojadas no campus, entretanto, o artigo não informa o quantitativo em números absolutos de residentes no alojamento na época, de modo que não é possível precisar o número de respondentes.

Nota-se que a apresentação do tema e até mesmo a contextualização dos fatos ocorridos em 2000 e 2001 na Universidade é confusa e carece maiores esclarecimentos. Qual o nome dos convidados e das autoridades que participaram do debate? Quais acontecimentos sérios foram revelados? São algumas das questões que ficaram em aberto. Os resultados da pesquisa também são escassos e pouco elucidativos como veremos a seguir:

“Observa-se a existência de pessoas que querem denunciar, mas têm medo de algum tipo de repressão, Por isso muitas entrevistadas valorizam a ideia da criação de um grupo SOS Mulher contra a violência. Este, por sua vez,

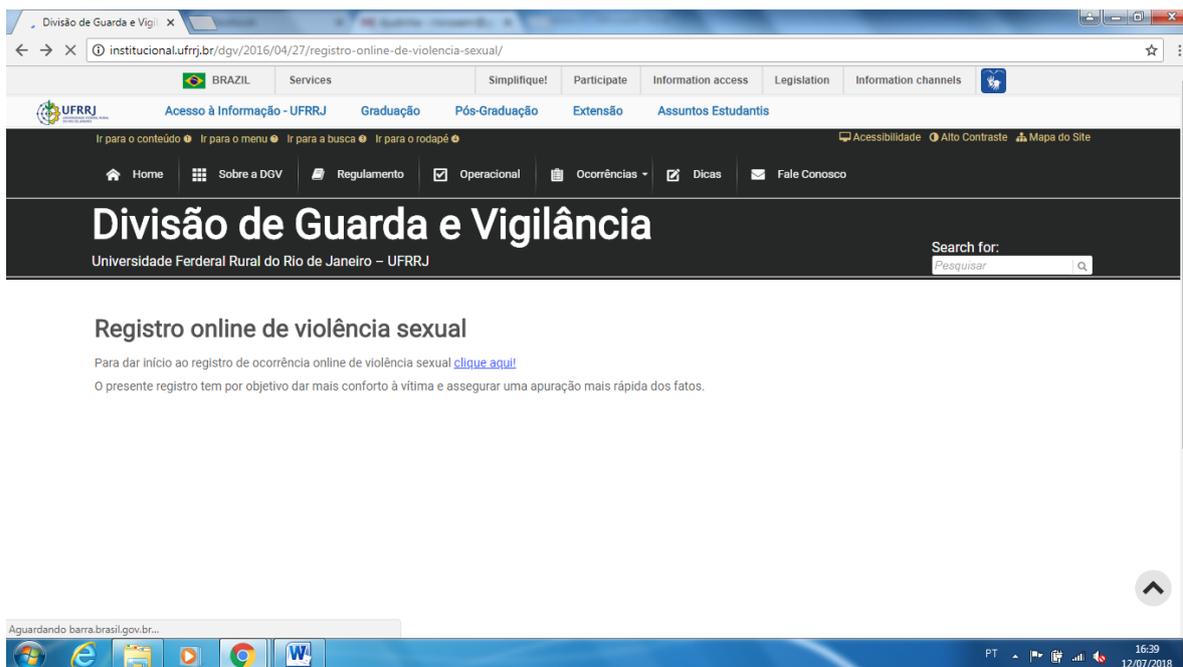
objetivando fixar base de referência para denúncia, paralela a um apoio social e psicológico. Temos a consciência de ter atingido em parte nossos objetivos principais.” (ARAUJO, FERREIRA, FONSECA & CAMPOS, 2001)

Assim como a metodologia não deixou clara a natureza da pesquisa – qualitativa ou quantitativa –, sequer o objetivo do questionário, os resultados não contribuem muito para compreender como era tratado o tema da violência contra a mulher na UFRRJ na virada do milênio. O certo é que trata-se de uma pesquisa no início. Infelizmente não foi possível até a presente data contatar nenhuma das autoras para ter acesso a maiores informações ou até mesmo a pesquisa completa.

Todavia, apesar dos limites científicos apresentados pelo artigo e aqui já mensurados, a pesquisa deixa claro que a violência contra a mulher na UFRRJ não é um fenômeno recente, tão pouco suas denúncias. Os casos são de conhecimento da comunidade acadêmica e da administração superior pelo menos há 18 anos – data de publicação do artigo. Vale ressaltar que em entrevista a criadora da página “Abusos Cotidianos – UFRRJ” afirmou ter recebido relatos que datam da década de 1970.

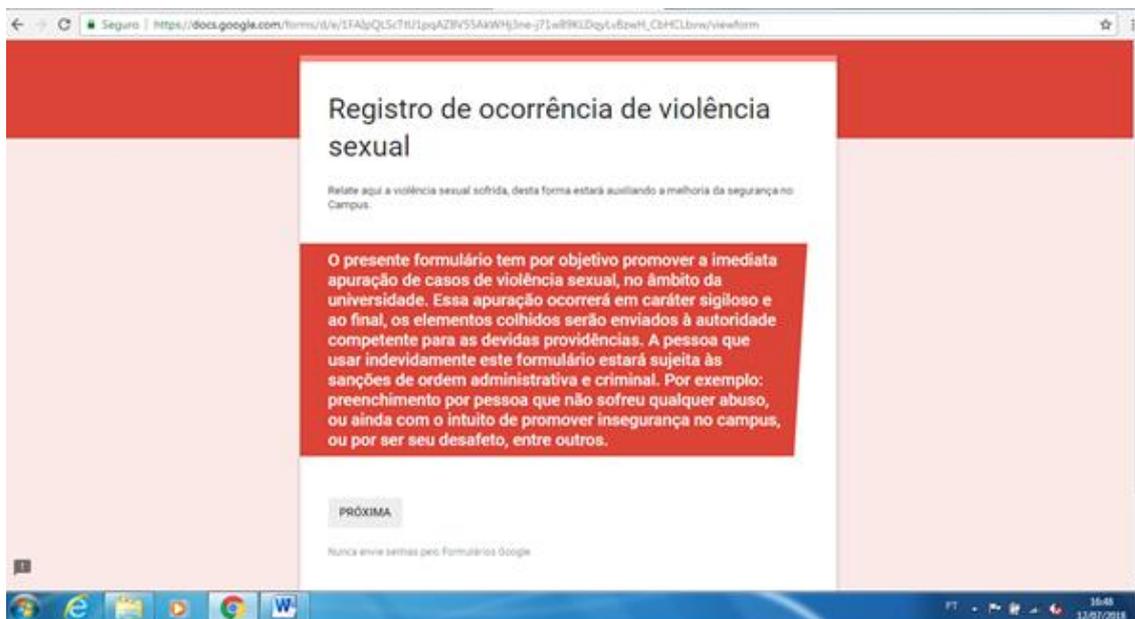
Outro dado que vale a pena ser ressaltado é que a Reitoria e os departamentos da Universidade promoveram eventos para tratar do tema, propuseram programas e políticas, canais que facilitem e estimulem a denúncia já naquele ano. Em 2015 a UFRRJ passou a disponibilizar na página *online* da DGV um canal de denúncia *online* de violência contra a mulher para que as alunas que não se sintam a vontade de efetuar uma denúncia pessoalmente possam fazê-lo à distância.

Figura 10: *Print* da página da Divisão de Guarda e Vigilância da UFRRJ – Canal de Registro online de violência sexual.



Fonte: Página *online* da DGV UFRRJ, 2018.

Figura 11: *Print* do Registro de ocorrências de violência sexual.



Fonte: Página *online* da DGV UFRRJ, 2018.

Já foi dissertado aqui sobre a importância dos registros para formulação de políticas públicas. Os números e registros oficiais são a base para produzir um trabalho eficiente que atenda às demandas do público assistido. Tendo em vista que discute-se a violência contra a mulher há pelo menos 18 anos e que há a Administração Superior vem

buscando caminhos para que as denúncias sejam feitas, torno a perguntar o que há de novo no fenômeno que trouxe novamente o protagonismo ao conflito aqui analisado?

A fim de aprofundar o entendimento sobre o histórico do conflito em torno da violência contra a mulher na UFRRJ pela via institucional, realizei uma entrevista⁵¹ com o servidor da Divisão de Guarda e Vigilância, Fernando de Araújo Gerias vigilante desde 1993, responsável pelos registros das ocorrências. Não tomo as respostas de Fernando como versão oficial acerca do histórico da Universidade, tão pouco sobre a violência contra a mulher. Todavia, a entrevista com um servidor do órgão responsável pela segurança dentro da Universidade e primeiro a ser acionado em casos de violência, contribuiu para a elucidação do problema.

Foi perguntado a Fernando acerca da representação da UFRRJ como lugar violento ou inseguro já existia no início dos anos 90 e nos anos 2000. O servidor respondeu que:

“A questão de se falar é aquilo que eu te falei... não tinha essa preocupação. Não existia essa sensação (*de insegurança*) na época, o próprio Governador Pezão, que estudou aqui, quando vem pra Seropédica e visita a Universidade, dispensa os seguranças. Não tô contando essa história por que é o governador, é pra mostrar como não havia preocupação aqui na época que ele estudou. E olha que a iluminação era mais precária. Tudo aqui era mais precário, agora ainda se vê rua asfaltada, maioria aqui era tudo rua de terra. Aqui existia patrulhamento a cavalo por que tinha lugar que nem com as motos dava pra chegar. Não tinha muito essa coisa não, a questão da violência, da criminalidade. A questão do estupro sempre se falou, mas dado concreto não tinha né.”

A seguir, a fala exposta na íntegra corrobora o fato da violência contra a mulher não ser um fenômeno recente no cotidiano universitário da UFRRJ. Posteriormente a fala será fragmentada para que seja feita a análise e os comentários cabíveis.

“Se você perguntar por aqui todo mundo acha que tem, mas é velado. Os casos mais comuns aqui e isso desde a época que eu comecei ocorrem assim... Tem uma festa e estão todos bebendo... tem uns registros desses que eu classifiquei como ‘fraude sexual’ por que eu classifico de acordo com o que foi registrado. Se um só vem e fala é uma coisa, mas aí vem a outra parte e fala outra eu tenho que botar um meio termo.

A menina tá lá na festa bebendo com um grupinho de amigos, aí fica com um menino, daqui a pouco sai os dois abraçadinhos, vão pro quarto e lá eles permanecem. No dia seguinte, passa um período e vem a menina aqui ‘fui estuprada, dormi lá com fulano e ele me estuprou’. Só que como começa a circular, acaba vindo a outra parte aqui falar ‘olha só, foi consentido’ e normalmente vem com outras pessoas que também estavam na festa pra

⁵¹ Entrevista realizada no dia 4 de julho de 2018 na sede da Divisão de Guarda e Vigilância da UFRRJ no município de Seropédica.

confirmar. Então pra pegar um meio termo eu boto como **fraude sexual**. Por que os dois estavam bêbados e todo mundo comprovava. Eu acredito que esses casos acontecem com uma frequência muito maior, mas ninguém... É aquilo que eu te falei, a gente trabalha com o que existe de concreto.

Discutir segurança olhando diretamente para o problema sem ver o que tem ao redor é enxugar gelo. É preciso ver como chegou nesse ponto, senão não vai resolver nada. Eu acho que isso aí (*estupro 'pós festa'*) não se divulga, só se divulga o externo como foram esse dois últimos *né*. Que inclusive eu peguei as ocorrências que foram bem próximas, *teve* a primeira e dois dias depois aconteceu a outra, que o cara pegou as meninas aqui e levou pra EMBRAPA. Em menos de 1 semana ele foi preso pela PM lá no quilômetro 49. A primeira menina foi pro posto de saúde de Seropédica acompanhada de 5 amigos, nenhum deles quis assinar o termo de que estava acompanhando ela. Quando a notícia chegou aqui um colega (*vigilante*) foi lá pra se inteirar sobre o assunto assinou e trouxe a menina de volta pra Universidade. Por que ela precisava de um acompanhamento depois de tomar o coquetel.

O pessoal joga pedra de que tem estupro na Rural, mas a maioria dos casos de abuso sexual ocorrem mais dentro do alojamento do que fora. Esse tipo de estupro é inevitável, assim como o estupro que ocorre dentro de uma casa. Quem que vai evitar isso? Eu digo em relação a segurança pública. É inevitável, esse é o tipo de crime que você não combate diretamente. É uma ação que não depende de segurança. A maioria das decisões judiciais e de abordagem falam 'por que se leva tão em conta a palavra da vítima?' Por que ela está dentro de casa, está dentro do alojamento, ela está em um cantinho namorando, não está em um ambiente perigoso, quer dizer, pelo menos aos olhos de fazer uma avaliação sobre a segurança da pessoa. Eu não posso presumir que se você saiu abraçada com uma pessoa que você vai ser estuprada. A maioria desses crimes ocorrem entre pessoas próximas, tirando esses casos externos que aí é um estuprador, quem pratica são pessoas do meio universitário e sempre aconteceram. Nesse sentido, a gente acha que tem uma ocorrência maior aqui, mas ela é velada. Os casos externos é que são falados, que transmitem insegurança, mas os internos..."

O primeiro trecho a ser comentado acerca da resposta acima é:

"Tem uma festa e estão todos bebendo... tem uns registros desses que eu classifiquei como 'fraude sexual' porque eu classifico de acordo com o que foi registrado. Se um só vem e fala é uma coisa, mas aí vem a outra parte e fala outra eu tenho que botar um meio termo."

Violação sexual mediante fraude está descrita no artigo 215 do Código Penal Brasileiro, segundo o qual é crime "ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima". O texto se refere a "*outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação da vítima*". O crime é chamado de violação sexual mediante fraude, mas o texto da lei diz que esse crime pode ocorrer mesmo que não haja fraude, bastando que a vítima tenha tido sua livre manifestação de vontade impedida ou dificultada. Mas impedida como? De qualquer forma ou apenas quando sua vontade está impedida através de uma forma similar à fraude. Deste modo, a fraude ocorre quando ocorre uma

mentira, engodo ou de alguma forma cria-se uma ilusão. A fraude sexual é aquela em que a pessoa mente para levar a outra a fazer sexo com ele.

Como pode-se perceber, o delito “fraude sexual” como foi classificado o fato narrado por Fernando, não se encaixa no artigo 215 do código penal. Os crimes de cunho sexual costumam ser questionados por aqueles que atendem as vítimas, efetuam as ocorrências e as registram. A palavra da vítima constantemente é colocada em cheque. Deve-se ressaltar que o papel da DGV – como será dito mais adiante por Fernando – é fazer o registro, não cabendo a mesma julgar o fato ou alterar a classificação do mesmo. De modo que quando uma aluna que for até a DGV registrar um estupro deve, o ato deve ser assim registrado. Cabendo aos membros da sindicância – que poderá ou não ser criada - ou da Delegacia – cabe a Reitoria encaminhar a denúncia – realizar a investigação.

A fim de obter respaldo jurídico, a professora Gisele Alves⁵² especializada em Direito Penal e Criminologia foi consultada acerca da fala de Fernando e a materialidade do acontecimento.

“O código penal passou por uma mudança em 2009. A lei 12.730/2009, nessa ocasião houve alterações em diversos crimes que antes eram classificados como ‘Crimes contra os costumes’, então a primeira coisa que mudou foi o título em que estavam inseridos esses crimes, passaram a ser ‘Crimes contra a dignidade sexual’. Os próprios crimes que eram praticados mediante fraudes foram alterados, o crime de estupro foi alterado, novos crimes foram criados como por exemplo estupro de vulnerável. O crime do 215 se dá por uma violência imprópria o agressor faz um conjunção carnal com a vítima ou o agressor tem um ato libidinoso por que a maneira que ele encontrou pra vencer a vontade da vítima foi usando um ardil, um mecanismo fraudulento, um engodo, a vítima foi colocada em erro.

A fraude pode ser uma mecanismo fraudulento material como se fazer passar por outra pessoa, uma conversa enganosa... A grande problemática que envolve a violação sexual e o estupro é a parte final da redação do 215 quando o agressor impede ou dificulta a livre manifestação da vítima. A polêmica é que se o agressor usou um recurso que impede ou dificulta a livre manifestação da vítima como o uso de narcóticos e bebidas alcoólicas, o caso não seria estupro de vulnerável? Será que essa vítima que teve alguém se valendo do momento em que ela não poderia se manifestar por que tinha ingerido uma grande quantidade e bebida alcoólica ou alguma substância análoga que produz um efeito de entorpecimento, será que o caso não configura estupro de vulnerável? A própria doutrina e jurisprudência tem dificuldade de fazer a distinção entre o 215 e o 217 A [estupro de vulnerável] ‘Pode ser vulnerável aquele que por qualquer causa não possa oferecer resistência’. A explicação que a doutrina e a jurisprudência traz pra essa

⁵² Gisele Alves de Lima Silva Correia é advogada militante na área criminal, e professora da Universidade Cândido Mendes e do UNIFESO.

situação é a seguinte: se o que foi usado pra impedir a livre manifestação da vítima causou uma incapacidade total dela se manifestar, ou seja, foi retirada dela completamente a possibilidade de se manifestar o caso é de estupro de vulnerável. Entretanto, se o consumo de bebida ou qualquer outra substância diminuiu a resistência da vítima ou simplesmente dificultou, debilitou a livre manifestação da vontade da vítima pode ser aplicado o caso de violação sexual mediante fraude. Essa é a problemática. Por isso que talvez esse guarda e os membros de agência penal tendem a nesse momento querer dizer que pode ser aplicado violação sexual mediante fraude.

Eu entendo que há uma linha de pensamento crítico que é a linha da criminologia feminista. A obra da Soraia da Rosa Mendes⁵³, criminóloga de Brasília. Em linhas gerais a autora discute que houve um avanço com campo da criminologia e no papel das agências do sistema penal que envolve polícia, judiciário, de comprimento de pena, na reflexão de como o sistema penal é desigual por excelência e gera por vezes criminalização da população pobre e vulnerável socialmente, na defesa de um sistema penal mínimo... A Soraia Rosa e várias criminólogas feministas vão dizer que os avanços não consideram a mulher nessa problemática. Não considera que existe um direito fundamental humano da mulher que precisa ser protegido e muitas vezes a criminologia com considera que o direito penal precisa ser usado pra essa proteção.

Dentro dessa discussão teórica, a criminologia feminista vai dizer que todas as teorias criminológicas desenvolvidas até agora – direito penal crítico, direito penal mínimo - foi produzido por homens para homens. Segundo Soraia da Rosa, o próprio conceito de violência contido nos tipos penais ‘o que é conjunção carnal’, ‘o que é violência física e grave ameaça’, ou seja, o conceito de violência que é descrito e interpretado pela dogmática penal é feito a partir de um paradigma masculino, patriarcal. Por exemplo, quando houve o caso da ejaculação no ônibus em São Paulo onde um passageiro ejaculou em cima de uma mulher que estava sentada dormindo⁵⁴, vários legisladora afirmaram que não se tratou de estupro por que a ejaculação com a vítima dormindo não se encaixa como violência física e grave ameaça que aparece no crime de estupro. O juiz que ficou responsável pelo caso tipificou como ‘importunação ofensiva ao pudor’, o que não era nem crime, era contravenção penal. Muitos defenderam que era estupro de vulnerável, Cezar Roberto Bitencourt⁵⁵ que é autor de direito penal, defendeu que era estupro de vulnerável por que aquela mulher estava numa situação de impossibilidade de resistência por que ela estava dormindo e o agressor promoveu um ato libidinoso. A Soraia da Rosa Mendes entendeu que numa concepção feminista de violência o que o agressor fez foi violência. Outros autores disseram que para ser entendido como violência o agressor teria que ter vencido a vontade da vítima com o uso da força ou ameaça.

A Soraia da Rosa Mendes e a criminologia feminista defende que os conceitos, os tipos penais e as interpretações dogmáticas desses conceitos são sempre a partir de uma criminologia ou de uma interpretação dogmática do direito penal que é influenciada da pela sociedade patriarcal. E que na

⁵³ Professora Associada do PPG Mestrado e Doutorado em Direito do Centro Unificado de Brasília – UniCeub. Professora Visitante do PPG Mestra em Direito da Universidade Federal de Goiás – UFG. Autora de diversas obras, dentre as quais Criminologia Feminista: novos paradigmas (Editora Saraiva). Advogada especialista em Direitos Humanos.

⁵⁴ Homem é detido por ejacular em mulher dentro de ônibus no centro de SP. G1 SP. Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/homem-e-detido-por-ejacular-em-mulher-dentro-de-onibus-no-centro-de-sp.ghtml>> Acesso em janeiro de 2019.

⁵⁵ Advogado proprietário do escritório Cezar Roberto Bitencourt Advogados Associado. É autor de 32 livros de Direito Penal, de vários capítulos de livros e algumas dezenas de artigos publicados no Brasil e no exterior.

verdade, esses conceitos limitam a violência e culpabilizam as mulheres, limitam o campo dos direitos humanos das mulheres e diminuem o poder político sobre os homens. A partir desse paradigma alguns casos de violência contra a mulher que não são entendidos como violência passariam a ser entendidos como violência ou tipos penais que punem menos os agressores seriam mais punitivos.

Por que esse guarda [Fernando, servidor da UFRRJ] vai entender um caso que a criminologia feminista entende como um estupro de vulnerável como violação sexual mediante fraude? Por que os nossos conceitos dogmáticos tutelam menos a mulher, eles diminuem a amplitude do conceito de violência pra diminuir a tutela penal da vítima. É curioso que a mesma reforma que cria o crime de estupro de vulnerável e um dos vulneráveis é a pessoa que não pode oferecer capacidade de resistência, a mesma lei cria um tipo penal extremamente dúbio [215] que traz além da fraude, que é um meio executório pra ter o crime de violação sexual, traz essa expressão 'outro recurso que impede e dificulta a defesa da vítima' que na verdade uma expressão que tira do campo do estupro de vulnerável casos que seriam estupro de vulnerável e tornam-se estupro sexual mediante fraude. Será que isso não é um meio de punir menos e assim relativizar essa punição?"

A fala da professora Gisele Alves deixa claro que há no campo criminal uma linha de pensamento que denuncia a forma como as leis refletem e contribuem para a manutenção da estrutura patriarcal da sociedade brasileira. Assim, os agentes que trabalham tendo o código penal como base tendem a perpetuar essa estrutura tipificando os crimes de modo que a punição seja menor, limitando o conceito de violência e simplificando a gravidade da materialidade.

O segundo ponto a ser comentado é: “Por que os dois estavam bêbados e todo mundo comprovava. Eu acredito que esses casos acontecem com uma frequência muito maior, mas ninguém...”. O consumo de álcool pelas duas partes não significa consentimento. Como explicitado pela professora Gisele Alves, o consumo de álcool por parte da vítima pode deixá-la em situação de completa incapacidade de resistência e livre manifestação da vontade, assim, o fato das partes estarem sob efeito de álcool não desqualifica o crime.

O terceiro ponto a ser comentado é:

“A primeira menina foi para o posto de saúde de Seropédica acompanhada de 5 amigos, nenhum deles quis assinar o termo de que estava acompanhando ela. Quando a notícia chegou aqui um colega (*vigilante*) foi lá pra se inteirar sobre o assunto assinou e trouxe a menina de volta pra Universidade. Porque ela precisava de um acompanhamento depois de tomar o coquetel.”

O receio de ser associado à violência sexual é ainda maior no ambiente universitário, isto por que o público é majoritariamente formado de jovens na faixa etária entre 18 e

25 anos de idade. Esta faixa etária possui um vínculo emocional e financeiro com a família, o que os faz temerem por preocupações e até mesmo a exigência de que abandonem a Universidade. Cabe ainda ressaltar a importância do amparo institucional em momentos tão trágicos e delicados. A presença do vigilante da DGV foi fundamental para que a aluna cumprisse com segurança as etapas do procedimento do atendimento às vítimas de estupro.

O quarto ponto a ser comentado que merece atenção é:

“Esse tipo de estupro é inevitável, assim como o estupro que ocorre dentro de uma casa. Quem vai evitar isso? Eu digo em relação a segurança pública. É inevitável, esse é o tipo de crime que você não combate diretamente. É uma ação que não depende de segurança.”

A comparação do “estupro interno” – aqueles em que o agressor e a vítima são alunos da Universidade - com a violência doméstica chama atenção pelas semelhanças de contexto descritas por Fernando, entretanto, a Lei nº 11.340 que legisla acerca da violência doméstica diz em seu artigo 50 que:

“[...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.”

Ainda que segundo Fernando, os “estupros internos” ocorram entre conhecidos, a principal característica da violência doméstica e familiar é que ela ocorre no âmbito da unidade doméstica, ou seja, na esfera da vida privada. O alojamento universitário e as demais dependências da Universidade não correspondem ao ambiente privado, pelo contrário, é um espaço público. Os prédios são patrimônio da Universidade de forma que ela deve investigar, responder, tomar ciência de todo crime cometido em suas dependências, cabendo então a esta buscar medidas que coíbam tais práticas. O termo “inevitável” incomoda os ouvidos, de fato os crimes sexuais não são apenas relacionados a segurança - ou a DGV enquanto órgão responsável pela mesma cotidianamente -, mas passa sim procedimentos que a envolve, como por exemplo que o registro de ocorrência seja efetuado do modo que foi descrito pela vítima. Não apenas Fernando, mas esta dissertação já lembrou diversas vezes a importância dos registros

para a formulação de políticas, e essas sim configuram-se nas demais medidas necessárias para combater a violência contra a mulher.

Quinto ponto a ser comentado é o trecho:

“A maioria desses crimes ocorrem entre pessoas próximas, tirando esses casos externos que aí é um estuprador, quem pratica são pessoas do meio universitário e sempre aconteceram. Nesse sentido, a gente acha que tem uma ocorrência maior aqui, mas ela é velada. Os casos externos é que são falados, que transmitem insegurança, mas os internos...”

Dentre os casos envolvendo agente externos que sempre foram tratados como “fato isolado” pela Administração Superior, destaca-se a prisão e condenação a 24 anos e 6 meses de reclusão, em regime fechado, de Alexandre de Oliveira Santa’Anna, acusado de estuprar três alunas da UFRRJ. Ele também recebeu a pena de nove meses de detenção pelo crime de lesão corporal em uma quarta vítima, que não chegou a ser estuprada. Os crimes ocorreram entre outubro de 2016 e maio de 2017, o acusado, morador de Seropédica e não pertencente à comunidade acadêmica da UFRRJ, usava um carro HB20 preto e abordava as vítimas nas saídas de aulas e festas. Com um facão obrigava-as a manter relações sexuais com ele e a cobrirem seus rostos com um casaco seu.⁵⁶

Entretanto, chama atenção na fala de Fernando a negligência e silenciamento dos casos que ocorrem entre alunos por serem considerados inerentes ao cotidiano universitário e por isso não são levados a diante. Esta crença está presente na fala do entrevistado e reflete na condução do conflito, pois uma vez que o mesmo não é tido como um problema, não será buscada uma solução. Este é ainda um dos fatores que segundo os especialistas da área faz com que as vítimas não denunciem seus agressores, temendo a sua exposição e ainda uma possível represália, fazendo crescer a descrença nos órgãos de segurança e as taxas de subnotificação.

Ao perguntar quais são os casos de violência contra a mulher que mais marcaram a sua trajetória na DGV, Fernando respondeu:

“Teve um bem antigo... mais ou menos 2000... um aluno viu um cara saindo próximo ao Instituto de Biologia e arrastando uma menina que vinha pra Rural participar de um pré-vestibular. Agora ainda tem iluminação, mas naquela época era tudo escuro. O aluno teve presença de espírito e foi

⁵⁶ Isto É, 18/01/2018. Disponível em: < <https://istoe.com.br/justica-condena-homem-acusado-de-estuprar-tres-alunas-da-ufrrj/>> Acesso em dezembro de 2018.

andando pra ver aonde que o cara ia levar a menina. O cara levou pro mangueiral que fica atrás do quiosque da reitoria. O aluno saiu correndo em direção ao portão e avisou o pessoal que saiu com as viaturas jogando o farol pra dentro do mangueiral. O pessoal de moto tentou entrar, mas só dava pra ir até certa parte. Um colega que foi descendo a pé encontrou a menina deitada no chão... eu até lembro da calça, era uma calça camuflada, ela estava só de sutiã e com a cabeça sangrando. Ela contou depois no posto médico que quando o cara levou ela pra estuprar estava armado, mas quando ele viu o farol das viaturas e o falatório do pessoal cercado, deu uma coronhada na cabeça dela e ela fingiu desmaio, foi então que o cara fugiu.

Esse eu atuei direto, agora tem um outro que eu vi porque o pessoal tirou foto que foi dentro do alojamento, que passou até a se chamar estupro coletivo. A menina veio pra uma festa, ela não tem vínculo com a Universidade e é menor de idade, os pais vieram procurar porque ela não apareceu. Recebemos uma denúncia anônima de que ela estava em um quarto, os colegas (*vigilantes*) chegaram no quarto e não viram nada, levantaram o colchão da cama e ela estava em baixo da cama deitada completamente desacordada. Eles tiraram de lá e perguntaram aos pais se queriam prestar queixa por que os alunos que estavam lá disseram que não foram eles, mas os pais não queriam expor mais ainda a filha. Um dos alunos foi pressionado e falou que uns 8 alunos passaram a noite lá usando a menina. Esse me marcou por que eu vi as fotos da menina embaixo do estrado da cama completamente desacordada só de calcinha. Esse foi em 2016, esse eu lancei nos registros, não sei se gerou PAD porque o que cabe a gente aqui é só informar, mas eu acredito que não porque se os pais não quiseram levar a frente...

Se eu estivesse lá teria levado os alunos pra delegacia por que quando é menor pode levar independente da vontade dos pais.”

Primeiro ponto a ser destacado é que já no início dos anos 2000 agentes externos atuavam no campus, de modo que sabe-se dessa fragilidade do campus há bastante tempo. Nos anos 2000 não tinham câmeras, foi fundamental a denúncia do aluno que viu a ação, foi fundamental a ação imediata que impediu a tentativa de estupro. A literatura a cerca de segurança chama a atenção para a importância do monitoramento, comunicação e ação rápida para que o trabalho seja eficiente e transmita segurança para a comunidade.

O segundo ponto a ser destacado é o caso relatado da menor abusada em um dos quartos do alojamento universitário. A UFRRJ dispõe atualmente de 12 Prédios de Moradia Estudantil, sendo 06 masculinos e 06 femininos, nos quais, segundo dados de 2014 residem oficialmente em torno de 1.500 estudantes dos quais 800 são homens e 700 mulheres.⁵⁷ O Setor de Residência Estudantil, vinculado a Pro Reitoria de Assuntos Estudantis conta com 2 funcionários que tem como função fiscalizar e gerir as questões administrativas dos prédios e dar suporte às demandas dos alunos e das alunas

⁵⁷ UFRRJ, 2014. Disponível em: < <http://portal.ufrj.br/moradia-estudantil-e-espacos-de-convivencia/>> Acesso em dezembro de 2018.

residentes. Os prédios não possuem portarias, de modo que não há controle do intenso fluxo de pessoas que circulam diariamente pelos quartos e corredores. Este cenário possibilitou que a menor entrasse sem que houvesse registros.

Foi perguntado se algo havia mudado na área da segurança da Universidade depois do REUNI, foi respondido que:

“A expansão foi desordenada, ela continua desordenada e assim vai permanecer. Os cursos mais do que triplicaram... a história do REUNI foi o seguinte... a gente vinha de uma política de arrocho do governo FHC que a ideia era acabar com o serviço público e depois fomos para um governo que era o oposto em termos de política. O governo Lula quis investir na educação e ampliar, mas só se participasse do REUNI. Então as Universidades que estavam todas quebradas assinaram o contrato de gestão. Era uma proposta que não tinha como recusar, ou você ficava como o caixa lá em baixo que não dava nem pra suprir as necessidades básicas ou você entrava no programa não só pra ampliar vagas, mas abrir cursos.

Na Rural houve aumento significativo da comunidade universitária, mas a estrutura não acompanhou como, por exemplo o bandeirão que foi feito apenas uma obra pra construir o anexo que comporta mais 30 ou 50 vagas então quase todo dia tinha problema. Também teve problema com os alojamentos que foi criado mais um prédio por força de uma invasão porque os alunos ocuparam o antigo hotel.

O REUNI resultou numa má estrutura e claro que isso tem reflexo em todos os setores. A segurança sofreu pelo número reduzidíssimo de vigilantes. O último concurso que teve foi o que eu fiz em 1992. A terceirização é um gasto enorme, 1 vigilante da iniciativa privada contratado tem um gasto equivalente a 1 agente de polícia federal, mas ninguém divulga isso, ninguém lutou pra abrir concurso, assumiram a terceirização que na verdade ninguém quer pagar.

Houve uma explosão demográfica e a estrutura não acompanhou. No nosso caso aqui (*na DGV*) a estrutura já não vem acompanhando a muitos e muitos anos, o último concurso foi realizado em 1992. De lá pra cá não teve mais nada, ou você terceirizava ou ficava do jeito que estava. Como entraram muitos vigilantes na época foi dando pra levar, só que hoje fica difícil... a idade avançada não permite que se façam nem as atividades que seriam nossas.”

A partir de 2009 a UFRRJ passou por uma significativa transformação com a implementação do Projeto REUNI do Governo Federal. A Universidade que em 2005 contava com 7.000 mil alunos e 22 cursos de graduação, hoje oferece 57 cursos de graduação presenciais, 2 à distância junto ao Consórcio CEDERJ, 11 cursos de doutorado e 22 de mestrado, tendo cerca 23 mil estudantes matriculados. Isso significou uma alteração na dinâmica do Campus Universitário e das formas de administração dos espaços sociais.

Atualmente a UFRRJ é a principal possibilidade de oferta de ensino superior público para regiões da Baixada Fluminense, Costa Verde, Sul Fluminense, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro e parte significativa da Região Serrana. Observa-se que em quase todas essas regiões são constatadas as menores taxas de desenvolvimento humano do estado, com pouquíssimas políticas públicas voltadas para melhores condições de saneamento básico, habitação, transporte de massas, educação e segurança pública. O ingresso das classes C e D trouxe diversidade cultural e social para o público da UFRRJ apresentando novas questões para o convívio da comunidade acadêmica.

Todavia, o aumento e diversificação do público, em detrimento do projeto REUNI, deve ser vinculado ao aumento do corpo docente, de técnicos administrativos, ampliação e melhoria da infraestrutura. Não foi o que aconteceu na área de segurança que já era precária. Isto por que houve aumento do número de pessoas, dos horários de funcionamento dos prédios, novos prédios e o número de vigilantes com o passar dos anos só fez diminuir em decorrência da aposentadoria. O crescimento desordenado citado por Fernando implica em focos de conflito que resultam em mais chamadas para a DGV, isto por que a mesma é acionada emergencialmente para resolver todo tipo de desentendimento ou alvoroço que possa surgir nas dependências da Universidade.

Quando perguntado acerca de qual programa ideal de segurança e redução de insegurança para a Rural, Fernando respondeu:

“O que nós precisamos além do que já está sendo feito é mais investimento. E pra reduzir a insegurança a gente tenta mostrar o que acontece aqui dentro, mas parece que não adianta. Porque a insegurança contrasta tanto com a realidade? A gente tem uma área nebulosa que é a *Internet* que tem muita divulgação de notícia falsa. Por que o que mais acontece aqui dentro é a certeza da impunidade. Eu falo o que eu quiser a hora que eu quiser na *Internet* e não devo satisfação pra ninguém e se der problema eu me desconecto. E fica aquela informação gerando medo. A *Internet* é uma ferramenta muito boa pra muita coisa, mas ela tem esse lado que é a certeza do anonimato, digo que foi um *fake* e não eu.”

Sobre as notícias falsas, Fernando ainda lembra casos:

“Houve um roubo, mas divulgaram em uns 5 lugares diferentes e ninguém viu, ninguém sabe de nada. Há uma propagação criminosa, coloca as pessoas em pânico. Teve um outro caso que foi um assalto na ciclovía e conseguiram pegar lá fora, aí na *Internet* disseram que foi um arrastão, que roubaram várias pessoas. Já teve também um aluno que veio denunciar um assalto e o Canuto disse ‘então vamos fazer o seguinte, vamos olhar nas câmeras’ aí eu vi a expressão de assustado no rosto ‘tem câmera?’ e no horário que ele falou nada acontece, nem nas outras câmeras que acompanhariam a ação do

assaltante. Ele falou que ele e mais oito pessoas foram roubadas, mas não veio mais ninguém aqui. A gente fez o registro por que ele veio aqui mesmo ficando claro que não teve assalto nenhum.

O caso mais recente que veio até polícia aqui foi a menina que falou que viu alguém chamar uma menina e levou pro mato. Cadê a menina? Se ela desapareceu, como que até hoje ninguém deu falta? O momento que ela diz que ela saiu do alojamento não aparece em câmera nenhuma. A PM veio aqui, veio perito e onde que tá? Cadê a pessoa desaparecida, cadê o crime? O inquérito ficou aqui, seguiu pra investigação, se for entendido que ela inventou aquela história toda vai responder pelo crime de denúncia caluniosa, que prevê uma pena de até 8 anos de reclusão. Mobilizou vários órgãos, foi gasto dinheiro público e no final das contas não passou de uma informação caluniosa.

Então o que mais acontece é divulgação inconsequente de uma situação que não é a mesma de 20 anos atrás, mas também não é nem 1% do que se fala aqui. Isso eu te afirmo com certeza.”

As *Fake News*, como popularizou-se chamar as notícias falsas, não são novidade na sociedade, notícias falsas ou deturpadas sempre foram divulgadas seja pela imprensa, mídia ou através da sociedade civil. De modo intencional ou não, o “telefone sem fio” sempre esteve presente na vida em comunidade. O refinamento do fenômeno atualmente se dá pela amplitude que as redes sociais, através da *Internet*, conferem às notícias. Quando se fala de segurança física ou sexual o pavor é intensificado pelo risco eminente de ser o próximo ou a próxima, gerando um alarde social que muda a conduta dos indivíduos e o cotidiano da comunidade. No caso da UFRRJ, as notícias circulam com uma certa rapidez devido aos grupos nas redes sociais que chegam a ter mais de 30.000 membros como o “UFRRJ - Eternamente Rural⁵⁸” onde alunos, professores, servidores e até mesmo moradores de Seropédica compartilham e trocam informações em tempo real.

Acerca dos desafios da DGV hoje:

“O desafio é sobreviver. A cada dia que passa tá ficando pior e não tem perspectiva. E a terceirização está cada vez mais caro. Não tem perspectiva de abertura de concurso até por que isso é uma indústria. O superfaturamento é institucionalizado pela tabela que vem de Brasília com um valor absurdo de alto. Cada vez mais se exige da DGV e cada vez menos se tem recursos tanto humano quanto financeiro. Nossa maior luta é contra esse fantasma de perigo que se divulga, que se fomenta muito. É conveniente né, teve um problema que se você aumenta a proporção, você abafa os outros e aqui na Universidade tem problema demais. O que se tem hoje é uma deturpação dos fatos.

Esse problema (*da violência contra a mulher*) não se enfrenta só com segurança, não tem política pra resolver o problema, então não é problema da

⁵⁸ <<https://www.facebook.com/groups/ufrrj/>> Acesso em julho de 2018.

segurança. Por mais carente que esteja em relação a material humano e estrutura adequada, mas ficar sem crime nenhum é um sonho, o que acontece aqui dentro está dentro dos níveis aceitáveis.”

Buscando meios para reforçar o efetivo da DGV dentro do orçamento disponível, a UFRRJ movimentou junto ao Ministério do Planejamento 214 vigilantes da Companhia Brasileira de Trens urbanos (CBTU) de Belo Horizonte. Desde setembro de 2018, os vigilantes federais passaram a integrar o quadro da Divisão de Guarda e Vigilância. Os servidores recém chegados foram alocados nos quatro campi da Universidade, considerando as especificidades de cada espaço a fim de levar vigilância para locais estratégicos. Em Seropédica foram alocados cerca de 180 vigilantes.

O órgão responsável pelo pagamento desses servidores continua sendo a CTU. A responsabilidade da UFRRJ consiste em não desviá-los de função de vigilantes e encaminhar a frequência deles para o órgão de origem, todo o restante fica a cargo do RH da CBTU. Assim, a Universidade que até o primeiro semestre contava com um baixo quantitativo de vigilantes federais e uma equipe terceirizados – onerosa ao orçamento público – atualmente conta com um quadro de servidores que possibilita um trabalho eficiente. Segundo o chefe da DGV Renan Canuto “Áreas ditas ‘inabitadas’, voltarão a ser habitadas. Teremos vigilantes próximos à ciclovia, ao pórtico à entrada do ICHS, que são locais críticos que estavam descobertos.”⁵⁹

Este novo cenário incide na dinâmica de segurança no campus e atualmente passa por período de adaptação. Os servidores recém chegados passaram por um ciclo de integração e capacitação para atuação no ambiente universitário que possui locação e público diferente do órgão de origem.

3.4 - Considerações

Com o conteúdo aqui apresentado pode-se concluir que a UFRRJ possui um histórico de violência contra a mulher e que este é de conhecimento de toda a comunidade acadêmica havendo casos datados da década de 1990 e 2000. O que torna ainda mais relevante a compreensão da recente mobilização feminina e feminista em torno do tema.

⁵⁹ UFRRJ, 2018. Disponível em: <<http://portal.ufrj.br/ufrj-tem-214-novos-vigilantes/>> Acesso em dezembro de 2018.

Os registros oficiais trazem números de baixa incidência de violência contra a mulher – estupro, tentativa de estupro e assédio – e na maioria das vezes ligados a agentes externos à Universidade. O cenário oficial contrasta com a fala da entrevista do servidor Fernando e também com as denúncias feitas pelas mobilizações femininas e feministas produzidas nos últimos anos. A DGV diz que não há registros, já as alunas dizem que há omissão da Instituição.

A DGV é chamada a atuar em todo tipo de conflito, mesmo sendo por ofício guarda patrimonial, não possuindo formação para atuar nos diferentes conflitos a que é demandada. Medidas em prol de melhores condições de segurança foram buscadas através de meios de denúncia anônima, entretanto, as denúncias só surgirão quando houver confiança de que os casos serão investigados com rigor e os agressores punidos, este processo configura-se numa via de mão dupla que para ter êxito depende da ação das duas partes do conflito maior aqui analisado – as alunas da Universidade e a Instituição.

Torna-se pertinente analisar a condução de Processo Administrativo Disciplinar, originado de uma tentativa de estupro, compreendido aqui como campo de disputa de valores e significados onde são acionados papéis de gênero. Nele, a vítima busca punição pela violência sofrida e a Instituição é chamada a julgar e se posicionar diante da violência.

CAPÍTULO IV - DISPUTAS NARRATIVAS NO PAD: UMA TENTATIVA DE ESTUPRO NO ALOJAMENTO

Este capítulo propõe uma análise do PAD 23083.008670/2012-49⁶⁰ referente à tentativa de estupro sofrida por uma aluna da UFRRJ no alojamento universitário no ano de 2012. A análise tem por objetivo observar no PAD a presença de elementos que fazem parte da construção de identidades e das relações de gênero. Parte-se do entendimento que o PAD constitui um campo de disputa entre as via institucional e não institucional envolvidas no conflito em torno da violência de gênero na UFRRJ. Segundo Bourdieu (1989), o campo é sempre um campo de forças, onde os agentes sociais estão dispostos em diferentes posições, cada qual com suas estratégias para tentar dominar o campo ou conseguir seus troféus específicos, assim pretende-se também observar como os atores aqui mencionados defendem seus interesses.

O objeto de análise do discurso deste capítulo é um Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Segundo a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990⁶¹, PAD é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor público por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, em caso de ilícitos que ensejam penalidades mais severas do que a suspensão por trinta dias, incluindo demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, e destituição de cargo em comissão. Este procedimento era adotado quando a UFRRJ não dispunha de um código de conduta discente, então por analogia seguia-se o mesmo procedimento da lei 8.112/90. Porém, hoje isto não é mais necessário, uma vez que todos os processos abertos para apuração de infrações discentes são denominados processos disciplinares discentes (PDD).⁶²

O processo disciplinar se desenvolve em três fases: instauração, com a publicação do ato que constitui a comissão; inquérito administrativo, que compreende instrução,

⁶⁰ O PAD 23083.008670/2012-49 encontra-se na sala de Arquivo e Protocolo da UFRRJ. O acesso a ele foi permitido pelo Pro Reitor de Assuntos Estudantis Cesar Augusto Da Ros

⁶¹ Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm> Acesso em novembro de 2018.

⁶² Neste caso, após a abertura do PDD, a comissão designada para apurar os fatos tem um prazo de 60 dias, podendo prorrogar por mais 60 dias, sendo que após este prazo o relatório com as conclusões deve ser encaminhado a autoridade instauradora para que está aplique a sanção cabível de acordo com o relatório final da comissão. Isto torna a apuração mais célere. No modelo anterior, abria-se uma sindicância prevendo-se 30 dias de duração, podendo ser prorrogada por mais 30. Caso fosse recomendada a abertura de processo administrativo disciplinar (PAD) eram mais 60 dias, prorrogáveis por mais 60 dias. Fonte: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Código de Conduta Disciplinar. 2018.

defesa e relatório; e julgamento. O prazo para a conclusão do PAD não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constitui a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem. Como citado anteriormente importante ressaltar que até o mês de agosto de 2018 a UFRRJ não possuía um código disciplinar discente. De modo que docentes, discentes e servidores públicos eram regidos por um mesmo código disciplinar datado de 1977. É sabida a importância da Lei atender às necessidades e especificidades daqueles para o qual ela legisla. Estar atualizada e estar a par das questões e demandas sociais é fundamental para a sua aplicabilidade e efeito na sociedade.

Ao analisar um PAD, enquanto documento oficial, observa-se uma via de mão dupla entre as práticas discursivas e as práticas sociais mais amplas: visões culturais e ideológicas das relações de gênero influenciam as interações e o discurso, que, por sua vez, constroem e reforçam noções do senso comum sobre as formas “corretas” e “aceitáveis” de comportamento social e sexual (EDWARDS, 1996).

A forma como são relatadas as ações dos agressores e das vítimas de crimes violentos tem implicações de longo alcance. Como afirmam Coates e Wade:

Os relatos [de crimes sexuais] não são reflexos objetivos e imparciais de eventos; ao contrário, os relatos devem ser tratados como representações de eventos com distintos graus de precisão. Construtos fundamentais como a natureza do evento (violento versus sexual), a causa do evento (deliberado versus acidental), o caráter do agressor (bom versus mau) e o caráter da vítima (passiva versus ativa) são construídos dentro do relato do crime. Relatos distintos implicam tipos distintos de ação social. Por exemplo, embora os relatos “ele a beijou” e “ele forçou sua boca contra a dela” possam, à primeira vista, ser usados para descrever o mesmo ato físico, eles sugerem caracterizações muito diferentes do ato em si (afetivo versus violento) e demandam reações sociais radicalmente diversas (nenhuma intervenção versus intervenção jurídica). (2004, página 503, tradução minha).

O PAD 8670/12 apresenta-se como um processo que se destaca simbolicamente. Crimes sexuais possuem baixo índice de registros, o processo 23083.008670/2012-49 aberto no dia 23 de outubro de 2012 foi o único aberto naquele ano e o único denunciado na Divisão de Guarda e Vigilância da UFRRJ. Somado à singularidade da materialidade do PAD, apresenta-se o fato do agressor ser aluno da Universidade. Historicamente, os casos de crimes sexuais no campus da UFRRJ são ligados a fatores exógenos, de modo que não era da alçada da Administração Superior julgar ou aplicar medidas punitivas.

A ciência do agressor e ser este membro da comunidade acadêmica gerou repercussão e levou à Reitoria a responsabilidade de responder acerca de um crime sexual no interior do prédio de responsabilidade da Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis – o alojamento universitário. Crimes em que o agressor é próximo ou possui algum tipo de relação com a vítima em sua grande maioria não são denunciados pela vítima. Hall (1985) observou durante seu contato com mulheres vítimas de abusos sexuais atendidas no centro de apoio WAR (Women Against Rape), na região central de Londres que:

“A visão feminina do que acontece conosco, e de quem é responsável, é determinada pelo que os outros vão pensar e por como nosso caso seria visto num tribunal. Se tivermos sido estupradas em condições consideradas ‘duvidosas’, ou se não foi utilizada força física, ou se o estuprador era um amigo, um namorado, é difícil desafiar a noção de que não temos nenhum direito de reclamar.” (1985, página 23, tradução minha)

O memorando nº 220/DGV/2012 da Divisão de Guarda e Vigilância da UFRRJ encaminhado no dia 10 de outubro à Reitoria apensado ao PAD 23083.008670/2012-49 relata que a aluna vítima:

“[...] no dia 09/10/2012 [...] por volta das 18:00 do dia corrente, compareceu nesta DGV a discente aluna vítima [...] que a estudante relatou o seguinte fato: ‘havia uma confraternização no Quarto 427 do Alojamento M4, local onde seu namorado XXX é alojado; que seu namorado deixou-a na cama no interior do recinto mencionado e foi ao banheiro que se localiza no corredor externo. Que nesse meio tempo deitou-se ao seu lado o estudante de agronomia nome ocultado, que reside no mesmo quarto. Que segundo aluna vítima, o estudante de agronomia passou a acaricia-la, tentando penetrar carnalmente. Que aluna vítima percebeu que não se tratava do seu namorado (ficante), relutando e afastando o indivíduo, este que saiu com as calças arriadas’. Que aluna vítima veio até a DGV, após ter sido orientada pela professora XXX. Que o supervisor XXX, acompanhado pelo vigilante XXX, conduziu a vítima a 48ª DP em Seropédica, onde o fato foi registrado pelo Inspetor XXX.” (Pág. 8)

No dia 09 de outubro de 2012 deu entrada no posto de saúde do município de Seropédica com dores. A descrição do atendimento diz que “Paciente procurou atendimento médico, devido à uma tentativa de estupro. Paciente apresenta hematoma nos braços direito e esquerdo. Sem outras queixas no exame.”

A estudante realizou queixa na 48ª Delegacia de Polícia localizada no município de Seropédica. No mesmo dia foi realizado o exame de corpo de delito de conjunção carnal. A descrição consta “equimoses violáceas de digitopressão no braço esquerdo” – em termos leigos trata-se de hematoma arroxeadado provocado por pressão de dedos -, o que indica “ação contundente de violência real”.

A denúncia formal feita por aluna vítima contribuiu para romper com a subnotificação que impede a existência de indicadores que se tornem estatísticas e possibilitem a criação mecanismos para que mulheres não omitam as situações de violência e assédio sofridas. As denúncias são cruciais para legitimar as leis que combatem a violência contra a mulher. A lei é ferramenta de suporte à regulação e controle da vida social e importante instrumento de coerção social. Vale ainda destacar a importância de educadores serem formados e estarem atentos à educação sexual e aos crimes sexuais. A orientação e suporte da professora foi fundamental para que aluna vítima realizasse a denúncia na DGV que a encaminhou à Delegacia como orienta o regulamento da mesma em caso de atividades tipificadas no código penal brasileiro.

Após meses de procedimentos burocráticos, no mês de abril de 2013 a comissão de sindicância colheu o depoimento dos envolvidos. A seguir, serão apresentadas as versões do ocorrido apresentadas pelos envolvidos e a análise de trechos dos depoimentos da aluna vítima, seu “ficante⁶³” e seu agressor. Serão também analisados os trechos dos depoimentos em que o processo já havia se tornado um processo administrativo contra o agressor, estes foram colhidos em julho de 2013. Os trechos em que constavam os nomes dos envolvidos foram substituídos pelos respectivos codinomes.

Depoimento da Aluna Vítima

“A depoente afirma que ela e o *ficante* voltaram em torno de meia noite para o quarto e deitaram juntos. Ela adormeceu e acordou se sentindo acariciada. A depoente relatou que pensava ser o *ficante* que estava ao seu lado lhe **acariciando**. Depois, percebeu que as **carícias se tornaram mais “agressivas”** e que o rapaz chegou a subir em cima dela com o pênis ereto. **Foi quando ela pediu que ele parasse**. Ela relata que empurrou o rapaz e só então percebeu que não era o *ficantes*, mas sim o *agressor*. Ela disse que o quarto estava escuro. Quando a depoente reconheceu que o *agressor* quem estava lhe acariciando e forçando a penetração, **gritou**, chamando pelo *ficante*. A depoente afirma que os outros rapazes do quarto estavam dormindo no outro quarto. **Ela relatou que o agressor se afastou dela com as calças arriadas, afirmando que ela tinha deixado.**” (Grifo meu. PAD 23083.008670/2012-49, abril de 2013, pág 26)

Estudos indicam que tanto homens quanto mulheres possuem habilidades sofisticadas para produzir e compreender recusas, incluindo aquelas que não contêm a palavra ‘não’. Kitizinger (1999) argumenta que quando um homem alega não ter compreendido uma recusa feminina produzida segundo padrões culturais normativos perfeitamente

⁶³ Termo que consta no memorando 220/DGV/2012 anexado ao PAD 23083.008670/2012-49.

reconhecíveis, essa alegação deve ser vista como uma tentativa de justificar e desculpar seu comportamento coercitivo e abusivo.

A premissa de que as mulheres não sabem dizer ‘não’ de forma clara implicitamente reforça a teoria da ‘má comunicação’, que vê o estupro ocorrido no contexto de um encontro romântico como resultado de falhas na comunicação entre os sexos: o agressor entende mal a comunicação verbal e não verbal produzida pela mulher e pensa que ela deseja ter sexo, enquanto a mulher não consegue fazer seu ‘não’ parecer suficientemente claro. Ou seja, essa teoria coloca toda a responsabilidade pelo estupro nos ombros da mulher agredida e evita por completo a questão da violência de gênero (KITZINGER, 1999).

As recusas são naturalmente difíceis do ponto de vista cultural, sendo consideradas respostas não preferidas (KITZINGER, 1999). Por isso declinar um convite ou proposta é uma interação delicada, com muita frequência feita de forma não explícita. O treinamento para aprender como dizer “não” de forma polida faz parte de um conjunto de “práticas de higiene verbal” endereçadas maciçamente às mulheres para lhes ensinar a falar como “damas”. Ao utilizarem estratégias polidas - pausa depois de um convite, paliativos, “aceitações” tardias ou fracas - para recusarem sexo em interações íntimas com homens, as mulheres estão se comunicando de forma social e culturalmente eficaz.

Quando a aluna vítima pediu ao agressor que parasse sua ação, inicialmente interpretada pela vítima como uma carícia, tendo evoluído para o que a mesma classificou como uma forma mais agressiva e por fim uma tentativa de penetração carnal forçada, a vítima deixou clara sua recusa e o seu desejo de não participação na atividade sexual. Todavia, a teoria da “má comunicação” foi acionada pelo agressor para justificar a violência e a tentativa de estupro.

“A depoente afirma que *ficante* chegou 10 minutos depois e tentou acalmar a situação abraçando a depoente e pedindo que o *agressor* se desculpasse. Auna vítima relatou que o *agressor* se desculpou no momento afirmando que ‘tinha errado’ e ‘feito besteira’. A depoente disse que xingou o *agressor* e este teria dito que todo xingamento ‘era pouco para classificar o que ele tinha tentado fazer’, mas que ‘queria que o desculpasse, caso contrário podia chamar a polícia, procurar seus direitos e tomar as medidas cabíveis’. **O *ficante* teria afirmado que o *agressor* estava muito bêbado.** Aluna vítima relatou que seu braço esquerdo doía muito, da força que o *agressor* teria feito para tentar a penetração.” (Grifo meu. PAD 23083.008670/2012-49, abril 2013, pág 26)

“A depoente relatou que, quando chegou à delegacia, **havia vários rapazes, moradores do alojamento, do mesmo andar de onde ocorreu o evento, xingando-a e apoiando o agressor.** [...] Aluna vítima relatou que **está sofrendo pressão** entre os colegas do curso de Educação Física, no *bandeirão* e entre os moradores do alojamento. Segundo a depoente, os colegas **não falam com ela e são hostis.**” (Grifo meu. PAD 23083.008670/2012-49, abril de 2013, pág 26)

“A depoente respondeu que essas **manifestações de agressividade e hostilidade ainda estão acontecendo** e, que a maior parte da turma não se relaciona com ela, e que ela tem sido **alvo de chacotas.**” (Grifo meu. PAD 23083.008670/2012-49, julho de 2013, pág 64)

“Acrescentou que em conversa com *ficante*, após o ocorrido, ele lhe disse para ela pensar bem, **que estava sendo precipitada, e que estava pondo em risco a liberdade de um homem por aquilo que ele não chegou a consumir**, e que ela o estaria forçando a romper o relacionamento entre eles. Acrescentou que *ficante* lhe disse que **ela poderia estar interpretando a atitude de agressor de modo errado, e que estaria comprometendo sua carreira.**” (Grifo meu. PAD 23083.008670/2012-49, julho de 2013, pág 64)

Observa-se que a vítima sofreu retaliações na comunidade universitária em vários espaços, desde o momento da denúncia – ainda na delegacia – e nos meses que seguiram. Houve ainda pressão para não dar seguimento à denúncia, responsabilizando a vítima pelas consequências da ação que não cometeu, mas sim seu agressor. Sabe-se que sistemas de apoio disponíveis à mulher imediatamente após a agressão e a longo prazo influenciam nas manifestações e no grau dos danos causados àquela vitimada pelo estupro, independente da violência do próprio ataque. (SUDÁRIO, ALMEIDA & JORGE, 2005) Segue outro trecho do depoimento da aluna vítima.

“Uma professora a disse que o fato de estudantes de educação física usarem **roupas justas pode ter provocado a reação do rapaz**, e que estupro seria apenas a consumação forçada da relação com penetração carnal”. (Grifo meu. PAD 23083.008670/2012-49, julho de 2013, pág 64)

A pesquisa "Tolerância social à violência contra as mulheres" realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que ouviu 3.810 pessoas em 214 cidades brasileiras no ano 2014 acerca do comportamento feminino⁶⁴, mostrou que 58,5% dos entrevistados concordam totalmente (35,3%) ou parcialmente (23,2%) com a frase "Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros". Segundo o levantamento, 37,9% discordam totalmente (30,3%) ou parcialmente (7,6%) da afirmação – 3,6% se dizem

⁶⁴ Os entrevistados foram questionados com base em afirmações pré-formuladas pelo instituto, com as quais diziam se concordavam totalmente ou parcialmente, se discordavam totalmente ou parcialmente ou se tinham uma posição de neutralidade em relação ao assunto.

neutros em relação à questão. O estudo também demonstra que 26% concordam inteiramente (13,2%) ou parcialmente (12,8%) com a frase "Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas", enquanto 58,4% discordam totalmente, 11,6% discordam parcialmente e 3,4% se declaram neutros.

Nota-se que uma parte significativa dos entrevistados atribuem à vítima a responsabilidade pela violência sofrida referindo-se aos seus trajes e comportamento, assim como fez a professora citada por aluna vítima em seu depoimento ao afirmar que a roupa de *laycra* - corriqueiramente utilizada pelas estudantes de educação física por terem em sua grade curricular muitas disciplinas que exigem a prática de atividades físicas – teria provocado uma “reação” do agressor. O termo “reação” significa que houve uma “ação” anterior, de modo que ao referir-se à violência praticada como “reação” compreende-se que a mesma foi uma resposta a um estímulo feito por aluna vítima. Assim, a tentativa de estupro foi descaracterizada e transformada em uma resposta a uma suposta atividade realizada por aluna vítima, que segundo a professora foi o fato da mesma utilizar roupas justas.

Segundo o IPEA (2014) "por trás da afirmação [referente ao estupro], está a noção de que os homens não conseguem controlar seus apetites sexuais". Esta noção compreende que as mulheres provocam os homens e que, portanto, elas são quem deveriam saber se comportar, e não os estupradores. A violência parece surgir, aqui, também, como uma correção. A mulher merece e deve ser estuprada para aprender a se comportar. O acesso dos homens aos corpos das mulheres é livre se elas não impuserem barreiras, como se comportar e se vestir “adequadamente”. (BRASIL, 2014)

“Foi indagado [pelo agressor utilizando seu direito de acompanhar a oitiva a realizar perguntas a depoente ao final] **como a depoente sendo uma pessoa de bom condicionamento físico, não conseguiu se defender da agressão**, a depoente respondeu que fez a disciplina de judô, e não que era lutadora de judô, e que conseguiu se defender sim, pois se fosse uma pessoa de pior condicionamento não teria conseguido se esquivar da agressão sofrida.” (Grifo meu. PAD 23083.008670/2012-49, julho de 2013, pág 65)

O trecho destacado permite ver que o cenário descrito parafraseia o discurso regular da violência contra a mulher, em que os homens ocupam papel de agressor e as mulheres de vítima e revela um cenário em que as mulheres desempenham a função de protagonistas do cenário da violência e desconstrói a imagem da mulher “vítima” em potencial, busca-se assim desqualificar a versão e o depoimento da vítima.

Depoimento do Ficante

“*Ficante* relata que quando eles [ficante e aluna vítima], chegaram ao quarto, os moradores já estavam na cama e o **agressor já estava ‘completamente bêbado’**. Eles foram para a cama dele, passando pela cozinha. *Ficante* dorme na parte de baixo e *agressor* na parte de cima do beliche. Eles se deitaram e *ficante* levantou-se para se preparar para dormir, indo ao banheiro. Quando ele voltou, abriu a geladeira, bebeu água e ouviu aluna vítima chamar por ele. Depois ele ouviu ela chama-lo novamente e ainda mais alto. Quando ele chegou no quarto onde dorme, ascendeu a luz e *agressor* estava em pé e aluna vítima deitada. Aluna vítima teria dito que *agressor* teria tentado agarrá-la a força. Ele afirma que esse tempo que ficou fora do quarto teria sido de 5 a 10 minutos. **Ele interpelou agressor e ele disse que ela estava ‘maluca’**. *Ficante* chamou *agressor* para a cozinha perguntando o que ele fez. **Ele disse que ‘ nada, nada, essa menina é louca’**. *Ficante* relata que pediu para *agressor* se desculpar. *agressor* voltou se desculpando e *agressor* e aluna vítima começaram a discutir. *Ficante* disse que ficou com aluna vítima, que ela estava assustada e que ele tentou acalmá-la, dizendo que ‘estava tudo bem, vou ficar com você e que nada vai acontecer com você’. ***Ficante* afirma que não interpretou que algo mais teria ocorrido além de agressor tentar dar um ‘trote’ em aluna vítima fingindo ser ‘ficante’**. *Ficante* e aluna vítima saíram e foram dormir no outro anexo.” (Grifo meu. PAD 23083.008670/2012-49, abril de 2013, págs 28 e 29)

“*Ficante* entendeu que havia sido uma brincadeira de muito mau gosto, mas não cogitou no momento ter sido uma atitude de violência. Indagado sobre o porque de achar ter sido um trote, o depoente respondeu que por aluna vítima já frequentar o quarto e por *agressor* estar embriagado, achou que **seria uma brincadeira e não uma atitude de violência**. Indagado se acha que o fato de um rapaz deitar ao lado de uma moça sem que tenha um relacionamento de amizade ou intimidade seria apenas uma brincadeira de mau gosto, o depoente respondeu que não, que acha desrespeitoso.” (Grifo meu. PAD 23083.008670/2012-49, julho de 2013, pág 66)

Os trechos destacados no depoimento do ficante demonstram que a testemunha todo momento minimiza a tentativa de estupro, reduzindo-o a “uma brincadeira de muito mau gosto” e atribuindo o comportamento do agressor à fatores externos como o uso de álcool – consta em seu próprio depoimento, no depoimento de aluna vítima e no depoimento do agressor como será visto adiante – e à possibilidade de o agressor “tentar dar um trote em aluna vítima” incentivado por veteranos do quarto, diminuindo, a seu ver, a gravidade da infração e descaracterizando sua natureza.

“Indagado se teria sido alertado ao iniciar o relacionamento de amizade com aluna vítima, o depoente respondeu que sim, pois a **aluna vítima era conhecida como uma garota problema, ou seja, uma menina que ficava com vários rapazes** e que havia intriga entre elas e as colegas do curso.” (Grifo meu. PAD 23083.008670/2012-49, julho de 2013, pág 67)

Segundo Esteves (1989), discursos jurídicos que tratavam de casos de estupro no início do século XX na Europa, o padrão de honestidade estava associado ao comportamento e à conduta social. O intuito do sistema jurídico não era apenas estabelecer a verdade e

determinar o autor. A conduta total dos indivíduos é que iria ou não redimi-lo de um crime; não estava apenas em questão o que definitivamente havia ocorrido, mas aquilo que acusado e ofendida eram, poderiam ser ou seriam. Moças suspeitas de receberem dinheiro pela relação, moças que acusavam homens ricos com o propósito de receberem indenizações, moças que apresentavam uma conduta irregular, todas eram discriminadas e marginalizadas pelos agentes jurídicos. As declarações das negras não tinham peso algum.

Mulheres não eram consideradas pessoas sérias como os donos de lojas e homens “trabalhadores” que sempre eram apontados como dignos de credibilidade. Enquanto os advogados reforçavam o preconceito de que as mulheres pobres só procuravam a delegacia para conseguirem alguma vantagem financeira, os homens ricos seriam “incapazes” de cometer um crime de estupro ou defloramento contra uma mulher. Na formação da inocência de um homem e culpa de uma mulher, eles eram julgados prioritariamente pelo seu trabalho e elas, por sua conduta sexual. As mulheres deveriam controlar o seu sexo e os homens suas indisposições para o trabalho. (ESTEVES, 1989).

Como foi demonstrado, no início de século XX e ainda antes dele a honestidade feminina referia-se à virtude moral no sentido sexual. Ainda hoje, mulheres são moralmente julgadas pela sua conduta sexual. Ao referir-se a aluna vítima como “garota problema”, “uma menina que ficava com vários rapazes”, percebe-se que recai exclusivamente sobre a mulher a responsabilidade de controlar o sexo. Acrescenta-se o fato de quando a mulher apresenta uma conduta sexual diferente daquela adequada aos moldes impostos pela sociedade, lhe é retirado o amparo social e mesmo jurídico ao buscar que seu agressor seja condenado e repreendido.

Depoimento do Agressor

“Após a festa cada morador foi pra o seu cômodo, o depoente saiu para o banheiro e voltou a dormir. [...] *Agressor afirma que estava bêbado* e se deitou para dormir na cama de baixo, cama do *ficante*. Ele afirma que deitou na cama de baixo porque o colchão era melhor. [...] *Agressor afirma que costumava dormir na cama de ficante nos finais de semana. Agressor conta que quando deitou se deparou com aluna vítima deitada. Na mesma hora em que ele se deitou ela o empurrou dizendo que não era o ficante. Houve xingamento entre os dois. Nesse momento ficante chegou e tentou acalmar a situação. Depois agressor saiu para a cozinha.*” (Grifo meu. PAD 23083.008670/2012-49, abri de 2013, pág 31)

“O depoente **nega absolutamente** que tenha feito algo além de deitar na cama ao lado dela. [...] Na delegacia o delegado afirmou que a menina tinha o braço roxo. Um amigo teria dito para *ficante* que **o braço roxo de aluna vítima seria resultado da prática de judô**. [...] Afirma não ter tirado a bermuda para deitar. [...]” (Grifo meu. PAD 23083.008670/2012-49, abril de 2013, pág 31)

“Disse que na delegacia, ao prestar depoimento, o delegado perguntou se já havia confessado. O acusado respondeu que não havia nada para confessar. Foi **indagado sobre o hematoma no braço da denunciante**, o acusado disse que não sabia de nada disso, e **que certamente não era o causador do hematoma**.” (Grifo meu. PAD 23083.008670/2012-49, julho de 2013, pág 69)

O agressor questionou a versão apresentada por aluna vítima alegando que a vítima teria condicionamento físico para se defender da violência por praticar judô. Seguindo a mesma lógica, o agressor apresentou a alegação de que “o braço roxo da aluna vítima seria resultado da prática de judô”. A comissão de PAD apurou no Relatório de Instrução de PAD em setembro de 2013 que:

“A documentação encaminhada à Comissão pelo depoente [professor do curso de educação física responsável pela disciplina judô na ocasião do fato denunciado] consta da planilha de horários da denunciante no primeiro semestre de 2012, e do cronograma de aulas que relata que no dia 09 de outubro, portanto, no dia posterior ao ocorrido, a denunciante, caso tenha comparecido a aula, o que não foi possível de ser comprovado pelo professor, teria cursado o tópico ‘Imobilizações, Lúdico/Handori (LUTAS)’. No entanto, existem testemunhas que relatam sua presença com um amigo no alojamento, e o memorando da Guarda da Universidade relata que nesse dia ela foi fazer a denúncia às 18 horas.” (PAD 23083.008670/2012-49, 2013, pág 90)

Como demonstrado acima, a alegação do agressor não procedeu por falta de materialidade. O trecho a seguir retrata outra intenção de desqualificar o depoimento da vítima:

“O depoente afirma que uma semana após o acontecido **pessoas contaram ter visto aluna vítima no bar do Marcelo bebendo**. O depoente **afirma não querer denegrir** a imagem de aluna vítima, **mas** ele afirma que estranha o fato dela demorar 24 horas para denunciar o fato e ter continuado a dormir no quarto após o suposto ocorrido.” (Grifo meu. PAD 23083.008670/2012-49, abril de 2013, pág 32)

Pela dificuldade de se encontrar provas materiais em crimes sexuais, a palavra da vítima é valorizada de forma particular e considerada elemento basilar do processo, suficiente em alguns casos para condenar o réu. Por isto a estratégia utilizada pelos agressores e operadores do direito que os defendem é desqualificar o depoimento da vítima. Apesar da jurisprudência entender que a palavra da vítima é satisfatória para atestar o crime, há

uma tendência a somente admiti-la como prova quando a vítima apresenta características que demonstrem sua confiabilidade. (COATES, 1996)

Para o sistema de justiça e para a sociedade civil, para que o discurso da vítima seja considerado plenamente consistente e próprio para incriminar o agressor, este deve ser linear, conciso e claro. A depoente também deve apresentar características comportamentais e de personalidade que dêem sustentação ao seu discurso, pois parece mais provável que pessoas desequilibradas moral e/ou psicologicamente possam cometer injustiças ao denunciar alguém erroneamente. (COATES, 1996) Percebe-se no depoimento do agressor a clara intenção de associar a aluna vítima comportamentos inadequados para o papel tradicionalmente atribuído às mulheres como o consumo de álcool. E ainda o “estranhamento” do fato da aluna vítima permanecer no quarto mesmo após o ocorrido, atitude que descaracterizaria o perfil de “vítima” recente.

Apresento agora o trecho do Relatório de Instrução do PAD que discorre acerca das infrações cometidas e as penalidades que se aplicam, após, segue trecho do Relatório Final de PAD e o trecho da Portaria referente à sanção conferida pelo Pró Reitor:

“A comissão conclui que o acusado incorreu em infrações sujeitas a penalidade pelo Código de Conduta Disciplinar nos respectivos artigos e incisos:

Art. 27 – A pena de repreensão aplicar-se-á nos seguintes casos:

V- desrespeito, ofensa ou agressão moral entre os alunos;

VI – embriaguez, em áreas sob jurisdição da Universidade.

Art. 28 – A pena de suspensão aplicar-se-á nos seguintes casos:

III – agressão física em áreas sob jurisdição da Universidade, exceto em legítima defesa.

Art. 30 – A pena de desligamento, aplicar-se-á nos seguintes casos:

II – práticas de atos incompatíveis com a moralidade ou dignidade da vida universitária.

Ressalta-se, ainda, o art. 5º da mesma normativa:

Art. 5º - Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas nas penas a **natureza e a gravidade da infração**, e os danos e as consequências que dela provieram para a Universidade e à sua vida comunitária. (grifos originais)

Outrossim, o artigo 24, em seu inciso II, do Regimento dos Alojamentos Universitários da UFRRJ, reza que praticar atos que atentem contra a moral e a integridade física das pessoas são faltas passíveis de perda do direito à vaga no alojamento.” (PAD 23083.008670/2012-49, 2013, pág 92)

RELATÓRIO FINAL (23 de setembro de 2013)

“À semelhança do ocorrido em seu depoimento, **essa comissão lamenta que o acusado agressor não aproveite a oportunidade [defesa por escrito] para desconstruir a acusação feita, mas utiliza-se de estratégias não diretamente relacionadas à acusação em si, nesse caso, a tentativa de nulificar o Processo Administrativo Disciplinar** alegando irregularidades,

que salvo melhor juízo, não ocorreram. Não apresenta uma linha clara e consistente de defesa, tentando estratégias distintas, como inicialmente, correlacionar a marca de violência física no braço da denunciante com um possível evento anterior, sem qualquer sustentação para essa alegação, mesmo após o depoimento do professor responsável pela disciplina. [...]”. (Grifo meu. PAD 23083.008670/2012-49, 2013, pág 111)

PORTRIA Nº 117 de 24 de outubro de 2013.

“O PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO [...] Resolve aplicar ao estudante *agressor* Curso de Agronomia desta Universidade, a sanção de perda do direito em ocupar vaga em qualquer dos quartos dos Alojamentos Universitários a partir desta data, por infração do Artigo 24, inciso II, do Regimento dos Alojamentos Universitários (sugestão contida no Relatório Final da Comissão em epígrafe), acrescida da penalidade de repreensão, pelo entendimento de que o mesmo também infringiu o Artigo 27, inciso III do Código Disciplinar em vigor.”(PAD 23083.008670/2012-49, 2013, pág 125)

Três anos após a sanção ao agressor ser aplicada, um novo acontecimento marcou o caso da aluna vítima. Em maio de 2016 o jornal O Globo⁶⁵ na sua versão *online* noticiou que:

“A vítima, uma jovem de 23 anos, aluna do curso de educação física, se matou anteontem, na casa dos pais, em Nova Iguaçu. Segundo a família, a estudante, que foi sepultada ontem, não conseguiu superar o trauma da violência.”

O Jornal Extra⁶⁶ na sua versão *online* entrevistou o então namorado da aluna vítima. A matéria conta que:

“A estudante, que havia trancado o curso há dois meses, demonstrava a amigos mais próximos ter superado relativamente bem o estupro vivido dentro de um quarto no campus, há três anos e meio. Ainda assim, a convivência com o homem que apontou como agressor e os olhares de desaprovação recebidos por colegas homens e mulheres, além de professores, tornavam o peso de ir à universidade insuportável. O mesmo acontece com dezenas de jovens mulheres, coagidas em seu dia a dia na Rural depois de denunciarem os frequentes casos de abuso sexual no campus e nos arredores.

Em mensagem enviada a uma professora dias antes de sua morte, aluna vítima deixa algumas pistas de um sofrimento invisível para quem convivia com ela. No texto, a estudante comentava sobre machismo e fazia referência a um livro que, segundo ela, ajudou a entender algumas questões: "Quando cheguei ao limite do estresse devido à repressão que sofri na Rural, consegui

⁶⁵Jovem cometeu suicídio 3 anos e meio depois de sofrer tentativa de estupro na Rural. Natália Boro. Jornal O Globo. 28/05/ 2016. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/jovem-cometeu-suicidio-3-anos-meio-apos-tentativa-de-estupro-na-rural-19389195>> Acesso em janeiro de 2019.

⁶⁶ Estudante da Rural relatam rotina de preconceito e ameaças após denunciarem estupro. Jornal Extra. 06/06/2016. Disponível em <<https://extra.globo.com/mulher/estudantes-da-rural-relatam-rotina-de-preconceito-ameacas-apos-denunciarem-estupro-19437845.html>> Acesso em janeiro de 2019.

entender que só quem consegue ler (o livro) é quem já sofreu muito. E nós, mulheres, sofremos demais e superamos tudo. Porque somos fortes demais. Somos irmãs de pais diferentes. E temos que nos ajudar. Então sei que sou só uma, mas sintam-se abraçada, porque você é uma guerreira", escreveu."

Em entrevista realizada em novembro de 2017 para esta dissertação, foi perguntado ao Pró Reitor de Assuntos Estudantis César Augusto Da Ros acerca de casos que envolveram violência que marcaram sua gestão.

"O caso da tentativa de estupro de uma moça dentro do alojamento. O caso teve repercussão... a menina acabou se suicidando. Não fazendo uma ligação direta... caso é mais complexo, teve todo um conjunto de situações envolvendo essa estudante no curso dela... por que ela resolveu enfrentar essa situação, resolveu denunciar e por conta disso teve todo um... existe uma cultura machista dentro da instituição muito forte e toda mulher que resolve enfrentar isso... Da nossa parte aqui, nós acreditamos que fizemos tudo corretamente, foi feita a abertura da sindicância, do PAD, foram escolhidas pessoas experientes que indicaram as sanções, nós acatamos integralmente, ofertamos a ela atendimento psicológico... Como o fato ocorreu depois na dinâmica interna de cada pessoa..."

4.1- Considerações

Como exposto no Relatório Final do PAD o agressor não desconstruiu a ação da qual foi acusado de ter cometido, mas buscou meios de desqualificar a versão apresentada pela vítima. O agressor acionou papéis tradicionalmente atribuídos ao gênero feminino para deslegitimar a versão apresentada pela vítima. Nota-se o conflito presente na sociedade em que setores progressistas, com protagonismo das mulheres, buscam combater noções e conceitos cristalizados na cultura e reproduzidos através do *habitus*.

Na interpretação de Bourdieu (2007) o *habitus* seria um conjunto de disposições adquiridas inconscientemente e naturalizadas. A teoria bourdieusiana apresenta a dominação masculina como sendo o resultado de um longo processo histórico de socialização que tem por objetivo incorporar nos indivíduos, ainda crianças e através da família e das instituições os *habitus* masculinos e femininos naturalizados pela justificativa das diferenças biológicas entre os sexos. Segundo essa concepção homens e mulheres incorporam esquemas de classificação próprios do dominante. Essa adesão aos valores masculinos é o resultado de um poder simbólico que não é percebido, é antes tido como natural, justificado.

Bourdieu (2007) afirma que há um *paradoxo da doxa*, uma ordem no mundo, que mantém quase sem alteração a estrutura e as práticas de dominação masculina justamente pelo fato das mulheres incorporarem as categorias masculinas dominantes e

se perceberem através dela. Assim, o princípio da visão dominante não é uma simples representação mental, uma “ideologia”, mas sim um sistema de estruturas duradouramente inscritas nos corpos.

Foi esse sistema de estrutura que foi identificado ao longo do PAD aqui analisado onde foi possível verificar a presença de papéis sociais de gênero operando no discurso dos sujeitos, de seus interlocutores e na violência praticada. Normas de comportamentos sociais masculinos e femininos no interior do saber jurídico e nas demais instâncias da sociedade que tem como pressuposto a apuração de fatos, são construídas em um processo de embates e conflitos, e não de consenso. De modo que através do PAD foi possível identificar não só os padrões normativos sendo reforçados, mas estes também sendo enfrentados quando foram explicitados. Como no momento em que a comissão indagou o *ficante* se “acha que o fato de um rapaz deitar ao lado de uma moça sem que tenha um relacionamento de amizade ou intimidade seria apenas uma brincadeira de mau gosto” ou no momento em que a vítima respondeu seu agressor que tentou deslegitimar sua versão do fato com base no seu “bom condicionamento físico para se defender”.

Os atores – feminino e masculino - aqui citados buscaram seus interesses hora acionando e hora confrontando comportamentos normativos acerca do que a sociedade pautada na dominação masculina espera que eles desempenhem. Assim, foi observado não só a reprodução, mas também o processo de ressignificação de categorias que constroem os sujeitos “masculino” e “feminino”.

Na esfera institucional, a UFRRJ foi chamada a julgar um caso de tentativa de estupro dentro de sua jurisdição⁶⁷ e conduziu o caso com a seriedade que a natureza da infração exigia. Em entrevista realizada em novembro de 2017 o Pro Reitor de Assuntos Estudantis César Augusto Da Ros foi dito que:

“Dentro da Universidade nós não somos Delegacia de Polícia, nós apuramos administrativamente. A apuração administrativa, à luz do que consta no regimento da Universidade, deve aplicar a sanção prevista. Todo e qualquer princípio se orienta por um princípio constitucional que é o da ampla defesa e o contraditório. A comunidade sempre tem uma expectativa de justiça da aplicação imediata da sanção. Só que a pessoa tem que passar por um

⁶⁷ Ressalta-se que consta no PAD 23083.008670/2012-49 (página 08 e 09) que no dia 09/10/2012 foi realizado Registro de Ocorrência na 48ª Delegacia da Polícia Civil RJ referente à tentativa de estupro sofrida pela aluna vítima.

procedimento, ninguém pode ser cerceado sem direito de defesa. A presunção da inocência também é um princípio constitucional, consta no nosso código penal. Feita a denúncia, o registro, identificada materialidade e autoria, os documentos chegam até a Pro Reitoria. Nós abrimos o processo no setor de arquivo e protocolo geral, formo o processo, solicito a abertura de processo e constituo a comissão de sindicância. Eu enquanto Pro Reitor nomeio uma comissão de 3 servidores e entrego esse processo à comissão, após 30 dias o relatório final é encaminhado pra mim. Como autoridade instauradora do processo eu acato o resultado do relatório. Eu posso acatar integralmente, parcialmente ou rejeitar o relatório, mas pra rejeitar tem que fundamentar. A gente sempre acata integralmente o relatório da comissão e aplica a sanção devida. Nem tudo é competência nossa. Eu como Pro Reitor só posso decidir até a suspensão, desligamento de alojamento, advertência e repreensão, só isso que eu posso fazer. Desligamento da Universidade é uma sanção privativa do Reitor. O Pro Reitor de assuntos estudantis não pode tomar essa decisão. Eu acato a decisão do relatório, encaminho para o Magnífico Reitor para a sanção de desligamento da Universidade. Num caso de estupro eu não posso expulsar, não sou eu que expulso, é o Reitor que expulsa.”

Todavia, observa-se que a penalidade sugerida, suspensão do direito em qualquer vaga no alojamento universitário, e posteriormente o acréscimo da penalidade de repreensão levanta o debate acerca do papel que uma penalidade mais severa, o desligamento da Universidade – que era passível de aplicação segundo o Relatório de Instrução do PAD (2013) - representaria perante a comunidade acadêmica e a sociedade como um todo.

Garland (1995) afirma que a punição moderna sugere a necessidade de ver a pena conectada a uma rede mais ampla de ação social e significado cultural. Para estabelecer as relações entre as práticas e os discursos penais e a cultura como agente social, Garland reconstrói a argumentação de Norbert Elias (1993) ao traçarem a trajetória das mudanças nas mentalidades e nas sensibilidades dos indivíduos em diferentes épocas e contextos. Esse processo de refinamento determina o que é e o que não é aceitável dentro de uma sociedade, sua moralidade – um processo de aprendizagem social que tem consequências importantes na formação da psique dos indivíduos.

Segundo Garland, a punição deve ser pensada a partir dos efeitos provocados por sua ação social e daqueles produzidos no comportamento do público mais amplo ao qual as sanções penais também são dirigidas – o que elas significam, em termos de símbolos, de sinais, de declarações e de retórica, para a sociedade na qual estão inseridas. À sua maneira, as práticas penais estabelecem uma armação cultural estruturante, e suas declarações e ações servem como uma grade interpretativa a partir da qual as pessoas avaliam a conduta e fazem julgamentos morais sobre suas próprias experiências.

A punição, portanto, atua como um mecanismo social regulador em dois distintos aspectos: ela regula a conduta diretamente por meio da ação social física, mas também regula significados, pensamentos, atitude – e conduta – mediante um meio de significação um tanto diferente (GARLAND, 1995).⁶⁸ O autor aponta que as práticas rotineiras da instituição penal dizem mais sobre os valores, os significados sociais e culturais da punição do que apenas os documentos oficiais e os relatórios, porque cada vez que um procedimento é adotado, ou uma linguagem técnica é empregada, essa prática comunica um padrão de significados e formas simbólicas.

Desse modo, para além da análise dos discursos aqui descritos presentes no PAD referente à tentativa de estupro sofrida pela aluna vítima, que demonstraram como os papéis sociais destinados a homens e mulheres na sociedade estão ligados às violências sofridas pela mulher, percebe-se também que a sanção aplicada ao agressor é uma ação social de grande importância para comunicar valores e símbolos à sociedade. Quando a Universidade não aplica a penalidade mais severa dentre as possíveis em detrimento das infrações cometidas, demonstra-se que ainda há um longo caminho a se percorrer para que o debate e políticas voltadas para combater punir a violência de gênero seja esgotado e tenha impacto de fato na vida das mulheres.

⁶⁸ As práticas penais também estabelecem os limites e os tipos de conduta individual que serão tolerados nas relações sociais e a qualidade dessas relações. Dessa forma, as práticas penais dão sentido e definição aos laços que conectam os indivíduos entre si (a relação do criminoso com as vítimas, por exemplo) e com as instituições centrais da sociedade (a relação dos indivíduos com o Estado, com a polícia, com a família), e também sugerem as reações emocionais esperadas em relação a comportamentos desviantes, como a raiva, a indignação, a compaixão e a indiferença – reações importante na forma como a sociedade se relaciona com as minorias sociais. (GARLAND, 1995)

CONCLUSÃO

Ao longo dessa dissertação foi demonstrado através de análises qualitativas e quantitativas como a violência contra a mulher na UFRRJ vem sido gerida e ressignificada por atores que constituem a via Institucional – Reitoria e seus órgãos – e a via não Institucional – discentes, movimentos, coletivos.

Em 2014 as denúncias de roubos, assaltos, tentativas de estupro e estupro que circulavam nas redes sociais ganharam os jornais. A sensação de insegurança ao circular pelo campus reordenou a vida social da comunidade acadêmica. A versão do fato construída pela mídia fomenta a representação da UFRRJ como um local perigoso, em particular para as mulheres, acentuando a sensação de insegurança e contribuindo para a crença de que a qualquer momento haverá uma próxima vítima. A junção entre a experiência vivida e as informações secundárias leva à associação da violência masculina a certos contextos ambientais, produzindo assim “modelos” de lugares perigosos para as mulheres. Assim, limita-se o uso do espaço público, o medo poda a vida social e política das mulheres.

Todavia, as denúncias apresentadas pela mídia deram visibilidade ao debate em torno da segurança, que foi inflamado em 2016 quando as discentes da Universidade se organizaram para cobrar da Reitoria medidas que garantam a segurança da mulher e rigor nos processos que envolvem violência moral e sexual. As mobilizações pautadas em organização e militância de cunho feminista buscam ações efetivas para que haja mudança no tratamento recebido pelo público feminino da Universidade, o que Fraser chama de mudança cultural conferindo assim maior visibilidade à violência sofrida. A mobilização se solidificou a partir do processo de empoderamento feminino e da tomada de identidade política e social enquanto mulher. A rede de apoio passou a atuar não apenas nas demandas por segurança, mas também no acolhimento de mulheres violentadas e prevenção para que outras não se tornem vítimas.

A organização feminina e feminista buscou também que houvesse uma transformação no posicionamento da Administração Superior diante da sensação de insegurança da comunidade acadêmica e de modo particular a segurança das mulheres. Afinal, o que as discentes denunciam ser um histórico de negligência e omissão é ainda um posicionamento. Entrou em vigor no segundo semestre de 2018 o Código Disciplinar

Discente, a DGV recebeu reforço e foram instaladas câmeras. Todavia, tais ferramentas só serão eficientes se houver uma transformação no comportamento dos agentes que representam a Instituição ao lidarem com a violência contra a mulher, esta etapa, a mais importante, ainda está em curso.

Durante o período aqui analisado, a UFRRJ tomou medidas buscando responder às demandas apresentadas. Destaco aqui reuniões entre discentes e a então Reitora Ana Dantas (2013 – 2017) e seus Pro Reitores, bem como reuniões com o atual Reitor Ricardo Berbara; a aprovação do Código Disciplinar Discente, documento que rege as atividades discentes da Instituição; a instalação de câmeras de vigilância no campus de Seropédica e o manejo de servidores federais da CBTU que confere ampliação da percepção de segurança à comunidade acadêmica, bem como maior estrutura operacional à DVG.

A pesquisa constatou que o quadro de violência contra a mulher não é recente, tão pouco é desconhecido pelos agentes de segurança da Universidade, havendo relatos das décadas de 1990 e 2000. Os dados oficiais que demonstram baixa incidência de violência contra mulher contrastam com a fala da entrevista do servidor da Divisão de Guarda e Vigilância Fernando de Araújo Gerias e também com as denúncias feitas pelas mobilizações femininas e feministas produzidas nos últimos anos. Ressalta-se que a DGV é chamada a atuar em todo tipo de conflito, mesmo sendo por ofício guarda patrimonial, não possuindo formação para atuar nos diferentes conflitos a que é demandada havendo ainda dificuldade no registro e subnotificação de diversos casos de violência. Assim, foi demonstrado que há fragilidades na segurança da Universidade quando se trata de políticas voltadas a coibir a violência contra a mulher, outrossim, para acolher as vítimas e realizar os registros, de modo que a relação entre o público feminino e a DGV torna-se frágil, configurando o primeiro obstáculo para que as denúncias sejam feitas e as políticas implementadas obtenham êxito.

Ademais foi observado através da análise do PAD que os papéis sociais conferidos a homens e mulheres estão presentes na dinâmica da violência contra a mulher. No decorrer do processo foram identificados discursos que acionavam e reforçavam categorias e normas de comportamento pautadas na dominação masculina. Foi constatado também que os integrantes da sindicância e do PAD conduziram o processo de modo que tal sistema de valores patriarcal não interferisse na apuração dos fatos ou

minimizasse a violência cometida. Fica notório, assim, que o papel social da mulher na sociedade passa por um momento de conflito e dissenso.

Pode-se concluir que há na UFRRJ um cenário de exposição da violência contra a mulher que por décadas foi invisibilizado e nos últimos 5 anos ganhou força. As discentes da Universidade vem se empoderando e se entendendo enquanto sujeito coletivo. O pertencimento a uma coletividade social e política tem permitido que práticas sociais tidas como inerentes ao ambiente universitário sejam ressignificadas e percebidas como violência, tanto práticas entre discentes quanto práticas entre discentes e docentes e ainda entre discentes e servidores.

Por fim, a maior ressignificação proporcionada pelo empoderamento feminino na UFRRJ é o processo em que as discentes passam a se entender e reconhecer enquanto pares, que dentro de suas singularidades – e suas raças e classes –, vivenciam cotidianamente a experiência de ser mulher na Universidade, em Seropédica, na Baixada Fluminense. Alertar a todas sobre um agressor, caminhar juntas até o destino em comum, dar carona, ficar atenta durante uma festa... São ações que para além das cobranças à Administração Superior, transformam um ambiente inseguro e individualizado em um ambiente coletivo e acolhedor.

O estudo de caso do campus da UFRRJ em Seropédica revela faces de um debate maior que abrange toda a sociedade, o debate acerca do papel atribuído à mulher na sociedade ocidental. Esta dissertação demonstrou que a segurança é um aspecto crítico da dinâmica da dominação masculina. Quando não há segurança o ambiente torna-se propício à violência, limitando o acesso à cidadania, ao espaço público, à vida política, e na UFRRJ, à educação. Cabe aqui a reflexão: quantas alunas evadiram em decorrência da violência sofrida? Quais os reflexos da violência na vida de cada uma delas? Quais processos e mecanismos podem ser feitos no âmbito institucional para reduzir essas incidências? Essas questões não estão no escopo desta dissertação, mas existem e este trabalho contribuiu para que não sejam ignoradas.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. **Estado-nação, fronteiras, margens. Redesenhando os espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo.** Civitas-Revista de Ciências Sociais, 2013, v. 13, n. 1.

AZEVEDO, J. S. **Registrar para se resguardar: a função do registro na Guarda Municipal de São Gonçalo.** In: Ana Paula Mendes de Miranda; Joelma de Souza Azevedo; Talitha Mirian do Amaral Rocha. (Org). Políticas públicas de segurança municipal. Guardas Municipais: saberes e práticas. 1ed, Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v. 1, p 57-71.

BERGEN, R. K. **Wife Rape: Understanding the Response of Survivors and Service Providers.** Thousand Oaks: Sage Publications. 1996.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge.** Garden City, NY: Doubleday, 1966. [A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014.]

BORGES, Doriam. **O medo do crime na cidade do Rio de Janeiro: um análise sob a perspectiva das crenças de perigo.** Editora Appris, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity** . New York, Routledge, 1989. [Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. (Trad.: Renato Aguiar).]

CAULFIELD, Suenn. **Em Defesa da Honra: moralidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940).** Campinas: UNICAMP, 2000.

CHODOROW, Nancy J. **The reproduction of mothering: Psychoanalysis and the sociology of gender.** Univ of California Press, 1999.

COATES, L. **Discourse analysis of sexual assault trial judgments: Causal attributions and sentencing.** Unpublished doctoral dissertation, University of Victoria, BC, Canada. 1996.

COATES, L. e WADE, A. **Telling it like it isn't: Obscuring perpetrator responsibility for violent crime.** *Discourse & Society*, 2004, 15(5), 499–526.

COULOURIS, Daniella G. **Violência, Gênero e Impunidade: A construção da verdade nos casos de estupro.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, 2004.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. **El estado y sus márgenes: etnografías comparadas.** *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, 2008, v. 27, p. 19-52.

DE BEAUVOIR, Simone. **Le deuxième sexe.** Paris, Gallimard, 1949. [O segundo sexo . 2 vols., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960, 1961. (Trad.: Sergio Milliet.)

DE LAURETIS, Teresa. **Alice doesn't: Feminism, Semiotics, Cinema.** Bloomington, Indiana University Press, 1984 e **The Violence of Rethoric: Considerations on Representation and Gender.** *Semiotica* 54, 1985.

EDWARDS, S. **Sex and Gender in the Legal Process.** London: Blackstone Press. 1996.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, v. 1 e 2.

HARDING, Sandra G. **The science question in feminism.** Cornell University Press, 1986.

HEREDIA, BMA de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979, v. 7, p. 164.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília, UnB. 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso.** São Paulo: Edições Loyola. 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População** (pp. 3-116). Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2009 (1978).

GARCIA, Leila Posenato. **A magnitude invisível da violência contra a mulher.** Epidemiol. Serv. Saúde v.25 n.3 Brasília jul./set. 2016.

GARLAND, David. **Punishment and modern society : a study in social theory.** Oxford, Claredon Press, 1995.

GARTNER, Anika. **Desenho do espaço público como ferramenta para a prevenção da violência.** Revista do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ano 5. Edição 9. 2008.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa** (3a ed.). Petrópolis: vozes, 2000.

GLASSNER, Barry. **Cultura do Medo: Por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos.** São Paulo: Francis, 2003.

HALL, R. **Ask any Woman: A London Inquiry into Rape and Sexual Assault.** Bristol: Falling Wall Press, 1985.

KITZINGER, C. **Just say no? The use of conversation analysis in developing a feminist perspective on sexual refusal.** Discourse & Society, 1999. 10(3), 293–316.

KELLER, Evelyn Fox. **Reflections on Gender and Science.** New Haven, Yale University Press, 1985.

MACKINNON, Catherine. **Feminism, Marxism, Method and the State: an Agenda for Theory.** Signs 7 (3), 1982, p.515.

MARINHO, Paloma Abelin Saldanha, GONÇALVES, Hebe Signorini. **Práticas de empoderamento feminino na América Latina**. Revistas Uniandes. Universidad De Los Andes. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Coordenação Geral de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Nota: Estupros em mulheres**. Brasília: Ministério da Saúde; 2016.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

MORAES, Orlinda Claudia R. de. MANSO, Flávia Vastano. [organizadoras] **Dossiê Mulher 2018** (ano base 2017). 13. versão. Rio de Janeiro: RioSegurança. Instituto de Segurança Pública (ISP – RJ), 2018.

PECHÊUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 4ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006, 68 p. Sudário, S., Almeida, P.C. & Jorge, M.S.B. “Mulheres Vítimas de Estupro: Contexto e Enfrentamento dessa Realidade”. *Psicologia & Sociedade*, 17 (3), 73-79; set/dez: 2005.

PINTO, Nalayne Mendonça. **A violência e seus múltiplos sentido**. *In: Conflitos e sociedade*. Aula 6. Rio de Janeiro: Cederj. Cecierj, 2014.

PORTELLA, Ana Paula. **Violência contra as mulheres: desafios para as políticas públicas**. Diálogos sobre violência e segurança pública. Razões e urgências. Observatório da Cidadania. Edição Especial. 2009

PORTO, Maria. Stella. Grossi. **Crenças, valores e representações sociais da violência**. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 250-273.

RENOLDI, Brígida. **Os Vãos Esquecidos**. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2007.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. **Signs: Journal of women in culture and society**. 1980, v. 5, n. 4, p. 631-660.

ROSA, Iris de Macedo. **Estudo exploratório sobre situações de violência no campus da UFRRJ Seropédica**. 2016. 70 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

RUBIN, Gayle. “**The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex.**” In: REITER, Rayna R. (ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

SARDENBERG, Cecília M.B. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista**. Comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO. NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006.

SILVA, Edilson Márcio Almeida da. **Jornalismo e construção social da realidade: notas sobre os critérios de representação da violência na imprensa carioca**. *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, Rio de Janeiro: 2005, n. 13, p. 120-138.

SIMMEL, G., **A natureza sociológica do conflito**. In: Moraes Filho, Evaristo (org.), *Simmel*, São Paulo, Ática, 1983.

SIQUEIRA, Lúcia de Andrade. **Por onde andam as mulheres? Percursos e medos que limitam a experiência de mulheres no centro do Recife**. UFPE, 2015.

SOARES, MC. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 272 p.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2003.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

WHO – World Health Organization. **World report on violence and health**. Geneva, WHO, Capítulo Violência: um problema global de saúde pública, 2002.

Sites consultados

BRASIL. Lei Maria da Penha - Lei 11340/06 | **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>> Acesso em julho de 2018.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde** (versão preliminar). Brasília, n. 11, mar. 2014. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf> Acesso em maio de 2018.

DATAFOLHA; CRISP; SENASP. **Pesquisa nacional de vitimização**. 2013. Disponível em <http://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Relat%C3%B3rio-PNV--Senasp_final.pdf>. Acesso em junho 2018.

G1 RIO. **Polícia investiga casos de estupro dentro do campus da UFRRJ na Baixada Fluminense**. Disponível em <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/policia-investiga-casos-de-estupro-dentro-de-campus-da-ufrrj-na-baixada-fluminense.ghtml>> Acesso em maio de 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2015** [Internet]. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2015. Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf> Acesso em julho de 2018.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Femicídio**. Disponível em <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/femicidio/capitulos/qual-o-papel-da-imprensa/#o-poder-da-midia-e-a-responsabilidade-social-da-imprensa>> Acesso em maio de 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) Segurança Pública**. 2012. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120705_sips_seguranca publica.pdf> Acesso em maio de 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **Tolerância social à violência contra as mulheres.** Curadoria Enap, 2014. Disponível em <<https://exposicao.enap.gov.br/items/show/230>> Acesso em maio de 2018.

O DIA. **Alunas da Rural relatam casos de estupro na Universidade.** Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-04-04/alunas-da-rural-relatam-casos-de-estupro-na-universidade.html>> Acesso em maio de 2018.

O DIA. **Alunas organizam protesto contra casos de estupro na Rural.** Disponível em: < <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-05-12/alunas-organizam-protesto-contra-casos-de-estupro-na-rural.html>> Acesso em maio de 2018.

O DIA. **Vídeo: alunos relatam assaltos, estupros e falta de iluminação na Rural.** Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-05-15/video-alunos-relatam-assaltos-estupros-e-falta-de-iluminacao-na-rural.html>> Acesso em maio de 2018.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Sequência de casos de estupro assusta estudantes da UFRRJ.** <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,sequencia-de-casos-de-estupro-assusta-estudantes-da-ufrj,10000025044>> Acesso em maio de 2018.

UOL. Para entender Direito. **Para entender o que é a violação sexual mediante fraude.** 19/10/2011 Disponível em <<http://direito.folha.uol.com.br/blog/para-entender-o-que-a-violao-sexual-mediante-fraude>> Acesso em julho de 2018.